



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 175 QUARTA-FEIRA, 26 DE OUTUBRO DE 2016

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PTB-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Angela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Vago



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Roberta Lys de Moura Rochael

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Hélio Lopes de Azevedo

Coordenador Industrial

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 158ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 25 DE OUTUBRO DE 2016	5
1.1 – ABERTURA	5
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	5
1.2.2 – Oradores	
SENADORA FÁTIMA BEZERRA - Destaque à representação protocolada por S.Exª com o objetivo de anular a Portaria do Ministro da Educação que determina a identificação dos estudantes participantes do movimento de ocupação das escolas; e outros assuntos.	7
SENADORA ANA AMÉLIA - Indignação com o assassinato de um estudante por um colega em uma escola pública no Paraná; e outros assuntos.	10
SENADOR VALDIR RAUPP - Relato do trabalho realizado por S. Exª em defesa do Estado de Rondônia; e outro assunto.	13
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN - Leitura da nota publicada pelo PCdoB sobre a prisão de policiais legislativos do Senado Federal realizada pela Polícia Federal; e outros assuntos.	17
SENADOR REGUFFE – Apelo à Mesa do Senado para que a PEC nº 8/2016, apresentada por S. Exª, seja colocada na Ordem do Dia para votação; e outros assuntos.	24
SENADOR RICARDO FERRAÇO - Considerações sobre o PLS nº 280/2016, que tipifica o crime de abuso de autoridade.	25
SENADOR DECA - Defesa da prática da vaquejada por sua importância na tradição cultural e na atividade econômica brasileira.	30
SENADOR JORGE VIANA - Preocupação com a decisão do STF em suspender a atividade da Vaquejada no País; e outros assuntos.	32
SENADOR ALVARO DIAS, como Líder - Necessidade de se priorizar a defesa do prosseguimento legal das investigações da Lava Jato sem o enfrentamento entre os Poderes da República; e outro assunto.	36
SENADOR JOSÉ AGRIPINO - Ponderações sobre a decisão do STF que julgou inconstitucional lei cearense que regulamenta a vaquejada; e outro assunto.	38
SENADOR RANDOLFE RODRIGUES, como Líder - Avaliação das possíveis consequências da aprovação da PEC nº 241/2016 com relação aos direitos sociais conquistados na Constituição da República.	41
SENADOR ELMANO FÉRRER - Defesa da prática da vaquejada.	44
SENADOR LINDBERGH FARIAS – Críticas às medidas de ajuste fiscal previstas na PEC nº 241/2016.	45
SENADOR BENEDITO DE LIRA - Apelo ao Governo Federal para que libere empréstimos às indústrias sucroalcooleiras do País, em especial do Estado de Alagoas; e outro assunto.	51
1.3 – ENCERRAMENTO	54

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 158ª SESSÃO	
2.1 – EXPEDIENTE	
2.1.1 – Documento encaminhado à publicação	
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN	55
2.1.2 – Mensagens do Presidente da República	
Nº 99/2016 (nº 582/2016, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Estado da Cidade do Vaticano e, cumulativamente, na Ordem Soberana e Militar de Malta	58



Nº 100/2016 (nº 583/2016, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Srª MARIA LAURA DA ROCHA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Hungria. 87

2.1.3 – Propostas de Emenda à Constituição

Nº 51/2016, tendo como primeira signatária a Senadora Rose de Freitas, que *altera o art. 126 da Constituição Federal para dispor sobre Varas Especializadas*. 121

Nº 52/2016, tendo como primeira signatária a Senadora Rose de Freitas, que *altera o art. 22, parágrafo único, da Constituição Federal, para incluir expressa referência ao Distrito Federal*. 131

Nº 53/2016, tendo como primeira signatária a Senadora Rose de Freitas, que *altera os arts. 9º e 37 da Constituição Federal para estabelecer a educação como serviço essencial*. 139

Nº 54/2016, tendo como primeira signatária a Senadora Rose de Freitas, que *modifica o art. 54 da Constituição Federal, para vedar aos Deputados e Senadores permanecer mais de noventa dias sem filiação partidária, sob pena de perda do mandato*. 143

2.1.4 – Requerimentos

Nº 783/2016, do Senador Randolfe Rodrigues, de retirada do Projeto de Lei do Senado nº 219/2016. **Deferido**. 152

Nº 784/2016, do Senador Marcelo Crivella, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Alberto Torres. 154

PARTE III

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL. 156

4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA. 159

5 – LIDERANÇAS. 160

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS. 163

7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO. 183

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES. 188

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS. 241



158ª Sessão, Não Deliberativa, em 25 de Outubro de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Jorge Viana, Elmano Férrer e Valdir Raupp,
da Srª Ana Amélia e do Sr. Randolfe Rodrigues.*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 5 minutos e encerra-se às 19 horas e 21 minutos.)

ATA

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno do Senado Federal, vai à publicação no *Diário Oficial*. **(Vide Parte II do Sumário)**

Eu queria cumprimentar todos os que nos acompanham pela Rádio Senado e TV Senado, todos os colegas servidores do Senado também que estão conosco, as Senadoras, os Senadores, e imediatamente passo a palavra para a Senadora Fátima Bezerra, numa permuta com a Senadora Vanessa Grazziotin.

Com a palavra V. Exª, Senadora Fátima.

Estamos só aguardando a entrada também da imagem na TV Senado. Não custa nada aguardarmos um pouquinho. Sei que há sempre um esforço da equipe técnica, mas há aí um tempo de televisão, que a Senadora Ana Amélia conhece bem, que temos que respeitar e aguardar.

Em breve vamos entrar, porque é da maior utilidade esse serviço de utilidade pública da Rádio e TV Senado. Nós todos temos repercutido...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ela caiu, porque estava transmitindo. Acho que caiu o sinal aqui do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Estava transmitindo, por isso eu iniciei. Vamos aguardar um pouquinho.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É prudente que V. Exª faça essa espera.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Vamos aguardar para começarmos sincronizados – Rádio, TV Senado, Agência.

Por onde ando no Acre as pessoas fazem referência a esse serviço, conhecem o nosso trabalho, sabem do conteúdo, da luta nossa aqui, da presença, exatamente por termos uma Rádio Senado e uma TV Senado que nos levam a todos os rincões deste País. Não é, Senadora Ana Amélia? V. Exª que também é uma assídua frequentadora, com a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Sem revisão da oradora.) – Sou testemunha. Estive no seu Estado do Acre e me surpreendi porque uma pessoa me abordou e me chamou pelo nome. Eu perguntei: você é do Rio Grande do Sul? Ele disse: “Não, eu a acompanho pela TV Senado.”

A TV Senado ganhou, nos últimos tempos, uma visibilidade pela atenção com que o cidadão brasileiro e a cidadã brasileira acompanham a atividade aqui.

E o índice de consumo da informação política no Brasil, hoje, Senador Jorge Viana, Senadora Fátima Bezerra, é um dos mais altos, o que até pouco tempo atrás não acontecia. E estimulado também pelas redes sociais, que estão tendo também um protagonismo. Citam muito a TV Senado ou reproduzem falas feitas aqui na TV Senado.

Então, vale a pena, sim, Senador Jorge Viana, aguardar o sinal e a entrada ao vivo aqui do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Vamos aguardar, pedindo a compreensão da colega Senadora Fátima Bezerra.

Aproveito para dizer que ontem eu tive uma audiência no meu escritório, em Rio Branco, com representantes dos grupos – é muita gente, é uma verdadeira cadeia produtiva – de pessoas que trabalham ligados às vaquejadas, aos rodeios, a uma série de atividades que têm muito a ver com o Brasil rural, com o



Brasil da criação, que vêm dos Pampas, que vão para o Nordeste, que vêm do Norte. E nós estamos tendo agora um conflito, por seis a cinco, uma decisão do Supremo fazendo um julgamento de uma lei do Estado do Ceará que proibiu a vaquejada.

Eu sou daqueles que acham que podemos aperfeiçoar essas atividades, mas não pura e simplesmente dizer que está proibido. O Brasil não pode ser o Brasil do não pode, não pode. Vamos discutir o como pode.

Eu acho que essa manifestação que estamos tendo aqui, Senadora Fátima, V. Exª que é do Nordeste... Mas o Nordeste sem essas atividades vinculadas ao sertanejo, ao vaqueiro, à criação, perde muita força. No Norte, é muito forte. No Acre, mesmo, é uma representação muito importante.

Há quase mil caminhões aqui na Esplanada dos Ministérios. Há um número enorme de representantes de entidades, vieram ontem em um voo comigo. Eu disse-lhes: com todo o respeito, acho que nós temos que estar sempre atualizando, trazendo a legislação para o século XXI, mas nós temos que encontrar uma maneira de lidar com isso, que é parte da vida econômica, da vida cultural, dos costumes tipicamente brasileiros.

Sei que o Senador Eunício tem uma proposta, mas precisamos encontrar o melhor caminho. Não é, Senadora Fátima?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Sem revisão da oradora.) – Sem dúvida. Quero, primeiro, saudar aqui a reflexão sensata, responsável que V. Exª faz neste exato momento. Inclusive na condição de Vice-Presidente da nossa Casa, o Senado Federal. Reflexão sensata porque V. Exª chama atenção aqui para o fato de que nós não podemos simplesmente desconhecer a realidade da vaquejada, pelo simbolismo cultural que ela tem, inclusive pelo perfil do ponto de vista econômico, Senadora Ana Amélia, que ela também tem, porque move toda uma cadeia produtiva. Portanto, há uma geração, sim, de emprego e renda. Não me refiro aqui só ao aspecto da tradição, do costume, do simbolismo cultural que é isso e que então não podemos desconhecer.

E, segundo, eu acho que esse tema tem que ser abordado à luz daquilo que é o mais indicado, que é a regulamentação, Senadora Ana Amélia. Este é o debate que precisa exatamente ser feito, ou seja, vamos pensar como regulamentar melhor essa atividade para que de um lado, sim, a gente atenda também aos princípios constitucionais da defesa, dos direitos dos animais.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Posso afirmar a V. Exª que houve uma evolução enorme, porque as universidades do Nordeste e do Brasil inteiro criaram mecanismos, estudaram o assunto para que não haja maus-tratos. Eles criaram regras. Eu ontem estava falando com um juiz de direito lá do Acre que é vinculado ao tema, Senadora, e ele falou: “Olha, nós estamos atentos a isso. Eu sou parte disso também”. Então, há algo que o Congresso pode fazer.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, há, há. Vou só encerrar: há, e deve fazer, porque V. Exª tem toda a razão. O que não é recomendável, aceitável é simplesmente uma decisão – está proibido. Isso não é aceitável de maneira nenhuma. Vamos fazer o debate...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – E é bom que se diga: foi 6 a 5.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... olhando o tema da regulamentação, como aperfeiçoar – repito – como haver uma regulamentação que dê conta dos desafios que estão colocados.

Nós não podemos, de maneira nenhuma, fechar os olhos. O Senador Jorge Viana tem toda a razão. Está aí a Esplanada dos Ministérios repleta dos que defendem a vaquejada não só no meu Nordeste, que é a região que tem uma presença mais forte. Há participação aqui de outros Estados também. Então nós temos que olhar isso aí e dialogar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem. A Senadora Ana Amélia quer falar.

Já está quase voltando o sinal, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Sem revisão da oradora.) – A Senadora Fátima complementou aí seu ponto de vista, Senador Jorge Viana. Eu sou de um Estado que tem no Freio de Ouro uma prova de habilidade dos cavaleiros, dos cavalos crioulos, que são uma raça de grande prestígio no meu Estado. E há a prova também do tambor, que mostra a habilidade, o cavalo tem que percorrer um trecho com tambores, fazendo a demonstração da sua competência e habilidade nesse exercício.

Aí nós teremos que chegar às hípicas. Quer dizer, qual é o critério para definir? A regulamentação...

Olha, estamos chegando de volta lá, Senador, acho que podemos já ouvir. Eu acho que esse tema vai estar presente hoje nos nossos pronunciamentos. Obrigada por agilizar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Bem, nós estávamos aqui fazendo um comentário entre nós e com os que nos ouvem, a Senadora Fátima Bezerra,



que está na tribuna, a Senadora Ana Amélia, eu aqui na Presidência, o Senador Valdir Raupp, enquanto nós resolvíamos um probleminha técnico aqui da transmissão ao vivo da TV Senado. Penso que a Rádio não teve o mesmo problema. Já voltamos, estamos ao vivo pela Rádio Senado e pela TV Senado. E repito: eles cumprem aqui o papel fundamental de nos ajudar a levar o nosso trabalho a todos os rincões do nosso País.

Mas falávamos do tema dessa grande manifestação que há aqui, do Brasil inteiro, daqueles que querem uma regulamentação da prática da vaquejada. E isso certamente será objeto de discursos. Eu mesmo vou falar sobre o problema da violência no Acre, mas vou falar desse tema, porque acho que é nosso papel fazermos a mediação na sociedade, termos uma lei que possa permitir e valorizar nossas atividades culturais e econômicas, porque isso envolve uma cadeia produtiva enorme no Norte e no Nordeste do País. Tudo que vem para ajustar é muito bom, mas não podemos ficar naquilo: pode, não pode. Precisamos discutir como é que podemos fazer isso. Eu acho que há esse espaço.

Senadora Fátima Bezerra, V. Ex^a então tem a palavra para o pronunciamento, já agora com a transmissão completamente restabelecida aqui no Senado.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Eu agradeço, Senador Jorge Viana.

E quero, mais uma vez, agora que já estamos ao vivo pela TV Senado, parabenizar V. Ex^a – repito – pela reflexão sensata e responsável que faz acerca do tema da vaquejada, tendo em vista a decisão que o Supremo tomou, de proibição pura e simples.

Volto a dizer: esse tema não pode ser analisado pela ótica de proibir por proibir. Esse tema merece, sim, uma discussão, inclusive, Senadora Ana Amélia, desprovida de qualquer conteúdo do ponto de vista preconceituoso. É óbvio que, de um lado, todos nós temos, sim, o nosso apreço. É preciso garantir aquilo que está na Constituição também, que é a defesa dos direitos dos animais, mas, por outro lado, não podemos desconhecer a temática da vaquejada, pelo perfil cultural, pela tradição e pelo perfil econômico que ela tem. Ela promove toda uma cadeia produtiva. A vaquejada é um fenômeno muito forte não só no meu Estado do Rio Grande do Norte, mas também no Nordeste e no Estado da senhora.

Então, enfim, eu acho que o debate tem que ser feito com foco. E o foco é a regulamentação, como dotarmos o País de uma regulamentação moderna, aperfeiçoada, que faça essa mediação entre os diversos interesses que estão exatamente colocados, uma mediação que venha – repito – responder, inclusive, aos anseios da sociedade.

E nós não podemos aqui deixar de saudar. Está aí a Esplanada dos Ministérios. Isso é a democracia. Eles vieram hoje aqui a Brasília, querem ser ouvidos, querem dialogar, querem expor os argumentos deles. Então – repito –, nós temos que fazer esse debate com muita responsabilidade e com muita sensatez para que busquemos, pela via da regulamentação, o melhor caminho.

Mas, Sr. Presidente, quero aqui, rapidamente, fazer um registro. No dia de ontem, eu e mais 17 Senadores protocolamos uma representação junto ao Ministério Público do Distrito Federal, com o objetivo de anular o ofício do Ministério da Educação que determinou que os dirigentes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica identificasse os estudantes que participam do movimento democrático, um movimento pacífico, de ocupação das escolas. Esses estudantes, Senador Raupp – é bom que se diga – estão nessa mobilização desde o final do mês passado, uma mobilização que cresce a cada dia em todo o País. Essa mobilização dos estudantes se deve àquilo que eles consideram – e é um direito que eles têm – uma agenda de retrocessos para o País na área da educação, enfim, agenda apresentada pelo Governo ilegítimo que aí está.

Quero, portanto, Sr. Presidente, dizer que tão logo, na quarta-feira passada, o Ministro, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, editou essa portaria, fazendo com que essa circular chegasse a todos os Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, eu me posicionei contra, porque acho que a portaria tem, antes de mais nada, inclusive, não só um conteúdo autoritário. Ela revela intransigência, revela intolerância e também revela, sobretudo, Senador Raupp, eu diria, até um conteúdo antipedagógico, porque a delação é uma medida inadmissível, autoritária, própria dos períodos de ditadura e que atenta contra direitos dos estudantes, garantidos pela nossa Constituição, que são os direitos à livre associação, organização e manifestação.

Quero acrescentar que hoje, às 17h, nós teremos uma audiência com a Dr^a Deborah Duprat, que é a titular da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Nós vamos conversar com a Dr^a Deborah Duprat sobre essa ação que nós protocolamos ontem, junto ao Ministério Público Federal, repito, pedindo a suspensão dessa medida descabida, autoritária, antipedagógica, intransigente na medida em que o ato do Ministro, Sr. Presidente, vai promover o conflito cada vez maior dentro da escola, vai promover, inclusive a desagregação dentro da escola. Veja bem: a circular que o Ministro enviou às escolas, semana passada, no fundo, no fundo,



pede que os diretores delatem os estudantes, entreguem os estudantes. Isso é inadmissível, Sr. Presidente.

Eu respeito que nós possamos aqui ter posições, Senadora Ana Amélia, diferentes do ponto de vista das medidas que o Governo está anunciando, que a gente tenha divergências nesse aspecto, temos. Eu acho que os estudantes têm toda razão. Eu penso que essa agenda que está colocada – reforma do ensino médio via medida provisória, PEC 241, escola sem partido –, é uma agenda regressiva, é uma agenda que remete ao conservadorismo, e não remete ao avanço do ponto de vista de termos uma escola pública, com qualidade, laica, inclusiva, democrática.

Agora, eu acho que, independentemente, repito, das divergências que nós temos aqui no que diz respeito ao mérito de propostas, políticas enviadas a esta Casa pelo Governo, num ponto todos nós concordamos: não dá mais, de maneira nenhuma, para tratar mobilização social como se fosse um caso de polícia. Não é admissível de maneira nenhuma, repito, que a gente rasgue a própria Constituição e queira caracterizar agora o movimento desses estudantes como um movimento que não tenha a sua justeza e não tenha também o seu direito de exercê-lo.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Fátima, eu estou acompanhando o seu raciocínio, e evidentemente o diálogo sempre é o melhor caminho para essas demandas. Eu queria fazer uma pergunta para a senhora, que é tão dedicada e comprometida com a questão educacional: quem vai responder pelo crime cometido na escola ocupada no Paraná, pela morte de um estudante? Quem é o responsável por isso?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Olha, primeiro, Senadora Ana Amélia, eu acho que quem tem de responder é o Estado, primeiro fazendo uma apuração rigorosa sobre o que lá aconteceu. Uma tragédia, que todos nós aqui lamentamos. Inclusive, é com profunda tristeza que nós aqui também manifestamos toda a nossa solidariedade aos familiares, amigos do estudante Lucas, que perdeu a sua vida nessa segunda-feira, ontem.

Então, a primeira coisa que a gente tem ...

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas como o Estado vai responder se os que estão ocupando a escola não permitem a entrada de ninguém a não ser os que estão contrários?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pelo contrário, Senadora. A polícia está lá dentro. Todas as vezes em que a polícia quer entrar na escola, ela entra. Aliás, o Estado do Paraná, infelizmente, notabilizou-se no País exatamente pelo autoritarismo e pela arbitrariedade do ponto de vista policial...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... cometidos contra os estudantes, contra os professores, inclusive no ano passado – infelizmente! Está respondendo até na Justiça por aqueles atos desumanos e arbitrários.

O que quero deixar aqui muito claro é: primeiro, a nossa manifestação de solidariedade. Segundo, cabe ao Estado apurar. Terceiro, nós não podemos de maneira alguma, à luz de um episódio como esse, de uma tragédia como essa, querer criminalizar o movimento que ocupa escolas no Paraná, o Ocupa Paraná, que é um movimento cidadão, um movimento pacífico, é um movimento que busca tão somente, na ótica deles, defender o direito à educação.

Sr. Presidente, eu gostaria...

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Só queria, só para terminar, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Esse é um aspecto do crime cometido durante essa invasão da escola. E agora pergunto à senhora, à Profª Fátima Bezerra, comprometida com a educação: a senhora, como Senadora, está satisfeita com o grau do nível de aprendizado dos nossos estudantes, considerando as provas do Enem, que temos acompanhado anualmente?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Veja bem, eu acho que muito se avançou durante esses últimos 12, 13 anos, mas é evidente que temos ainda uma longa caminhada pela frente. Por isso, acho que o caminho a ser adotado não deve ser o caminho de propostas equivocadas, além de vir pela via de métodos que não promovem o diálogo necessário e que não promovem o debate necessário, como, por exemplo, tratar o ensino médio, uma das etapas mais importantes na vida dos estudantes, via medida provisória, pelo quanto de restritivo e de impositivo tem uma medida provisória.

Aliás, quero aqui colocar que, infelizmente, essa tragédia que aconteceu no Paraná de certa forma tem



a ver com estes tempos que estamos vivendo, de intolerância, de intransigência, de falta de debate, de falta de diálogo. Veja bem, como ignorar mais de mil escolas ocupadas em todo o País? Como ignorar mais de 50 universidades? Como ignorar mais de 80 institutos federais?

Esses meninos e meninas, repito, estão lá se manifestando de forma pacífica, e eles querem ser ouvidos. Eles têm o direito de dizer que a reformulação do ensino médio que eles pretendem e que eles defendem também não deveria se dar, de maneira alguma, pelo instituto da medida provisória. Eles têm o direito, por exemplo, de falar dessa PEC 241 pelo quanto pretende reduzir os investimentos nas áreas sociais, nos próximos 20 anos, anulando por igual período o dispositivo constitucional que vincula recursos mínimos para saúde e educação; portanto, uma PEC com esse conteúdo que ameaça o direito à educação, inclusive inviabilizando as metas do novo Plano Nacional de Educação.

Também eles estão se manifestando contra outra proposta insana que significa uma verdadeira barbárie, que é calar o debate nas escolas, que é amordaçar o professor, que é criminalizar o professor, quando querem agora fazer uma escola sem partido, uma escola sem debate.

Então, veja bem, Sr. Presidente, eu acho que a luta dos estudantes, repito, é uma luta que tem mais é que ser aplaudida por toda a sociedade. É uma luta em que a sociedade tem que chegar junto, porque eles, ao se manifestarem contra aquilo que eles consideram que é uma agenda de retrocessos contra um dos direitos mais fundamentais do povo brasileiro que é o direito à educação, eles só devem, os estudantes só têm mais é a merecer não só a nossa solidariedade, mas estarmos exatamente ao lado deles, e não atitudes como essa, repito, do MEC que, em vez de apostar na via do diálogo, manda uma circular para todo o Brasil pedindo – pedindo! – para que os diretores e os reitores dos institutos federais delatem os estudantes. De que forma? Entregando a lista de todos os estudantes que estão ocupando as escolas neste exato momento.

Isso é inaceitável, Sr. Presidente! Inaceitável! Isso era coisa da época da ditadura militar. Na ditadura militar, os estudantes não podiam se mobilizar,...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... não tinham direito à livre opinião, não podiam se organizar.

É só a gente lembrar do famigerado Decreto nº 477. É bom que lembremos que, depois de muita luta, nós, hoje, estamos em plena vigência da Constituição cidadã. E a Constituição cidadã garante a livre manifestação, a livre organização.

Então, eu quero concluir, Sr. Presidente, portanto, dizendo que atitudes de perseguição...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Só a título de informação, a senhora tem mais tempo, porque a senhora tem direito a 20 minutos. E o Presidente, acho que se equivocou aqui, no momento – de que seria a palavra para comunicação, e deu dez minutos. Então, eu já dei cinco e teria mais cinco minutos ainda.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu vou concluir, Sr. Presidente.

Portanto, quero dizer que atitudes de perseguição e repressão não podem ser toleradas no Estado democrático de direito, muito menos nas escolas, ambientes nos quais deve prevalecer o diálogo, e não a intransigência. O MEC, volto a repetir, não poderia usar de um expediente que joga professores contra alunos, colocando os primeiros como algozes dos segundos, jogando por terra a confiança essencial nesse tipo de relação e que demora muito tempo para ser construída. Atitudes como essa, repito, só fomentam a desagregação.

Hoje, volto a colocar, mais de mil escolas, além dos institutos federais e dos *campi* de universidades de todo o País, encontram-se ocupados por estudantes que estão se manifestando contra a MP 746 – que propõe a reformulação do ensino médio via medida provisória, sem a discussão, sem envolver um amplo e plural debate com a comunidade educacional –, contra a PEC 241 e contra o projeto de lei que institui a escola sem partido, já apelidado, Sr. Presidente, de Lei da Mordaça.

Eu quero aqui, mais uma vez, colocar que vamos estar com a Drª Deborah Duprat, que é aqui a Procuradora da Defensoria dos Direitos do Cidadão. Nós vamos pedir ao Ministério Público que, através dessa ação judicial, seja suspensa essa circular do Ministério da Educação, que vem na direção – repito – de promover não o debate dentro das escolas, não a união dentro das escolas, mas a desagregação, o conflito, na medida em que quer jogar professor contra estudante, na medida em que quer que reitores se prestem ao papel abominável de dedurar os estudantes, de ser algozes dos estudantes, como se esses estudantes estivessem fazendo algo de errado. Muito pelo contrário. Repito: o Brasil tem mais é agradecer a esses estudantes pela coragem cidadã, pelo espírito público, pela ousadia democrática que eles estão tendo neste exato momento de dizer que o caminho para avançar no direito à educação do povo brasileiro não é aprovar a PEC 241, que



congela o presente e o futuro da educação, não é reformular o ensino médio pela via de medida provisória e muito menos instituir uma escola sem partido que visa a calar a voz dos professores, trazendo exatamente a criminalização para dentro da sala de aula, na medida em que quer cercear aquilo que o professor tem de mais sagrado, inclusive assegurado pela Constituição e pela LDB, que é a liberdade de cátedra, a liberdade de ensinar e a liberdade de aprender.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que ainda bem que os reitores e diretores dos institutos federais de educação profissional e tecnológica, eleitos pela comunidade, com a representatividade e com a responsabilidade que eles têm, não se prestaram a esse papel de serem dedos-duros dos seus estudantes, quando os seus estudantes não estão fazendo crime algum. Portanto, quero aqui colocar, mais uma vez, que essa medida do MEC foi tão descabida que Senadores não só...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Raupp, vou concluir

Senadores não só da oposição, como eu, que faço parte da oposição, mas Senadores também que fazem parte da Base aliada do Governo estão assinando aqui a representação conosco. São 18 Senadores. Por quê? Porque eles sabem que, antes de mais nada, nós temos o dever – inclusive esta Casa – de preservar o ambiente democrático e nos colocarmos contra qualquer medida de caráter intolerante e intransigente.

Volto a dizer, Senador Raupp, que mesmo que nem todos nós concordemos aqui quanto ao mérito das políticas que o atual Governo tenta implantar, mas que todos nós aqui somos unânimes na defesa...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... das liberdades públicas, individuais e democráticas consagradas na Constituição.

Por isso, nós esperamos que o Ministério Público acate o nosso pedido e suspenda imediatamente esse ofício circular pelo que ele tem de intolerante, de autoritário e de arbitrário. Não é por esse caminho que nós vamos resolver conflitos. Conflitos e impasses nós só resolveremos, Senador Raupp, pelo caminho do debate, pelo caminho do diálogo.

Por fim, 30 segundos só. Permita-me aqui mandar um abraço para Natal, para o Rio Grande do Norte, para todo o Brasil...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... e para aqueles e aquelas que continuam mobilizados contra a PEC 241, contra essa agenda de retrocesso.

O ato político e cultural em Natal vai ser hoje, a partir das 17h, na Praça Cívica da UFRN. E aqui o meu abraço a todos que estão participando e que vão participar intensamente em Natal dessa mobilização cidadã contra a PEC 241, contra essa agenda de retrocessos imposta pelo Governo ilegítimo que está aí.

Obrigada, Senador.

(Durante o discurso da Srª Fátima Bezerra, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Valdir Raupp.)

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado a V. Exª

Concedemos a palavra, por permuta com o Senador Lasier Martins, à Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul. V. Exª dispõe de até 20 minutos. Já que estamos em sessão não deliberativa, o orador tem direito a 20 minutos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Valdir Raupp, senhoras e senhores telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, existem tantos temas, mas este episódio que aconteceu no Paraná não pode ficar e nem passar em branco. É um episódio grave, que envolve violência dentro de uma instituição pública, que é uma escola: a tragédia da morte de um estudante assassinado por um colega e as consequências disso. Então, é preciso que tenhamos a responsabilidade na condução... E, quando se prega diálogo, dizem: "Ah! É diálogo!" Mas diálogo não é radicalizar um movimento em uma hora em que o Brasil precisa de compreensão e precisa, sobretudo, de respeito à sociedade brasileira, que é por natureza pacífica e que deu uma lição aos radicais, no dia 2 de outubro, com o resultado das urnas. É preciso compreender, entender e respeitar a decisão da maioria da sociedade brasileira. Ninguém quer amordaçar ninguém. Nós queremos a liberdade verdadeira, a liberdade que é expressa pelo respeito, pelo respeito a



começar das instituições. Então, esse crime não pode passar em branco, e não podemos passar a mão na cabeça dos responsáveis por essa tragédia que ensanguenta as escolas, que já são hoje alvo de violência da parte de ladrões que roubam, destroem, depredam as escolas públicas em nosso País. Essa é uma tragédia que eu, como brasileira, fico realmente triste de ver o que deveria ser um lugar sagrado, onde as crianças, os adolescentes, os jovens aprendem, ser destruído pelos vândalos, pelos bandidos, sendo que, agora, dentro de uma sala de aula, há uma violência dessas, o que é inaceitável sob todos os aspectos. É preciso que os responsáveis sejam, sim, punidos por esse ato de violência inaceitável. Não é isso democracia, sinceramente. Não entendo democracia com esse grau de violência e de radicalismo.

A propósito, eu queria, Senador, também falar que todos os Senadores, inclusive o nosso Vice-Presidente Jorge Viana, se manifestaram sobre a questão dos vaqueiros que participam das vaquejadas. De fato, esse é outro tema radicalizado. Não há como não preservar uma atividade cultural, arraigada desde os primórdios da história brasileira, especialmente do meu Estado, em que a história foi escrita na pata de um cavalo e também dos animais selvagens, na região missioneira, onde os paulistas iam buscar os animais para trazer para o serviço. Não havia estrada, não havia ferrovia, não havia máquina, não havia locomotiva, não havia automóvel; era em uma carroça, no lombo do burro ou no lombo do cavalo, que se formou a civilização. Então, não dá para se imaginar que hoje se tenha que eliminar essa atividade da forma como foi decidida.

O próprio escorço da decisão do Supremo Tribunal Federal provou a dificuldade de os Ministros da Suprema Corte fazerem esse julgamento, mas penso que o próprio Supremo – que já fez audiências públicas internas para discutir várias questões polêmicas, como o aborto da anencefalia, como o casamento de pessoas do mesmo sexo ou o contrato civil entre pessoas do mesmo sexo, como queiram alguns – não ter submetido essa manifestação popular, eminentemente popular, com tantos reflexos sociais sobre o nível de emprego, sobre o nível da própria convivência das famílias que se congregam nessas celebrações...

Hoje, já há um conceito muito claro entre os vaqueiros e entre os donos dos animais em relação a cuidar e a preservar, com muito carinho, dos seus animais, porque eles é que fazem a festa. Então, não adianta maltratar um animal. Não dá para aceitar, no século XXI, que se maltrate um animal. Assim como nós queremos pessoas bem cuidadas e somos contra violência, os animais também têm que ser cuidados com o zelo que todos merecem, desde o nosso cãozinho de estimação ao nosso gato, ao nosso cavalo, ao boi que participa das vaquejadas. Nós aqui temos que entender que é preciso uma convivência harmoniosa e pacífica, mas sem radicalismo. Os defensores dos animais, como nós todos aqui, temos esse cuidado, e é necessário que seja um cuidado preservado de todas as formas e maneiras.

Agora, não se pode simplesmente acabar com essa atividade que tem cunho cultural, social e econômico em um canetaço ou em uma decisão unilateral, sem que os protagonistas, os vaqueiros, os donos dos animais, tenham participado da discussão e do debate em torno desse tema.

Isso foi muito lembrado na nossa Comissão de Educação pelo nosso combativo Senador Otto Alencar, da Bahia, que é um criador de cavalos, conhece bem essa atividade e, como bom baiano, aqui soube fazer a defesa dessa atividade cultural.

No meu Estado do Rio Grande do Sul, os cavalos crioulos são uma raça hoje não só de grande prestígio no nosso País, mas de prestígio internacional, no Chile, na Argentina e também no Uruguai. Por isso, lá se faz o chamado Freio de Ouro, com grande destaque. Muitas pessoas vão lá para acompanhar. São pessoas que gostam da lide do campo, pessoas que apreciam a habilidade dessa raça, assim como os donos de quarto de milha, de manga-larga marchador ou de outras raças. Nós precisamos entender. Há uma preocupação de que alcance terá a decisão da Suprema Corte brasileira em relação às vaquejadas na eventual extensão para essas atividades.

É preciso separar o joio do trigo; é preciso condenar, punir aqueles que maltratam os animais, mas não podemos eliminar simplesmente uma atividade cultural que tem a ver com a história da própria cultura brasileira.

Eu estou aqui de novo hoje na tribuna, Senador Raupp, para falar sobre o risco dessa crise institucional desnecessária neste momento que foi provocada por uma decisão da Justiça, obedecida pela Polícia Federal. Essa ação envolvendo a Polícia Legislativa do Senado Federal acabou resultando em uma crise de relação entre os Poderes. Este momento não é absolutamente momento para que haja o recrudescimento de um embate entre as lideranças dos três Poderes. Nós precisamos ter a responsabilidade, sobretudo aqueles que lideram o Poder Judiciário, o Poder Legislativo e o Poder Executivo, a serenidade e o equilíbrio de não agudizar, de não fazer o fomento de uma crise institucional. O País, que está se encaminhando para se reencontrar com uma normalidade econômica, uma normalidade política, não poderia nesta hora estar vendo e presenciando esse protagonismo das lideranças políticas em relação a uma crítica de um lado para outro, de outro para outro que não constrói e não ajuda a sociedade brasileira. Tenho dito que nós não podemos apagar fogo com gasolina.



Nós temos que ter a serenidade. Por mais justo que seja, pois até é justificável que o Presidente do Senado Federal defenda as instituições da Casa, é necessário que assim seja feito dentro do limite, do equilíbrio, da serenidade. Da mesma forma é necessário que o Judiciário, ao defender uma decisão de um juiz de primeira instância, também tenha a mesma postura. E o Poder Executivo, com o Ministro da Justiça, para defender a ação da Polícia Federal, poderia ter tido uma atitude diferente. É claro que poderia e deveria ter tido, porque não lhe caberia fazer julgamento, avaliação de juízo de valor sobre a atividade da Polícia Legislativa do Senado Federal. Caberia tão somente ao Sr. Ministro da Justiça declarar que a Polícia Federal vem, desde o primeiro momento e até agora, sempre cumprindo republicanamente o seu dever, seguindo aquilo que a Justiça determina que seja feito. Só isso. Não precisava e não deveria ter feito avaliação e julgamento do que vem fazendo a Polícia Legislativa do Senado Federal. Foi exatamente esse o estopim que levou a essa crise que nós estamos vivendo neste momento.

Eu penso que o melhor...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Senadora Ana Amélia, sei que não é usual, não é comum quem está presidindo fazer aparte, mas é apenas para comentar, para informar.

V. Exª está sendo muito feliz com este pronunciamento, porque realmente o momento merece muito cuidado.

Eu já havia comentado, depois daquele episódio triste aqui no Senado Federal, que o País novamente poderia estar à beira de uma crise institucional entre os Poderes, mas, para nossa alegria e nossa satisfação, o Presidente Renan Calheiros já procurou o Presidente da República Michel Temer, já propôs uma reunião entre os Poderes. Eu estive hoje pela manhã com o Presidente da República Michel Temer e ele me disse que estaria recebendo o Presidente Renan e que estaria convidando também a Presidente do Supremo Tribunal Federal, a Ministra Cármen Lúcia, para uma reunião amanhã.

Então, na quarta-feira, provavelmente, estarão se reunindo os três Poderes da República: o Poder Judiciário, o Poder Executivo, o Sr. Presidente da República, o Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Senado Federal, porque esse erro talvez a Presidente Dilma tenha cometido, e algumas vezes eu cheguei a falar também, que precisavam sentar na mesma mesa os três Poderes da República para conversarem, porque a Constituição já fala que os poderes têm que ser independentes, porém harmônicos. Quando se quebra essa harmonia, aí começa a crise institucional. É isso que V. Exª neste momento está pregando na Tribuna do Senado Federal.

Parabéns a V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu fico sinceramente muito bem atendida nessa informação que V. Exª acaba de dar, não apenas a esta Senadora que está abordando o tema, Senador Valdir Raupp, mas à sociedade brasileira, que, como eu, está perplexa com o que está acontecendo neste momento.

Também saúdo como uma iniciativa oportuna, necessária e inadiável, que essa reunião aconteça, sob pena de, deixando passar sem um posicionamento claro dos nossos líderes dessas instituições, exatamente ficar aquela brasa coberta com um pouco de cinza, e a qualquer momento reacender um fogo, uma labareda, renovando uma crise institucional que é desnecessária.

Eu confio, sim, na capacidade do Presidente da República, da Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Cármen Lúcia, que hoje aliás, na reunião do Conselho Nacional de Justiça, se manifestou também, assim como o Presidente Renan, para defender uma instituição do Senado Federal. O Ministro da Justiça, equivocadamente, a forma como ele fez, a ação da Polícia Federal. Foi a forma. Defender a Polícia Federal eu sempre defendi e vou continuar defendendo, agora a forma de defender, porque a Polícia Federal tem agido republicanamente dentro da sua função. E a ministra Cármen Lúcia, presidindo o Conselho Nacional de Justiça e presidindo o Supremo Tribunal Federal, que é a instância máxima do Poder Judiciário, disse que quem critica ou quem ataca um juiz está me atacando também, está atacando a Presidente do Conselho Nacional de Justiça.

O que eu tenho dito também em relação a esse tema, Senador Raupp? Eu quero cumprimentar então líderes que tenham aceito esse encontro necessário neste momento, para que tanto a Presidente do Supremo, o Ministro, o Presidente da República e os Presidentes da Casa e agora também na condição, porque não temos vice-Presidente da República, o Presidente Rodrigo Maia é o vice-Presidente da República, dentro da Constituição Brasileira... Então é extremamente louvável que isso venha acontecendo, mas o que o Congresso não pode, em nenhum momento, é dar à sociedade a impressão de que trabalha para suspender, atrapalhar, prejudicar a Operação Lava Jato, em curso no Poder Judiciário brasileiro. Nós não temos esse direito de frustrar a sociedade brasileira, que está acompanhando todo o trabalho que é feito com zelo, com rigor de todas as instâncias, seja o Judiciário, o Ministério Público e a Polícia Federal. Nós não podemos. Na hora em que isso



acontecer, esta Casa vai perder ainda mais credibilidade junto à sociedade brasileira.

É por isso que eu tenho restrições, neste momento, de tratar da lei de abuso de autoridade. Acho que também essa matéria é inoportuna a ser discutida, até porque eu tenho a confiança de que nós, aqui no Senado, temos o Conselho de Ética. O que faz o Conselho de Ética? Julga os Senadores, os Parlamentares que são denunciados. Nós cassamos dois Senadores. Portanto, o Conselho de Ética tem essa responsabilidade de Corregedoria. E isso foi feito. Cassamos Demóstenes Torres e cassamos o mandato de Delcídio do Amaral. Fizemos – eu não querendo ser juíza – isso. Da mesma forma, o Poder Judiciário tem a sua Corregedoria. Que ela seja célere quando houver erros. A própria Ministra Cármen Lúcia foi muito clara: “Reconheço que temos erros. Temos que corrigi-los”. Então, a Corregedoria do Poder Judiciário é para fazer exatamente a punição e a penalidade quando há excessos, mas a própria instituição precisa ter esse cuidado. Não é diferente no Ministério Público e não é diferente na Polícia Federal.

Então, se nós temos os instrumentos que são capazes de fazer esse julgamento e essa correção dos erros por algum dos elementos do Judiciário, do Legislativo e do Ministério Público, nós temos que acreditar que essas instituições sejam as maiores interessadas em promover a correção daqueles elementos que fazem ou prejudicam a imagem do conjunto da instituição.

Quando votei aqui a cassação de Delcídio do Amaral, eu não estava votando simplesmente para penalizar o Senador. Eu estava votando para defender a instituição, porque esta instituição aqui, cuja inspiração está ali – Ruy Barbosa –, é perene. As pessoas, não. Nós somos passageiros aqui. Meu mandato termina agora em 2018. Mas, se nós não pensarmos na instituição, nós não merecemos integrar a instituição à qual nós pertencemos.

Então, eu estou fazendo este pronunciamento e quero novamente, Senador Valdir Raupp, agradecer a informação relevante que V. Ex^a acaba de dar não à Senadora Ana Amélia, mas ao País, de que já houve a iniciativa de parte do Presidente da República, Michel Temer, no sentido de uma reunião na quarta-feira com a Ministra Cármen Lúcia, Presidente do Supremo Tribunal Federal e também do Conselho Nacional de Justiça, com o Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Renan Calheiros, e com o Presidente da Câmara e Vice-Presidente da República, Rodrigo Maia, para discutir exatamente as questões institucionais e colocar um ponto final nessa crise institucional, que foi gerada exatamente pela exacerbação de declarações que acabaram resultando neste momento tenso, difícil e nervoso. O Brasil não quer isso. O Brasil quer entendimento para poder acertar o passo e continuar trabalhando.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Ao tempo em que parabeno V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento, convido-a para presidir a sessão, Senadora Ana Amélia, para que eu possa fazer uso da palavra.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Fui informado também que está vindo o Senador Lindbergh, que também gostaria de fazer uso da palavra daqui a pouco, para a gente segurar a sessão aqui e eu fazer um breve pronunciamento.

(O Sr. Valdir Raupp deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Ana Amélia.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp pelo tempo necessário.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Ana Amélia, Sr^{as} e Srs. telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, minhas senhoras e meus senhores. É com alegria que subo a esta tribuna para prestar contas do nosso trabalho em defesa do nosso querido Estado de Rondônia.

Tivemos, Sr^a Presidente – eu e a Deputada Federal Marinha Raupp –, na última sexta-feira, duas importantíssimas reuniões, audiências: a primeira, com o Ministro de Minas e Energia, Ministro interino Dr. Paulo Pedrosa, porque o Ministro Fernando Coelho estava em viagem internacional, mas o Ministro interino Paulo Pedrosa nos atendeu com toda a sua equipe, com secretários nacionais do Ministério de Minas e Energia e também com a representação da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

Vieram também para essa audiência, representando a Eletrobras Rondônia, na impossibilidade do Dr. Luiz Marcelo, que é o Presidente da Eletrobras Rondônia, os diretores Dr. Efrain Cruz e Dr. Neil, que vieram representando a Eletrobras lá do meu Estado de Rondônia.

Vieram também representações de três regiões. Na verdade, o assunto eram quatro grandes regiões que ainda estão no sistema isolado, com energia gerada a óleo diesel, a motores, quando Rondônia já transporta para outros Estados da Federação mais de 6 mil megawatts de energia elétrica gerada na usina de Santo



Antônio e Jirau, sobretudo, para o Estado de São Paulo. Há uma subestação na cidade de Araraquara, em São Paulo, que recebe a energia de duas linhas gigantes, linhas mestras, que vêm da usina de Jirau e Santo Antônio para o Centro-Sul do País. Essas regiões isoladas ainda perecem por falta de uma energia firme, de uma energia na base de linhas, de transmissão, como falei, e ainda estão com usinas térmicas.

Não estou aqui a criticar a empresa que se esforça muito, a Rovema – que assumiu recentemente, substituindo a Guascor, na geração de energia térmica nessas regiões isoladas –, que tem se esforçado para dar conta de fornecer energia, mas é uma energia insegura, porque a qualquer momento há queda de tensão, há problemas de geração e de motores. Eu já vivi isso há mais de 30 anos, quando era vereador em Cacoal, quando era prefeito da cidade de Rolim de Moura e até quando Governador do Estado, há 20 anos, quando tínhamos muitos desses problemas.

Essas representações estavam compostas por representantes da cidade de Alvorada, com o Deputado Laerte Gomes, com mais uma representação de sete pessoas: empresários, profissionais liberais e liderados pelo João Guilherme. João Guilherme está liderando esse movimento Linhão Já, da cidade de Alvorada D'Oeste, mas que representa também São Miguel, Seringueiras, São Francisco, São Domingos e Costa Marques, na região da BR-429, região essa em que eu e a Deputada Marinha temos trabalhado muito, primeiro para o asfaltamento da BR-429, que já está quase pronta, e agora a nossa missão é dar conta de levar energia elétrica de boa qualidade, energia elétrica firme, de geração hídrica, das nossas hidroelétricas, para essas cidade.

Como já disse, na BR-429, esse linhão deve ser licitado em breve. A informação que eu tenho é que dentro de poucas semanas a Eletrobras-Rondônia, com autorização do Ministério das Minas e Energia e da Aneel, estará lançando a licitação, porque o projeto está pronto para ser licitado. É uma linha em torno de 360km, de Presidente Médici até Costa Marques, passando por Alvorada, São Miguel, Seringueiras, São Francisco, São Domingos e Costa Marques.

Graças a Deus, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse projeto já está pronto e a Eletrobras-Rondônia estará licitando o mais rápido possível esta linha. As outras linhas em regiões isoladas... Estava presentes também o prefeito eleito da cidade de Buritis, o Roni Irmãozinho – ele foi eleito na última eleição e estava lá representando já o seu Município – e o prefeito Dico, que é o prefeito atual. Essa linha sai de Ariquemes. O projeto ainda não está totalmente pronto. Segundo o Dr. Efrain, está faltando em torno de 15% para concluir o projeto da linha de transmissão de Ariquemes até Buritis, que passará por Monte Negro, atenderá também Campo Novo, Buritis, e os distritos de Rio Branco, Jacinópolis, Rio Pardo e toda aquela região da cidade de Buritis.

A terceira linha de transmissão é a que vai sair da cidade de Jarú, na BR-364, passará por Theobroma, Vale do Anari, Quinto Bec e vai até Machadinho d'Oeste. Machadinho d'Oeste, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores, vai receber, em breve, também, uma usina, mas para que essa usina seja construída, vai precisar de mais energia para poder abastecer os canteiros de obras, abastecer todo o movimento que vai acontecer em torno da construção da usina Tabajara, cujo leilão deverá acontecer no segundo semestre do ano que vem, 2017. Então, essa linha de transmissão que sairá de Jarú passará por Theobroma, Vale do Anari, Quinto Bec e Machadinho d'Oeste e vai atender a Cidade de Machadinho do Oeste com energia de boa qualidade. Também na mesma situação de Buritis, faltam em torno de 15% para esse projeto ser concluído e entrar também em licitação.

Não diferente desses três projetos de que acabei de falar, há a Ponta do Abunã. A Ponta do Abunã ainda não é um Município, porque há 19 anos não se cria um Município no Brasil. Já aprovamos aqui dois ou três projetos – eu fui relator de dois – e os Presidentes – o Presidente Lula, a Presidente Dilma – têm vetado. Eu espero que o próximo, do qual eu também sou Relator e já está até na Câmara, não seja vetado novamente, porque há praticamente 20 anos não se cria uma cidade.

E a região de que vou falar agora é a chamada Ponta do Abunã, uma região formada por quatro distritos e que, até hoje, não foi emancipada. Já fizemos até um plebiscito. Eu consegui, através de audiência com ministros do TSE, autorização para que o TRE de Rondônia autorizasse o plebiscito, e foi feito o plebiscito. Venceu a população. A maioria esmagadora votou pela emancipação da região de Extrema. A sede do Município será em Extrema, mas ali há Nova Califórnia, que é um distrito, e Vista Alegre, que até já pode ser Município. Mas, num primeiro momento, seria um Município só a chamada Ponta do Abunã, com aproximadamente trinta mil habitantes e praticamente vinte mil eleitores. Mas não deixaram a região se emancipar, mesmo já tendo havido o plebiscito. Então, repito: Extrema, Vista Alegre do Abunã, Nova Califórnia e Fortaleza do Abunã. São quatro distritos do Município de Porto Velho que formam a chamada Ponta do Abunã, em que está sendo construída a grande ponte do Rio Madeira, na região do Abunã, que vai dar passagem para o Estado do Acre e para a Rodovia do Pacífico.

Essa ponte está sendo muito visitada pelos Senadores do Estado do Acre – Senador Jorge Viana, Senador



Petecão e Senador Gladson Cameli –, pelas Deputadas e pelos Deputados Federais do Estado do Acre, por ser muito importante para aquele Estado também.

Mas eu falo da linha de transmissão que também deverá, a exemplo da 429, da Linha de Machadinho, da Linha de Buritis, ligar Porto Velho a Ponta do Abunã – Extrema, Nova Califórnia, Vista Alegre e Fortaleza. É uma linha de transmissão com energia de boa qualidade, que até hoje é gerada a diesel.

Há ainda uma quinta linha. Eu quero apenas parabenizar a Eletrobras Rondônia, o Ministério de Minas e Energia e a Eletrobras nacional pela linha de transmissão que foi feita de Porto Velho até Abunã. Quando eu fui Governador, o linhão passava por cima, e não havia energia. Motores velhos quebravam, e a região ficava sempre no escuro. Nós puxamos um chamado para-raios energizado por cima da rede e conseguimos jogar mil quilowatts para o Município de Itapuã.

Devido à doença e, posteriormente, ao falecimento da minha mãezinha lá no Rio Grande do Sul, eu não pude participar da inauguração dessa linha, mas fui eu que agendei a data para a inauguração da subestação e do linhão de Itapuã. Seriam cinco linhas. Eu falei de quatro e estou parabenizando essa, que já foi inaugurada. Já está atendido o Município de Itapuã do Oeste.

Então, era esse o relato, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que eu queria fazer sobre a área de energia elétrica em Rondônia.

Rondônia melhorou muito com a construção de inúmeras pequenas centrais hidrelétricas e com as Usinas de Santo Antônio e Jirau. Hoje, nós temos fartura de geração de energia elétrica. Existe fartura de geração de energia, mas, por ironia, ainda falta energia em algumas localidades por falta de linha de transmissão.

Por isso, nós fizemos essa reunião com o Ministério de Minas e Energia, com a Aneel e com os representantes dessas regiões, para dizer ao Governo Federal que Rondônia não aceita, que o povo de Rondônia não aceita que nós estejamos mandando energia em grande quantidade para fora do Estado e ainda existam regiões isoladas em Rondônia com falta de energia elétrica.

Eu queria concluir essa parte da energia com o apelo também para que o Programa Luz para Todos atenda em torno de 16 mil famílias que faltam ser atendidas em Rondônia. Para universalizar o atendimento em toda a área rural de Rondônia, ainda faltam ligar essas 16 mil famílias que estão sem energia elétrica no Estado de Rondônia, e que o ministério possa agilizar as contratações, as execuções dessas obras do Luz para Todos para atender todas as famílias daquele Estado, porque, mais uma vez, repito, é inadmissível que, em um Estado que esteja mandando energia em grande quantidade para fora, para outros Estados brasileiros, ainda haja famílias sem energia e cidades sem interligações com essas usinas, com esse linhão.

Eu gostaria de dizer também que, no mesmo dia, estivemos, na parte da tarde, com o Diretor Executivo do DNIT nacional e também com o Diretor de Planejamento tratando do encabeçamento das 15 pontes que ainda faltam para a conclusão da BR-429. O asfalto já está praticamente todo pronto – e é um asfalto de boa qualidade –, mas estão ocorrendo muitos acidentes nas cabeceiras das pontes por falta do encabeçamento dessas 15 grandes e maravilhosas pontes de alvenaria.

Encerro aqui, Sr^a Presidente, agora, com uma nota de pesar. Eu queria externar os nossos sentimentos, em meu nome, da Deputada Marinha Raupp, do PMDB de Rondônia e, por que não dizer, do PMDB nacional, pelo falecimento do Sr. Miguel Queiroz, Presidente do Diretório Estadual do PMN do Estado de Rondônia, aos seus familiares. Ele faleceu na sexta-feira, mas eu não tinha tido oportunidade de estar na tribuna para fazer esta nota de pesar, externar as nossas condolências, os nossos sentimentos à família do Sr. Miguel Queiroz, aos seus amigos e aos seus correligionários do PMN estadual de Rondônia.

Era o que tinha, Sr^a Presidente.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – De fato, Senador Raupp, sobre essa questão da emancipação de Municípios, há distritos no Brasil, hoje, com 300 mil habitantes, maiores até do que o Município sede. Então, é preciso uma regulação a respeito dessas emancipações até porque a última emenda constitucional que foi votada – temos de fazer justiça ao ex-Senador Mozarildo Cavalcanti, que lutou muito por isso – limitava em 12 mil habitantes para um distrito se emancipar, o que é um número razoável. Hoje, há Municípios com muito menos do que isso. Então, acho que está na hora, de fato, de nos debruçarmos responsavelmente sobre esse assunto.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Não concordo, Sr^a Presidente, quando falam que criar novos Municípios é gerar mais despesa. Isso sai da quota-parte de todos os Municípios brasileiros. A União não teria prejuízo com isso de maneira nenhuma.

Eu participei – entrei em um Estado novo, saindo do Estado de Santa Catarina, depois de ter passado pelo Rio Grande do Sul, e cheguei a morar em Porto Alegre, ainda muito jovem, com 18 anos; depois, fui para o Paraná e migrei para Rondônia há 38 anos – de várias emancipações. Quando cheguei a Rondônia, só havia



dois Municípios: apenas Porto Velho, que é a nossa capital e que já tem 700 mil habitantes, e Guajará-Mirim, que é a cidade fronteira, a cidade histórica ligada pela Ferrovia Madeira/Mamoré, a Mad Maria, a Porto Velho para transportar borracha.

Então, quando eu cheguei a Rondônia, em 1975, só havia esses dois Municípios. Depois, o governo ainda nomeado do Coronel Jorge Teixeira criou mais 11 Municípios. Depois, vieram mais dois. Em Porto Velho, ainda não havia eleição direta, assim como em Costa Marques, que era cidade de fronteira a Guajará-Mirim. Houve eleições nesses Municípios também, e eu, quando governador, tive o privilégio... Aliás, antes ainda, como vereador, eu ajudei a emancipar a cidade de que, depois, fui prefeito por duas vezes e que hoje tem quase 60 mil habitantes. Olha só! Rolim de Moura – que V. Exª conhece pois passou por lá para ir a Santa Luzia –, quando emancipada, deveria ter uns 12 mil habitantes. Ela fazia parte de Cacoal. Eu era vereador em Cacoal. Logo em seguida, ela se emancipou, e eu fui o primeiro prefeito; depois, alternadamente, voltei à prefeitura novamente, porque não havia ainda o instituto da reeleição. Hoje, ela tem quase 60 mil habitantes, depois de ter perdido três distritos que foram emancipados também, quando a lei permitia: Santa Luzia, Novo Horizonte e Castanheiras pertenciam também a Rolim de Moura. Olha só! E agora não se pode mais criar Município. Quando governador, eu criei 11! Eu criei 11 Municípios, junto com a assembleia legislativa. São Francisco, com a Prefeita Gislaine Lebrinha, já reeleita, é um Município de 40 mil habitantes. Buritis, a última cidade que eu criei quando governador, já tem mais de 40 mil habitantes. Então, por que não se pode criar Municípios? Por quê?

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – V. Exª me concede um aparte, nobre Senador?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu acho que só Brasília, Senador Reguffe, que tem apenas Senadores e Deputados, tem esse privilégio de não ter eleições para prefeito e vereadores. Mas, mesmo assim, eu não sei se um dia, lá na frente, não vão pensar em essas cidades satélites serem transformadas em Municípios.

Mas onde há um distrito distante, a 300 quilômetros de Porto Velho, a 300 quilômetros da sede do Município, que é o caso de Extrema, de Nova Califórnia, de Vista Alegre do Abunã, de Fortaleza do Abunã, não se poder criar uma cidade, um Município mais no Brasil?

Eu já estava até parando, mas concedo, com a permissão da Presidente, um aparte à Senadora Vanessa Grazziotin.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu solicito o aparte porque vejo que V. Exª ainda tem tempo. O seu pronunciamento levou não apenas a Senadora Ana Amélia a fazer uma observação, mas a mim também. Na realidade, nós não podemos pensar no Brasil como se tivesse ele uma característica única de Norte a Sul, de Leste a Oeste. Nós temos um País do Sudeste e um País do Nordeste. Por exemplo, V. Exª fala de Rondônia, vizinha ao meu Estado do Amazonas, mas ainda é Rondônia um Estado todo ligado por estradas. E V. Exª está falando, com toda a correção, com toda a justeza, da necessidade da criação de novos Municípios. Imagine no Amazonas, Senador Valdir Raupp, a maior unidade da Federação brasileira, com 1,5 milhão de quilômetros quadrados, em que a grande maioria dos Municípios não são ligados uns aos outros por estradas. Nossas estradas são os nossos rios. Temos 62 Municípios, contando com a capital, Manaus. E temos na porta, já prontos para serem aprovados, em torno de 30 Municípios. O que significam 90 Municípios para um Estado de 1,5 milhão de quilômetros quadrados diante de um Estado como Minas Gerais, que tem mais de 820 Municípios? O que significa? Então, nós não podemos ver o Brasil como se fosse uma coisa única. Quem ouve a proposta, Senador Raupp, de criação de novo Município já imagina criação de novas despesas. Negativo. Em muitas vezes, podemos trazer economia. Imaginem que, para um prefeito de um Município do interior chegar a uma de suas comunidades, são mais de dois dias andando de motor de rabeta, como chamamos aqueles motores mais lentos, que é o meio de transporte mais comum à população daquela região. Então, para nós é uma necessidade. É uma necessidade para Rondônia, é uma necessidade para o Amazonas, é uma necessidade para o Pará, até mesmo para fazer justiça redistributiva, porque, a partir do momento em que o Estado tem um número muito grande de Municípios, é ele que vai abocanhar grande parte dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios, enquanto regiões que necessitam disso – não apenas de recursos, mas de maior capacidade administrativa, e isso só se conseguirá através de um novo ordenamento territorial – sofrem as restrições da legislação brasileira. Então, quero dizer que o interesse de Rondônia é o interesse do Amazonas, e, muito mais do que interesse, é a necessidade. Assim deve ser visto por todos os Parlamentares para que cheguemos a essa condição. Obrigada, Senador.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado a V. Exª.

Agradeço o aparte e peço a incorporação integral ao meu pronunciamento. E dizer, Senadora Vanessa, que só é contra a criação de um Município quem não mora ou nunca morou em um distrito isolado, sem prefeitura, sem os poderes constituídos, sem uma delegacia de polícia, sem um fórum, sem uma promotoria,



porque, depois que se cria a cidade, depois que se cria o Município, tudo isso acontece. Isso só acontece quando se transforma um distrito de 20 mil, 30 mil habitantes ou mais em cidade, em Município. Por isso, eu defendo – eu que já vivi, senti na pele, já morei em um distrito, já participei de várias emancipações – a importância da emancipação político-administrativa de uma vila, de um distrito, de uma região isolada como essas que nós temos ainda no Brasil.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cumprimento o Senador Valdir Raupp.

Senadora Vanessa, V. Exª estava no plenário, mas há uma inscrição de comunicação inadiável, que são cinco minutos, do Senador Reguffe.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, o Senador Reguffe, gentilmente, faz uma permuta com a Senadora.

Logo após a Senadora Vanessa, será V. Exª, Senador Reguffe.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Agradeço Senadora Ana Amélia, e agradeço, sobretudo, ao Senador Reguffe, como sempre extremamente gentil e, mais do que isso, compreensivo. Muito obrigada, Senadora. Estou com dois compromissos em seguida. Eu seria a primeira inscrita, mas um compromisso me impediu que eu estivesse aqui na hora. Tive de permutar com a Senadora Fátima.

Srª Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, eu quero aqui relatar, brevemente, o trabalho que a Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa, presidida pela Senadora Gleisi Hoffmann, tem desenvolvido em torno do debate relativo à PEC 241, proposta de emenda constitucional que visa ao estabelecimento de um teto para os gastos públicos, aliás, proposta esta que está sendo debatida neste momento na Câmara dos Deputados e deverá ter a sua votação, em segundo turno, ainda no dia de hoje na Câmara, o que fará com que ela seja remetida ao Senado Federal para ser lida imediatamente e que possamos seguir um calendário já preestabelecido pelo Presidente da Casa, em comum acordo com as Lideranças.

De acordo com esse calendário, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, deveremos, no Senado Federal, votar terminativamente a matéria, ou seja, a votação em segundo turno, aqui no plenário, entre os dias 13 e 14 do mês de dezembro. Portanto, uma matéria de tamanho impacto, uma matéria de tanta relevância, no nosso entendimento, não deveria estar tramitando com um tempo tão exíguo como está aqui no Congresso Nacional.

Para que todos tenhamos ideia, a votação em primeiro turno da matéria na Câmara dos Deputados passou quase despercebida, mas foi a partir dessa votação em primeiro turno que a sociedade brasileira começou a compreender o real significado dessa matéria. E a partir do momento, Senador Reguffe, que compreende o conteúdo da matéria, se mobiliza contrariamente à sua aprovação.

Eu tenho ouvido muitos discursos aqui dizendo o seguinte: “Eu sou a favor da responsabilidade fiscal. O Governo não pode gastar mais do que ganha.” Vamos lá, eu não concordo com essa conclusão em todo o seu aspecto. Até acho que o Governo tem que buscar, tem que perseguir a responsabilidade fiscal, gastar sempre aquilo que tenha efetivas condições de gastar. Entretanto, a vida não é aquilo que nós queremos, mas a vida é aquilo que é. Muitas vezes, o imprevisto acontece e, muitas vezes, o imprevisto traz consigo responsabilidades antes não previstas. Por exemplo, o País – e não só o Brasil, o mundo inteiro – hoje vive uma crise econômica profunda. Qual a família brasileira que não passou por crises econômicas também? Diante desses momentos difíceis é que nós precisamos tomar decisões, decisões importantes. E essas decisões, no meu entendimento, têm que ser sempre decisões para favorecer aquele que mais precisa ser favorecido, e não aquele que já é favorecido.

Então, diante desses discursos é que eu digo o seguinte: uma família, quando tem um ente doente e precisa ultrapassar o seu orçamento, será que, por conta da tal responsabilidade fiscal, não ultrapassará o seu orçamento, porque não quer se endividar, e deixará que o ente da família morra? É diante desse quadro que o Brasil está posto.

E muitos aqui dizem: “Ou é a aprovação da PEC do limite dos gastos, ou é a falência do Estado brasileiro, ou é um número muito maior de desemprego”. E isso não é verdade. Isso é a maior mentira que eu já ouvi nos últimos tempos, por uma razão muito simples: esse teto que está sendo estabelecido – o teto de gastos no orçamento – só serve para os gastos primários, ou seja, aquilo que se gasta com saúde, educação, cultura, ciência e tecnologia, segurança, agricultura, pagamento de pessoal, programas sociais. Os gastos financeiros estão fora, estão fora desse limite de gastos.

E veja: um dia desses, agora, recentemente, foi esse Presidente ilegítimo quem disse: “Para que tanta



balbúrdia? Para que tanto desespero? Porque essa proposta, se o País, se o Parlamento quiser, pode ser modificada daqui a três, quatro anos. Não há nada que impeça que a proposta seja modificada.” Pois bem, diante dessa declaração do Sr. Temer é que eu questiono. De fato, ele tem razão: a proposta pode ser modificada daqui a dois, três, quatro anos, depende da decisão do Congresso Nacional. Então, se ela pode ser modificada, por que aprovamos uma proposta para 20 anos se é uma proposta de ajuste fiscal para enfrentar um momento de crise econômica? Por que uma durabilidade de 20 anos? Um Presidente que não tem nem três de mandato. Por que 20 anos? Por que através de emenda constitucional uma proposta de ajuste fiscal? Sabe por quê, Senador Reguffe? Porque eles querem que isso dure 20 anos. E aí não vamos trabalhar só com esse cenário de recessão, que é o que estamos vivendo hoje: vamos trabalhar com o retorno do cenário de desenvolvimento. Quando o País voltar a se desenvolver, de acordo com a Constituição vigente, estará proibido de investir no social, estará proibido de investir na infraestrutura, estará proibido de melhorar o salário dos trabalhadores, porque, com essa PEC, acaba a política de valorização do salário mínimo, acaba tudo, absolutamente tudo, enfraquece a saúde e a educação.

E não venham eles dizer: “Não, educação pode ter um aumento além da inflação, como saúde também, mas tem que cortar de outro lado.” Cortar de onde? Da segurança? Cortar de onde? Da ciência e tecnologia, para continuarmos a ver as nossas inteligências indo embora do Brasil? É claro que pode. Desse jeito pode.

Então, por que 20 anos? Então, quando iniciarmos novamente um ciclo promissor de desenvolvimento, o Estado brasileiro estará impedido – impedido – de investir no seu próprio desenvolvimento, desenvolvimento social. O desenvolvimento econômico estará proibido, porque estará limitado. Só pode aplicar aquilo que aplicou no ano anterior, acrescido da inflação. Então, por que 20 anos? E por que PEC? De onde vem tanta submissão? A quem querem atender?

E aí, Srs. Senadores, quero fazer um paralelo. Aqui falava do trabalho desenvolvido pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), porque nós estamos debatendo a matéria não apenas levantando os seus malefícios para a sociedade brasileira, mas estamos debatendo a matéria também sob o ponto de vista de apontar quais as alternativas para tirar o Brasil da crise, porque é preciso, sim, tirar o Brasil da crise.

Aliás, quem passou o ano de 2015 todo atrapalhando o governo da Presidenta Dilma, prejudicando o Brasil, foram esses que estão no poder hoje, que não titubearam, em nenhum momento, em tirar do poder uma Presidente que não cometeu nenhum crime, não titubearam, em nenhum momento, em tirar essa Presidente, sabendo que ela não cometeu nenhum crime, mas, como não viam nela alguém que iria aplicar a sua proposta na íntegra – que nada mais é que o retorno ao Estado mínimo, a aplicação da política neoliberal –, entenderam por bem tirá-la, vendendo ao povo brasileiro a imagem falsa de que ela era a responsável por tudo, responsável pela corrupção, responsável pela crise econômica, e de que, bastasse eles assumirem o poder, tudo melhoraria.

Está aí: nenhuma das previsões de desempenho da economia brasileira tem sido positiva. Elas mostram que o cenário econômico vem piorando, inclusive após a assunção de Temer no poder. Vem piorando significativamente. Projeção do Banco Central e projeção de vários institutos de pesquisa de acompanhamento econômico mostram que a economia está se deteriorando.

Está aqui hoje. Hoje saiu, Senador Reguffe – e eu concederei aparte a V. Ex^a –, o relatório tão esperado, a ata do Copom, que baixou – entre aspas – “os juros, a taxa Selic em 0,25%”. Saiu hoje. Vamos ler o que está escrito no relatório, com atenção, mas vamos ler e vamos interpretar, porque baixar a taxa de juros no Brasil em 0,25% significa sabe o quê? Aumentar os juros reais, diante de um cenário de queda de inflação, diante de um cenário de recessão.

Então, quem sempre usa o microfone para demagogicamente falar “E os empregos que estão indo embora” perdeu uma grande oportunidade de começar a enfrentar o desemprego baixando, de forma mais significativa, a taxa de juros neste País. Um recuo de 0,25% é um arremedo, é pífio e não vai contribuir com o que poderia contribuir para iniciar um processo de alavancagem do nosso desenvolvimento e a retomada do desemprego. Isso significa muito, muito no ponto de vista de economia e de geração de emprego.

E olhem que estou falando aqui sob a ótica dos economistas mais conservadores. Os mais conservadores, os mais ortodoxos diziam e escreviam que, no mínimo, a taxa tinha de baixar 0,5%. Pois só baixou a metade disso: 0,25%. Só a metade disso.

Então, vejam: de um lado, temos essa decisão da política cambial, da política econômica, macroeconômica; e, de outro lado, temos a PEC 241. A PEC 241 tira dinheiro do público. A política macroeconômica brasileira permite que seja esbanjado dinheiro com pagamento de juros. E é simples assim, sim, senhores. É simples. O que o País gasta pagando juros é quase a metade do Orçamento da União. É isso.

A lógica da PEC 241 – eu tive a oportunidade de escrever isto em artigo publicado no dia de hoje no jornal *Folha de S. Paulo* – não é outra a não ser economizar com o social para gastar e passar para os banqueiros.



Esse é o grande problema. Esse é o grande problema.

Então, eu quero lamentar. Espero que aqui, no Senado, tenhamos condições de mostrar à sociedade brasileira o que está em curso no País e, a partir daí, conseguirmos o apoio necessário para brevar essa proposta, que é negativa, é nociva. É uma proposta muito boa para o sistema financeiro, para os especuladores, mas terrível, mortal para a Nação e para o povo brasileiro.

Senador Reguffe.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Senadora Vanessa, na minha concepção, um governo não pode gastar mais do que arrecada. Isso para mim é princípio. Quando um governo gasta mais do que arrecada, haverá alguém que vai pagar isso num ponto futuro, porque o dinheiro do governo, que as pessoas acham que é do governo, na verdade é de todos os contribuintes brasileiros. Ele é da população brasileira. Não existe dinheiro do governo. Aquele dinheiro é da população. Quando o governo gasta mais do que arrecada, alguém tem que pagar essa conta num ponto futuro. E quem paga essa conta? É o contribuinte brasileiro com o aumento de impostos e é esse contribuinte que represento no meu mandato. Então, na minha concepção, um governo não pode gastar mais do que arrecada. Isso para mim é princípio. Agora, com relação ao lado financeiro que V. Ex^a colocou, concordo. Precisa-se reduzir a taxa de juros sim. A cada 1% de redução na taxa de juros, na taxa Selic, o governo tem uma economia aos cofres públicos de R\$17 bilhões por ano. Cada 1% equivale a R\$17 bilhões. Agora, essa redução da taxa não pode ser por decreto, tem que ser de forma sustentável, porque, se é por decreto, gera um impacto na inflação num ponto futuro. E a inflação é o pior dos impostos, principalmente para as pessoas mais humildes. Então, ela precisa ser acompanhada de uma redução dos gastos públicos, para que possamos fazer uma redução da taxa de juros de forma sustentável. Considero também 0,25% pouco. Considero uma redução muito pequena. Agora, a taxa de juros estava há um tempo já em 14,25% e, antes de 14,25%, no governo anterior, só crescia também. Houve uma redução lá atrás, sem ter a redução dos gastos públicos. Então, os gastos públicos explodiram, e tentou-se reduzir a taxa de juros. Qual foi o resultado? Num ponto futuro, teve que se aumentar a taxa de juros novamente. Ela foi aumentando, aumentando e chegou a 14,25% no governo anterior. Então, isso é importante que se diga. Agora, com relação ao Governo atual, tenho várias críticas. Acho que há um loteamento da máquina pública pelos partidos. O mesmo loteamento que eu criticava no governo anterior continuou neste Governo. Eu não tenho nenhum cargo no Governo. Quero aqui sempre agir com independência e com respeito ao meu eleitor. Justamente por isso, eu não peço nada ao Governo, não tenho cargo nenhum para poder representar bem o meu eleitor nesta Casa. Sempre penso, na hora de votar um projeto, não se aquilo vai beneficiar ou prejudicar um governo, e, sim, se aquilo vai beneficiar ou prejudicar a população, o cidadão, o contribuinte. Então, considero que, com relação à responsabilidade fiscal, um governo não pode gastar mais do que arrecada. Isso para mim é princípio, porque, quando o governo faz isso, quem paga essa conta, num ponto futuro, é o contribuinte com o aumento de impostos e é esse contribuinte que represento aqui no meu mandato. Agora, isso é uma coisa; outra coisa é essa explosão de juros que temos no Brasil, com a segunda maior taxa de juros real do mundo, e o contribuinte tendo que pagar essa taxa de juros para ficar sustentando gastos ineficientes de governos, sustentando a irresponsabilidade fiscal de governos. Penso que tem que se reduzir a taxa de juros sim. Considero essa redução pequena, como V. Ex^a disse. Agora, quero lembrar que, no governo anterior, a taxa de juros subiu, chegou aos 14,25% e depois ficou muito tempo parada em 14,25%. Agora, não tiro a razão da crítica de V. Ex^a de que essa redução é pequena, ínfima e muito menor do que a população precisa, até para que a gente possa impulsionar o desenvolvimento econômico e gerar emprego e renda neste País.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu agradeço o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Reguffe. E esse aparte que V. Ex^a faz mostra o quanto nós necessitaríamos e necessitamos – necessitaríamos seria o passado já, com uma expectativa de que, tudo bem, não precisa mais – um espaço para debater profundamente essa matéria. Porque essa matéria é extremamente complexa, ela atinge o dia a dia da vida de toda a nossa gente.

V. Ex^a, quando fala do governo anterior, deve se lembrar de tantos pronunciamentos que nós ouvimos aqui, de que a Presidenta Dilma foi irresponsável, e isso, e aquilo, e aquilo outro. E que uma das irresponsabilidades dela teria sido baixar tanto quanto baixou a taxa de juros, porque foi abrupta, porque foi isso, porque foi aquilo. Tentou-se. Tentou-se muito. Mas aí ela perdeu a confiança para continuar governando o País. Foi exatamente neste ponto, quando ela quis enfrentar o setor financeiro brasileiro e do mundo inteiro que atua aqui. E, aliás, se beneficia muito aqui.

Tenho a certeza absoluta, Senador Randolfe, de que nós podemos apresentar emendas, sim. Querem limitar os gastos públicos? Vamos limitar também os gastos financeiros. Tenho certeza absoluta de que V. Ex^a concorda com essa proposta. Vamos também.

Olhe, tenho aqui uma matéria que saiu em todos os jornais recentemente, dia 14 de outubro. Qual é a



manchete? “Margem dos bancos com crédito cresce 60% em dois anos e o Banco Central pede redução.” Para eles, o Banco Central não impõe nenhum limite, só pede redução. E estamos falando sabe de quê? Dos tais *spreads* bancários! Olhe o que diz a matéria. A matéria diz: “Dados do Banco Central mostram que, em pouco menos de dois anos, o *spread* bancário subiu 15,40 pontos percentuais. Em dezembro de 2014, os bancos captavam dinheiro a uma taxa média de 12% ao ano e emprestavam a uma taxa média de 37,3% ao ano.” Ou seja, eles pegavam o dinheiro, pagavam 12% e emprestavam a 37%. Mas, logo em seguida, a taxa que eles pagavam para captar o dinheiro, que era de 12%, passou para 12,3% – não se mexeu quase nada, continuou na casa dos 12 pontos percentuais. Mas eles passaram a emprestar sabe a quanto em agosto? A 53%. E o que o Banco Central faz? O que faz o Sr. Temer? Manda para cá um projeto de lei para brecar isso, para estabelecer um limite? Ou será que agora o sistema financeiro é o Deus, que não pode se sujeitar a nenhum limite? Não, pedem! Pedem para reduzir.

Quanto custam os juros de cartão de crédito no Brasil? Será que quem está nos ouvindo sabe? Custam 470%!

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – V. Exª me permite um aparte?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu vou conceder aparte a V. Exª.

Custam 470%! É o que custam! E cadê? A PEC fala em limitar? “Ah, mas não pode!” Mas não pode por quê? Por que não pode?

Todos os setores produtivos de serviços do Brasil reclamam queda nas vendas, queda na produção, portanto, no retorno. Mas os bancos não reclamam. Pelo contrário, quanto maior a crise, mais eles aumentam taxas, mais eles aumentam juros, mais eles ganham. E não há nenhum limite para isso? O que é isso?

E eu aqui repito: é um absurdo terem baixado somente 0,25% Tinham que ter baixado – e isso era a visão dos conservadores – 0,5%, porque cada 0,25% quanto custa? Em torno de R\$10 bilhões. E R\$10 bilhões é pouco? Não é pouco, não é pouco. Ou seja, a lógica da PEC 241 é tirar dinheiro do povo para dar dinheiro para banqueiro. Essa é a lógica. E por isso tiraram a Presidente do poder.

Antes de conceder o aparte a V. Exª, Senador, eu só queria pedir à Senadora Ana Amélia... Eu tenho aqui que fazer o meu pronunciamento e vejo que tenho três minutos somente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Eu já alertei, mas se há apartes...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sim, eu vou conceder, mas eu queria que V. Exª me permitisse. São duas páginas. É a nota oficial do meu Partido em relação ao fato ocorrido no Senado Federal com a entrada da Polícia Federal aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Tudo bem. Estou lhe dando, Senadora, por favor.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, Senador, eu só pediria que fosse breve, para eu poder ler pelo menos parte, se não a íntegra, Senadora Ana Amélia, da nota, que eu considero muito importante abordar, mesmo que rapidamente, sobre os fatos ocorridos e que envolvem o Parlamento brasileiro, o Senado Federal.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Senadora Vanessa Grazziotin, de maneira muito respeitosa – e não poderia ser diferente –, eu acho que V. Exª confunde o pecado com a penitência. O partido de V. Exª governou o Brasil durante 13 anos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O meu Partido apoiou esse governo durante 13 anos.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – V. Exª, o partido de V. Exª é parte, é sócio daquilo que...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O de V. Exª também, salvo engano, era antes. É que V. Exª mudou.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – V. Exª me deu o aparte e eu vou agradecer, senão...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu já concedi o aparte.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... eu vou devolver o aparte a V. Exª ...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois não.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – e oportunamente eu posso falar, sem qualquer tipo de divergência. Quero apenas lembrar a V. Exª que acho que confunde o pecado com a penitência. O estabelecimento de um novo regime fiscal não é a causa, é a consequência. É a consequência para sanar toda a desorganização que foi deixada, que foi herdada pelo Governo do Presidente Temer. Aliás,



eu quero dizer a V. Exª o seguinte: eu não votei em Temer na última eleição. Eu votei em Aécio Neves. Quem deve ter votado em Temer é V. Exª, porque o Presidente Temer foi Vice-Presidente da Presidente afastada Dilma Rousseff. Então, eu falo com muita tranquilidade, porque eu não votei em Temer. Eu votei em Aécio Neves. Agora, o estabelecimento de um novo regime fiscal é uma realidade que se impõe em função do legado, em função da desorganização do governo de que V. Exª fez parte ao longo dos últimos 13 anos. Porque V. Exª fala como se não tivesse nada a ver com o passado. V. Exª fala como se não tivesse liderado a desorganização do nosso País. Eu quero lembrar a V. Exª que nenhum outro governo na história da República brasileira foi tão generoso com o sistema financeiro como o governo de V. Exª. O governo de V. Exª pagou, em 2015, mais de R\$500 bilhões ao sistema financeiro.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. *Fora do microfone.*) – Houve um governo mais generoso, o de Fernando Henrique, do seu partido, o PSDB.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Srª Presidente, eu não estou entendendo nada.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. *Fora do microfone.*) – Eu garanto a V. Exª, os juros eram de 43%.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Senador Ricardo Ferraço está fazendo um aparte à Senadora que está na tribuna, Senadora Vanessa Grazziotin. Vamos ter que ter um pouco de fidalguia, no mínimo, para não dizer respeito, dentro do plenário.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Lamento profundamente o incômodo do Senador Lindbergh Farias, porque é difícil realmente não revelar incômodo quando se ouve verdade.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É que V. Exª disse que nenhum outro partido, em nenhum governo, e eu disse que houve.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – De novo, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador, por favor, faça aparte na hora, Senador. Por gentileza, vamos ter respeito. Não vamos alimentar a falta de respeito e mostrar à sociedade.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Daqui a pouco V. Exª estará na tribuna, eu estarei aqui, poderemos fazer um bom debate acerca da nossa conjuntura. Eu ia dizendo exatamente isso a V. Exª: o novo regime fiscal é consequência e não causa. A causa foi a desorganização deixada pelo governo de V. Exª, que V. Exª defende e sempre defendeu aqui de maneira muito convicta. O endividamento do Estado brasileiro alcançou patamares jamais vistos na história do nosso País. O governo que V. Exª defendeu...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Outra inverdade, outra inverdade.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Srª Presidente, peço que V. Exª possa manter o Senador Lindbergh dentro dos níveis da civilidade e da educação.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Qual o problema? Estou dizendo que a dívida do Fernando Henrique era de 60% do PIB.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Ele, daqui a pouco, vai utilizar a tribuna. V. Exª não precisa ficar nervoso.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Exª só tem que se ater aos dados, porque V. Exª...

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Estou me atendo aos dados, mas não estou debatendo com V. Exª. Daqui a pouco, podemos debater, não há dificuldade alguma. Porque, no fundo, no fundo, é isto: os aliados da Presidente afastada pelos crimes de responsabilidade que cometeu mergulharam o nosso País num colapso absoluto. E o que eles deveriam fazer agora é dizer o seguinte: escuta, no lugar de um novo regime fiscal que possa limitar o custo do setor público para o brasileiro... Porque um dos grandes equívocos do governo afastado, do Senador Lindbergh e da Senadora Vanessa Grazziotin, é que esse governo se meteu a fazer PIB; e toda vez que o governo se mete a fazer PIB o que ele faz é déficit. O que ele faz é o que ele fez: a apropriação do Estado brasileiro em razão do interesse de um projeto político inescrupuloso que foi colocado em curso neste País. Eles se esquecem de que deixaram o País devendo 80% do PIB, de dívida bruta, e que se nada for feito essa dívida poderá chegar a 100% do produto interno bruto em 2024, em 2025. Então, em lugar dessas tergiversações, por que não dizer como enfrentar a desorganização fiscal que o governo Dilma deixou para os brasileiros? É uma inverdade dizer que deixou para o governo...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Senador.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... porque governo não paga conta nenhuma; quem paga a conta é o povo brasileiro, é o trabalhador e o empreendedor. Então, seria muito importante que



podéssemos ir adiante. V. Ex^a, durante 13 anos, não atacou o Banco Central, que praticou aqui as taxas mais imorais de juros. E fico feliz em ver V. Ex^a associar-se às manifestações de tantos outros que pedem, na prática, que a taxa básica de juros possa considerar a realidade dos fatos da economia. Perdoe-me, mas acho que falta um pouco de autocrítica, falta um pouco de humildade. V. Ex^{as} mergulharam o nosso País numa crise sem precedentes e agora fazem um discurso com cara de paisagem, com cara de Monalisa, como se não tivessem absolutamente nada a ver com isso. Perdoe-me, isso é desonestidade intelectual.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Senador. Agradeço a V. Ex^a.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Quero agradecer a V. Ex^a o aparte para que eu pudesse me manifestar.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu que agradeço a V. Ex^a. Quero também iniciar aqui a retomada do meu pronunciamento fazendo uma homenagem a V. Ex^a, que tanto gosta de trocadilhos...

(Soa a campanha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... e que iniciou dizendo que eu estaria confundindo pecado com penitência.

Eu quero dizer que é V. Ex^a quem confunde alhos com bugalhos. Pior, V. Ex^a não confunde somente. V. Ex^a continua a enganar a população brasileira, porque manipula os dados, porque distorce os dados. E eu desafio V. Ex^a: vamos ver qual foi a dívida, seja bruta, seja líquida, deixada pelo governo Lula e pela Presidente Dilma comparativamente à deixada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, o governo neoliberal que V. Ex^a tanto defendeu e que tanto entregou – não falo privatizou, nem vendeu, mas entregou – o patrimônio público dizendo que era para abater uma dívida. E deixou a dívida maior do que pegou.

Vamos falar, sim, em taxa de juros. Vamos falar. Está aqui. Quanto foi a taxa de juro deixada pelo Fernando Henrique Cardoso? Foi 45% ao mês.

Por que dizem que a Presidenta Dilma perdeu a condição de continuar governando? E o Congresso disse isso a ela, a maioria. Porque ela foi muito afoita em baixar as taxas de juros.

Ora, nobre Senador, até onde eu sei V. Ex^a chegou aqui a esta Casa eleito pelo PMDB, o partido que sempre foi vice-Presidente da Presidenta Dilma. E agora vem dizer que a cara de paisagem é nossa? Os senhores é que têm cara de pau. Desculpe-me, eu não faço discurso assim, não. Não gosto, mas sou obrigada. Diante da truculência que V. Ex^a apresenta aqui, eu sou obrigada a dizer isso. Eu sou obrigada a dizer que os senhores é que têm cara de pau. Porque o que os senhores defendem não é o salário do povo, não é o emprego do povo que está se perdendo, não. Se defendessem isso, não admitiriam uma taxa de juro baixar em somente 0,25%...

(Interrupção do som.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora, eu já tinha lhe dado 17 minutos. Então, agora, a senhora me pediu para ler a nota do seu partido, porque há outros oradores aguardando.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – V. Ex^a tem razão.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria que V. Ex^a concluísse.

(Soa a campanha.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Estou dando dois minutos a V. Ex^a.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Senador Lindbergh estava solicitando aparte também, Senadora.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu acabei entrando no debate rapidamente aqui. Hoje é um dia mais tranquilo.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu consulto...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, vamos fazer o seguinte, Senador Lindbergh, V. Ex^a vai falar aqui sobre o mesmo assunto?

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Senador vai usar a tribuna.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Retomaremos o debate, e eu ficarei aqui também para pedir aparte.



A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Por favor, Senadora. É de bom tamanho. É de bom tamanho.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Senador terá a possibilidade também de dizer que não se está falando nenhuma inverdade aqui, porque os números não mentem. Não adianta querer inventar número, o número está aqui. Quem enfrentou o mercado financeiro foi a Presidente Dilma. Quem a tirou do poder por essa razão foram eles, e agora estão apresentando essa PEC.

E essa PEC está muito clara. Por que não corta gastos financeiros também? Por que impõe limite? Esse é o problema. Respondam só isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Vamos à nota, Presidente. Eu agradeço muito a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agora só tem mais um minuto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Vamos à nota.

Srªs e Srs. Senadores, diante do que aconteceu no Senado, algo extremamente grave, eu e o meu Partido temos a consciência de que isso tem que ser avaliado...

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... do ponto de vista institucional. Assim, avaliando, Senadora Ana Amélia, nós publicamos hoje uma nota que representa a opinião oficial do meu Partido em relação ao tema. Eu me refiro à chegada – não sei se podemos dizer invasão – da Polícia Federal ao Senado Federal para prender alguns servidores e levar alguns materiais.

Inicia assim a nossa nota:

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, promulgada em 1789, após a Revolução Francesa, afirmava, em seu art. 17º, que “toda sociedade onde a garantia de direitos não esteja assegurada, nem a separação de poderes determinada, não tem Constituição”.

O Brasil está assistindo, nesses dias tristes para a legalidade democrática e o Estado de Direito, ao achincalhe desse princípio básico do liberalismo político. A invasão do Parlamento brasileiro pela Polícia Federal,...

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) –

... com a prisão de integrantes da Polícia Legislativa na chamada Operação Méfis, é um desses atos cheios de simbolismo. Demonstra que algumas carreiras de Estado, com o apoio de parte importante do Judiciário, decidiram usurpar um poder que não lhes cabe.

Para isso, baseiam-se em uma campanha violenta contra o Parlamento brasileiro. E vejam os senhores, eu não estou falando de uma campanha contra Parlamentares, e, sim, uma campanha contra o Parlamento, Senadora Ana Amélia. Não se trata do necessário combate político contra a maioria conservadora que se formou no último período, luta fundamental feita pelas forças mais consequentes, mas do ataque aberto contra a instituição em si, sua existência, suas prerrogativas e seu lugar na ordem institucional.

Essa busca por desmoralizar o poder eletivo não serve ao povo nem ao País, e, sim, àqueles que querem liquidar a Nação e para isso precisam garrotear qualquer vestígio de espaço para o contraditório,...

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) –

... qualquer ambiente em que a arena política possa se estabelecer. Na nossa limitada democracia, o Parlamento, mesmo em seus piores momentos, é um espaço desse tipo e precisa ser preservado e defendido.

Nesse sentido, merecem apoio as declarações dadas pelo Presidente Renan Calheiros contra a operação... [...]

O Senador, Presidente da nossa Casa, questionou a legitimidade de a 1ª Instância do Poder Judiciário ter feito o que fez. Estará, deve até ter ingressado já hoje, com uma ação para ser decidida pelo Supremo Tribunal Federal, e esperamos que essa ação tenha uma resolução rápida.



Aí eu pulo uma parte importante, em observação ao tempo e em respeito a V. Ex^a, só para ler o final, Senadora Ana Amélia.

Se é longa, portanto, a história dos ataques contra o Parlamento brasileiro, também é cheia da mais viva resistência.

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) –

Que os Parlamentares olhem para a História e não se acovardem diante do arbítrio! Que as forças mais consequentes, sem prejuízo de combaterem firmemente suas posições, as posições da maioria conservadora das duas Casas, saibam uni-las para sustentar as prerrogativas do Parlamento contra as forças que querem liquidar definitivamente a Constituição e a democracia.

E peço gentilmente a V. Ex^a, Senadora, humildemente, que solicite a inclusão na íntegra nos *Anais* da Casa, desta nota que expressa a opinião do Partido em relação aos ataques sofridos pelo Senado Federal nos últimos dias.

Não estou aqui defendendo o interesse de quem quer que seja. Não estou defendendo a impunidade ou que cessem as investigações. Não! Tão somente defendo e defende o meu Partido que os limites da legislação e a separação entre os Poderes seja vista, seja observada e, acima de tudo, respeitada.

Muito obrigada.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA SR^a SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Em defesa do Parlamento contra o estado de exceção. **(vide item 2.1.1 do Sumário)**

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Na forma regimental, Senadora Vanessa Grazziotin, a solicitação de V. Ex^a será atendida com a transcrição nos *Anais* da nota do seu Partido a respeito desses episódios.

Convido, para fazer uso da palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Reguffe, do Distrito Federal.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 29 de março deste ano foi entregue, aqui no Congresso Nacional, o projeto 10 Medidas contra a Corrupção, um projeto de iniciativa popular, que teve a assinatura diretamente de 2 milhões e 28 mil brasileiros. Nós estamos completando quase sete meses, e esse projeto não foi votado ainda.

A democracia representativa, como a gente conhece, está em crise, para não dizer completamente falida. Nós precisamos melhorar e incrementar os mecanismos de democracia direta para a população poder participar do ato de legislar. Isso depende de nós. Isso não é uma coisa de Governo, de oposição. Isso depende do Congresso Nacional. É uma responsabilidade do Congresso Nacional com a sociedade brasileira.

Eu apresentei nesta Casa o PLS 267, de 2016, que permite que os projetos de iniciativa popular possam ser feitos via assinatura eletrônica; que as pessoas possam assinar esses projetos sem sair de casa, tornando mais fácil e mais simples a execução desses projetos. E fácil também de conferir, porque chegam os 2 milhões de assinaturas, e ninguém tem como conferir aqui no Congresso. Depois um Parlamentar o apresenta como dele as propostas que são de 2 milhões de brasileiros.

Então, apresentei essa proposição, que permite que os projetos de iniciativa popular possam ser feitos por assinatura eletrônica, sem as pessoas saírem de casa. O projeto está parado aqui nesta Casa.

E apresentei também a PEC 8, de 2016, que dá rito de medida provisória aos projetos de iniciativa popular. Eles passariam a trancar a pauta, se não forem votados em até 45 dias.

Por que uma medida provisória, um projeto oriundo da Presidência da República, tem precedência no processo legislativo sobre um projeto que teve a assinatura diretamente de mais de 2 milhões de brasileiros? Não dá para aceitar isso!

Então, estamos com o projeto 10 Medidas contra a Corrupção há sete meses sem ser votado. É correto isso? É correto com aquela pessoa que assina um projeto de iniciativa popular e que quer ver esse projeto ser debatido e votado?

Essa minha PEC – a PEC 8, de 2016, que dá rito de medida provisória aos projetos de iniciativa popular – foi aprovada pela CCJ, aqui nesta Casa, no dia 3 de agosto de 2016. E, desde então, está parada, esperando ser colocada na Ordem do Dia no plenário. Então, eu queria fazer um apelo à Mesa do Senado Federal para



que coloque na Ordem do Dia essa PEC, para que os projetos de iniciativa popular tenham rito de medida provisória e passem a trancar a pauta, se não forem votados em até 45 dias.

Isso, na minha concepção...

(Soa a campainha.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – ... é o que favorece aquele legislador, que é o cidadão comum, que tem também o direito de legislar, via o que está na Constituição Federal, através dos projetos de iniciativa popular.

E os projetos de iniciativa popular não vão poder ficar engavetados, como alguns ficam. Então, como a PEC foi aprovada na CCJ, eu quero fazer esta solicitação, este pedido à Mesa desta Casa para que a coloque na Ordem do Dia, a fim de que seja votada neste plenário.

Era isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Reguffe, que é aqui do Distrito Federal.

Queria saudar os estudantes do ensino fundamental da Escola Classe 13 de Sobradinho e a professora que os está acompanhando. Sejam bem-vindos!

Queria saudar também o ex-Senador Wellington e o ex-Senador Mário Couto, que nos dão o prazer da visita.

Repasso a Presidência ao Senador Jorge Viana.

O próximo orador seria o Senador Deca, que estava aqui.

Pela ordem, será o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, honrada, digna e competente representante do Estado do Rio Grande do Sul nesta Casa, Srªs e Srs. Senadores, por certo, esta não é a primeira vez e não deverá ser a última vez que me pronuncio desta tribuna, afirmando e manifestando todo o meu repúdio às iniciativas que, vez por outra, querem trazer à baila um debate que considero absolutamente intempestivo, fora de tempo e de conveniência. Tem a ver com a tentativa que, vez por outra, se traz para esta Casa de se redesenhar a lei que define, ou disciplina, ou regulamenta o abuso de autoridade.

A prudência, por certo, persiste em saber reconhecer a natureza dos inconvenientes, aceitando como bom o menos mal, ou seja, o velho e antigo ditado popular: o ótimo é inimigo do bom. Começo, portanto, este meu discurso com esse pensamento, para me pronunciar sobre o PLS 280 e a forma como vem tramitando aqui no Senado da República. É o projeto, como disse há pouco, que trata do abuso de autoridade.

Como todos sabem, o referido projeto tipifica o crime de abuso de autoridade, incluindo, no tipo penal, diversas condutas de agentes públicos dos Poderes de Estado brasileiro, tema, portanto, essencial à construção do Estado democrático de direito e vital à proteção dos cidadãos diante do desvio ou mesmo do abuso de poder por aqueles que, agindo em nome do Estado, agem de modo reprovável, violando direitos que são fundamentais. Lembro que o tema ainda é tratado pela Lei nº 4.898, de 1965, e que, desde a promulgação da Constituição da República, em 1988, tem avançado, tanto culturalmente, como no plano normativo, no rechaço de condutas abusivas dos detentores de parcela do Poder de Estado.

Efetivamente, a meu juízo e por convicção, o Brasil não vive um hiato normativo em relação a essa matéria. Ainda que possamos e mesmo devamos aprimorar a legislação sobre a questão, não há tema que não possa ser debatido, que não possa ser enfrentado, que não deva merecer um aperfeiçoamento. Este não é o caso. A questão que assombra, portanto, não é a pertinência do debate, sua importância para a cidadania, mas, sim, a oportunidade e o aodamento com que se pretende a deliberação de um projeto que, com as devidas vênias, apresenta excessos, diria que até mesmo inconstitucionalidades.

O PLS 280 propõe a tipificação taxativa de crimes de abuso de autoridade, elencando condutas que, no entendimento de seu autor, violariam os direitos e as garantias já elencadas na Lei 4.898, ainda de 1965. Ocorre que ao tentar tipificar condutas como de abuso de autoridade, o projeto acaba por colidir com garantias constitucionais incidentes na atividade jurisdicional e na investigação criminal. De fato, diversos, diversos dispositivos do projeto em análise invadem a necessária independência do juiz na apreciação dos casos que julga, seja ele de primeiro, seja ele de segundo, ou seja ele de terceiro grau.

Independência não significa dizer que o juiz não responderá pelos seus atos, haja vista que a atividade jurisdicional encontra fundamento na legalidade, e qualquer comportamento de qualquer juiz contrário às diretrizes legais importará em responsabilidade a este juiz. Ressalva seja feita, no entanto, que, em virtude de sua função estratégica, o magistrado não pode ser inibido, não pode ser intimidado, não pode ser cerceado no exercício das suas prerrogativas e da sua missão com ameaça de responder por perdas e danos por



sua interpretação do texto legal. Se assim fosse, as sentenças nunca apresentariam uma parte vencida. A responsabilidade da Magistratura é social, desde que não agride frontal e deliberadamente a lei, causando prejuízo às partes ou administração para o qual se deverá adotar medidas judiciais ou administrativas competentes. O juiz só responde ao imperativo da sociedade.

O PLS, entre outros dispositivos de constitucionalidade duvidosa, tipifica como crime o ato do juiz que ordenar prisão fora das hipóteses legais, deixar de conceder liberdade provisória, quando presentes as hipóteses para tanto, deixar de relaxar a prisão cuja ilegalidade formal ou material lhe tenha sido comunicada, prosseguir a persecução penal sem justa causa fundamentada. Saliente-se, o fato de que os mesmos tipos incidiriam sobre os membros do Ministério Público é evidente. Evidente a violação constitucional, pois se está invadindo a independência dos juízes e promotores na apreciação dos aspectos, muitas vezes, subjetivos dos casos que estão sob análise e exame da Magistratura. Na verdade, o projeto manietta a atuação livre, independente e soberana da magistratura brasileira.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Com muita honra, ouvirei V. Exª.

Outro aspecto grave é o de se tentar impedir o procedimento do acordo de delação premiada estando o delator detido. O art. 11 do presente projeto tipifica como crime – aspas: “Constranger o preso ou o detento mediante violência, grave ameaça ou redução de sua capacidade de resistência a produzir prova contra si mesmo ou contra terceiro”. O endereço não é outro senão impedir os acordos de delação premiada daqueles que estiverem presos. Delação premiada não é invenção brasileira, delação premiada é utilizada mundo afora, delação premiada tem produzido excepcionais resultados para resgatar uma delinquência e desvios como nunca nós observamos na história do nosso País.

Ouçó, com prazer, o Senador Randolfe Rodrigues.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Aparteio, Senador Ferraço, V. Exª para cumprimentá-lo pela coragem do pronunciamento e por claramente demarcar um campo aqui em relação a esse debate. Permita-me, Senador Ferraço, dizer que em algumas matérias, principalmente na ordem econômica, nós temos divergido, mas, neste tema em particular, eu tenho a honra de estar ombreado com V. Exª. Considero inadequado para o momento que estamos vivendo no Brasil o debate de um projeto de abuso de poder nos moldes em que está sendo proposto aqui no Senado da República. Não que não seja até necessária a criação de algum dispositivo legal dessa natureza; o problema é que, ao contrário de uma poesia que diz que tudo acontece na vida com seu momento e seu destino, o momento do Brasil e o destino não são o de debater essa matéria. Veja, é um péssimo sinal que o Parlamento passará para a sociedade brasileira, no momento em que políticos estão sendo investigados, em que há investigações em curso seja aqui no Senado, seja na Câmara, em que ocorre uma operação, chamada Operação Lava Jato, que tem amplo apoio popular no Brasil, o Congresso abrir o debate de um projeto de lei que na prática limitará a atuação, as ações, em especial, da primeira instituição que tem conduzido o combate à corrupção no País, que é o Ministério Público. Não me parece, por parte do Congresso Nacional, por parte deste Senado, Senador Ferraço, uma contribuição didática e uma contribuição para que o Brasil aperfeiçoe suas instituições. Então, eu quero aqui me ombrear com V. Exª nos termos que V. Exª apresenta em seu pronunciamento e destacar, reiterar que este não é o momento de apreciarmos qualquer matéria dessa natureza ou qualquer outra matéria que iniba, limite a atuação, em especial, do Ministério Público.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Muito mais do que inibir, o que se deseja é intimidar, o que se deseja é constranger aqueles que, em nome da sociedade brasileira, estão passando este País a limpo e lavando a alma do brasileiro. Nos últimos anos, o Estado brasileiro foi apropriado por um esquema criminoso, e esse esquema criminoso está sendo fortemente combatido por essas estratégias tão bem conduzidas pelo Dr. Sérgio Moro e por um conjunto de profissionais da Justiça Federal, do Ministério Público Federal, da Polícia Federal e assim por diante.

Eu tenho sido cobrado nas ruas por populares, por lideranças comunitárias a respeito do nosso posicionamento em relação a esse tema. E eu aqui jamais, jamais, em tempo algum, agirei como avestruz; jamais em tempo algum deixarei de ter uma posição muito clara em relação a esse tema. Não há tema mais inconveniente que este em um momento como este.

Ouçó, com prazer, a Senadora Ana Amélia e, em seguida, com muito prazer e alegria, o meu conterrâneo, o meu colega, o meu companheiro, o Senador Magno Malta.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Ricardo Ferraço, eu hoje usei a mesma tribuna de V. Exª para abordar o mesmo tema, claro que sob minha forma de me manifestar sobre aquilo que, na minha avaliação, foi um risco para o País, com a criação de uma crise institucional desnecessária e inoportuna na hora em que o nosso País precisa exatamente do oposto, de serenidade,



de tranquilidade e de responsabilidade. A cada ação, correspondeu uma reação. Naturalmente, cada líder político do Senado, do Poder Judiciário e do Poder Executivo, na figura de um Ministro de Estado, acabou repercutindo com uma reação em defesa das respectivas instituições. Tudo ficou no limite ou se extrapolou o limite. E a tensão foi aumentada – e a tensão foi aumentada desnecessariamente. E, felizmente, como comunicado aqui pelo Senador Valdir Raupp, o Presidente da República tomou a iniciativa de convidar para um encontro amanhã o Presidente do Senado Federal, o Senador Renan Calheiros, o Deputado Rodrigo Maia, que é também Vice-Presidente da República, e a Sr^a Ministra Cármen Lúcia, Presidente do Supremo Tribunal Federal e também do Conselho Nacional de Justiça, que hoje, a propósito desses acontecimentos, também se manifestou defendendo a instituição e a manifestação do juiz de primeira instância. Então, nesse sentido, essa reunião é oportuna, é necessária. Eu queria dizer que, dessa forma, acaba neutralizando-se aquilo que poderia resultar em uma situação maior. Da mesma forma, não pode esta Casa, Senador Ricardo Ferraço, de maneira alguma, sinalizar para a sociedade brasileira que está fazendo ou tomando ações que comprometam, fragilizem a ação da Lava Jato. Esse é o primeiro e principal ponto. Também não considero oportuno tratarmos agora da lei de abuso de autoridade. As dez medidas de combate à corrupção têm o meu apoio; a lei de abuso de autoridade é inoportuna; e eu também acho que é hora de discutirmos a questão do tal foro privilegiado. A sociedade que foi às ruas está cobrando, e não podemos dar às costas exatamente a essa aspiração da sociedade que vislumbra, com a ação da República de Curitiba, um País diferente, um País melhor, um País mais justo. Então, eu quero cumprimentar V. Ex^a pela manifestação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu é que cumprimento e agradeço a V. Ex^a a manifestação tão adequada, cirúrgica. As dez medidas de combate à corrupção, sim, deveriam merecer do Congresso brasileiro prioridade. A lei de abuso de autoridade parece-me absolutamente inadequada. E o Congresso brasileiro precisa ter lado – e o lado tem que ser, deve ser o lado do combate à corrupção e à impunidade – e jamais tergiversar com essa verdade que se impõe neste momento em que valores e princípios estão sendo livremente debatidos pela sociedade brasileira. De modo que eu agradeço a V. Ex^a.

Eu ouço, com muita alegria, com a autorização do Senador Vicentinho, o Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco Moderador/PR - ES) – Senador Ricardo Ferraço, eu quero parabenizar V. Ex^a pelo tema, pela maneira inteligente e pela maneira popular como fala, assim como pela maneira técnica também, quando se exige o técnico. V. Ex^a tem essa capacidade, que eu não tenho.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Tem muito mais.

O Sr. Magno Malta (Bloco Moderador/PR - ES) – É por isto que o povo do Espírito Santo hoje se orgulha muito do mandato de V. Ex^a: no momento mais difícil da vida da Nação brasileira, a maneira como V. Ex^a, em nome daquele povo, tem se comportado do lado dessa maioria verde e amarela que quer sair do fosso onde ela foi colocada. Nessas questões, que são duras, pois são medidas e posicionamentos que requerem coragem de fazer a bola dividida e de não tirar o pé, numa linguagem futebolística, V. Ex^a tem dividido e V. Ex^a não tem tirado o pé. V. Ex^a tem sido corajoso na defesa desses pontos que são cruciais para a sociedade brasileira. Eu comungo com V. Ex^a. As dez medidas contra a corrupção não têm qualquer tipo de ofensa à classe política, nem à democracia, nem ao exercício do mandato de quem quer que seja. Nós, que vivemos um processo depurativo da Nação brasileira, sem dúvida alguma, Senador Ricardo, precisamos estar do lado dessas dez medidas. Neste momento, o Parlamentar precisa decidir qual é o lado dele – qual é o lado dele? – e se ele entendeu de fato o que a sociedade brasileira está querendo. Faço coro com V. Ex^a. A cada palavra de V. Ex^a, sou capaz de assinar embaixo. A cada frase emitida por V. Ex^a nesse sentido, tanto do ponto de vista técnico, quanto da conversa popular, para que os nossos irmãos mais simples desta Nação que veem a TV Senado possam entender, eu faço coro. Sou a favor, estou do lado e acho absolutamente inoportuno. Ainda que esse projeto contra abuso de autoridade aqui já estivesse há muitos anos, o erro foi não tê-lo votado lá atrás. E não digo que ele um dia não deva ser votado, mas, ao votá-lo neste momento agora, fica absolutamente claro – não há nada, não é um equívoco, não há como ninguém dizer que não entendeu – que está sendo colocado exatamente para poder criar um tumulto neste momento em que se faz a investigação chamada Lava Jato, que não pertence a Moro, não pertence ao Ministério Público, não pertence a juiz federal, não pertence ao Supremo Tribunal Federal. A Lava Jato pertence ao Brasil. E duvido que alguém reúna condições de pará-la. Duvido que alguém reúna condições. Por isso, esse é o meu lado e é o lado de V. Ex^a. Esse é o lado da maioria absoluta do povo do Estado do Espírito Santo. Eu quero dar um recado a V. Ex^a, antes de lhe devolver a palavra. Estava no aeroporto às 10h, para embarcar para Brasília; eu estava no balcão de uma lanchonete, e uma senhora se aproximou de mim e disse: “Não vá se acovardar”. Eu olhei para ela e falei: “Olha, não é do meu feitio botar o galho dentro nunca”. Ela falou:

Eu sei, mas diga ao Senador Ricardo Ferraço [e já estou lhe dizendo aqui] que eu sou professora



universitária, não concordo com esses ideológicos de universidades que hoje estão usando meninos nas escolas e não concordo com o discurso feito por eles com relação à medida da redução dos gastos públicos. Eu espero, como professora universitária, como cidadã do Estado do Espírito Santo, que vocês dois não se acovardem, porque nós precisamos disso.

E nós sabemos. Eu disse a ela: “Posso usar uma figura para a senhora, para que a senhora possa entender o meu posicionamento?” Ela disse: “Podê”. Eu disse:

O Brasil é um fígado inchado, doente, que o PT adoeceu. E fígado inchado só se resolve com boldo. E boldo amarga. As medidas serão amargas, mas nós queremos cuidar do fígado. Eu não tenho dúvida de que falo com a senhora em meu nome e em nome do Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Senador Magno Malta, esse é exatamente o lado de V. Exª e o meu lado, até porque esse é o lado dos capixabas, dos homens e das mulheres de bem. Eu falo com tranquilidade a favor das dez medidas contra a corrupção, da mesma forma que me manifesto contrariamente à intenção de alguns Senadores que querem trazer para debate a lei de abuso de autoridade. E o sentido é um só: inibir, intimidar, cercear, constranger...

(Interrupção do som.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... a Operação Lava Jato (*Fora do microfone.*) que desvendou uma verdadeira organização criminosas que, em nome do povo brasileiro ou se valendo do voto do povo brasileiro, fez o que fez nos últimos anos.

Agora, uma coisa é uma coisa; outra coisa é outra coisa. Como Relator, por exemplo, na Comissão de Assuntos Econômicos, da proposta que reivindicava aumento de salário para os Ministros do Supremo Tribunal Federal, todos conhecem a minha posição. Eu fui absolutamente contra, porque considero que esse aumento é absolutamente inconveniente para isso. Votamos contra. E esse tema está fora de pauta. Não tem e não faz sentido no momento como este, em que nós precisamos socializar a dificuldade para o povo brasileiro, nós darmos aumento para o topo da cadeia alimentar do serviço público brasileiro. E esse tema está fora de pauta.

Agora, cercear, intimidar, inibir, impedir que a magistratura brasileira continue atuando com liberdade e com autonomia, isso não, porque isso viola o Estado democrático de direito.

Ouçó, com muita honra, o...

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... Senador José Agripino, nosso decano no Senado da República.

O Sr. José Agripino (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Senador Ricardo Ferraço, eu queria, inicialmente, cumprimentar V. Exª pela oportunidade do seu pronunciamento. Eu acho que o assunto do dia é esse. O Senado foi, nesse último fim de semana, objeto de notícias repetidas com relação à intervenção feita, diga-se de passagem, com grande estardalhaço, com inconveniente estardalhaço – não havia necessidade disso –, na Polícia Legislativa. Eu não quero aqui fazer juízo de valor, até porque aquilo que motivou a busca e apreensão de alguns elementos constantes de computadores da Polícia Legislativa e a prisão temporária ou preventiva de alguns agentes tem que ser objeto de investigação e identificação de culpas...

(Interrupção do som.)

O Sr. José Agripino (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – ... deles e de quem os orientou. (*Fora do microfone.*) Mas o fato é que a imagem da Instituição ficou sub judice, ficou profundamente maculada. E é preciso que pessoas – não só o Presidente, mas pessoas que integram esta Casa – venham se manifestar. Com relação àquilo que V. Exª colocou – “está na hora de se apreciar o projeto de lei dos dez pontos anticorrupção” –, concordo em gênero, número e grau. Essa é a atitude que nós temos a obrigação de tomar. Não de colocar como prioridade de pauta a apreciação da proposta de abuso de autoridade, que pareceria uma retaliação ao fato que todos nós lamentamos e que acabou de acontecer. Aconteceu com excessos? Acho que sim.

(Soa a campanha.)

O Sr. José Agripino (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – O excesso fala por si só? Significa que não há culpa na investigação? Não. É preciso que se investiguem as pessoas e os fatos e que se chegue às claras sobre o que há, quem mandou, o que se passou, para que, como a imagem da instituição, não fique a imagem de uma pessoa, duas ou três, mas fique a imagem de 81 Senadores, como V. Exª, como eu, como Senadores que



aqui estão e que aqui estão falando. E que não se use o episódio como justificativa para que se vote a toque de caixa – e sobre isso me manifestei ao jornal *O Globo* anteontem –, no arranco se aprecie a proposta de abuso de autoridade, como se fosse uma vindita do Senado, que teria se visto ultrajado. Se houve ultraje, que se mostre a verdade dos fatos e se mostre...

(Soa a campanha.)

O Sr. José Agripino (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – ... quem é quem no Senado. Então, eu quero concordar que oportuno, sim, é votar os dez pontos anticorrupção. Isso, sim, é o que nós temos de votar. A questão do abuso de autoridade é para ser discutida, ser apreciada, com audiências públicas, como está sendo feito com relação aos dez pontos. O Relator Onyx Lorenzoni fez exaustivas audiências públicas, ouvindo o contraditório, para formular um texto maduro do ponto de vista da sensatez, bem acabado, para que a sociedade se inteire com o pensamento do Congresso. O Congresso tem a obrigação de falar pela sociedade. Tem a obrigação de falar pela sociedade. As audiências públicas vão estabelecer um *link* entre o texto e o que o povo quer. Acho que a obrigação que nós temos – V. Exª falou “o decano do Senado”, e este é o meu quarto mandato de Senador – é trabalhar pela sensatez.

(Soa a campanha.)

O Sr. José Agripino (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Ocorreram manifestações extremadas por parte de autoridades do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Judiciário? Não sei. Agora, é conveniente que esse clima se elasteça? Não. Acho que o Presidente da República Michel Temer tomou uma iniciativa que aqui foi comunicada pelo Senador Valdir Raupp – eu ouvia pelo rádio – de promover a reunião entre os Presidentes dos três Poderes, para que, em nome do interesse do País, da estabilidade da democracia brasileira, das instituições democráticas do Brasil, se estabeleça ou se restabeleça algo, para que o que se partiu volte a ser emendado, que é o diálogo – o diálogo e o entendimento em nome do interesse do Brasil, em nome da recuperação da economia, em nome da recuperação do emprego e em nome da recuperação da dignidade, da respeitabilidade das instituições. Esse é o esforço maior que nós temos de fazer.

(Interrupção do som.)

O Sr. José Agripino (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – E aplaudir a sensatez, aplaudir a volta ao diálogo e trabalhar com os instrumentos de que pudermos dispor para que o Presidente do Senado, do Congresso Nacional se reúna, se convidado, com o Presidente da República, que convida os ministros que quiser convidar. Se a Ministra Cármen Lúcia, Presidente do Supremo, se dispõe a participar dessa reunião, e que se faça isso em nome não do Supremo, não do Congresso, não do Poder Executivo, mas em nome do interesse do povo brasileiro. Quero cumprimentar V. Exª pela sensatez e pela oportunidade do discurso, com o qual quero me congratular e quero endossar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu quem agradeço o concurso de V. Exª. Por certo, os Poderes da República são autônomos, são independentes.

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eles trabalham com prerrogativas que são muito bem definidas pela nossa Constituição, mas, por certo, há uma linha que tangencia todos os Poderes constituídos.

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Nenhum de nós está acima da lei. Os nossos mandatos são legítimos porque foram ungidos pela vontade popular. Agora, o voto por si só não é salvo-conduto. Nós fazemos a legitimidade dos nossos mandatos na construção diária e permanente e tomando o lado. E o lado correto e adequado é sempre e permanentemente o lado da sociedade.

Eu o agradeço pelo aparte de V. Exª. Agradeço à S. Exª, o Senador Jorge Viana, às Srªs e aos Srs. Senadores. Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Ricardo Ferraço, a Srª Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Com a palavra agora o Senador Deca, que fez inversão com o Senador Ricardo Ferraço.
Com a palavra V. Exª.



O SR. DECA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, brasileiros e brasileiras que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado, os sertões marcham hoje pela cidade de Brasília. De cima de suas montarias, vaqueiros de todas as partes do Nordeste invadem o asfalto numa prece para manter viva uma tradição cultural secular da nossa Região, a vaquejada. Cavalgando na Capital Federal, eles defendem a sua história, forjada da lida da pecuária extensiva, pois foi tangendo e recolhendo o seu gado, desbravando o sertão, que criamos a fisionomia mais fidedigna do que é o ser sertanejo.

Como sertanejo que sou, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, me reconheço sim nesses homens, identifico-me com a sua história, represento-me em seus símbolos e tradições, assim como fizeram Luiz Gonzaga e tantos outros poetas e cantadores da cultura nordestina.

Mas, mais do que significado cultural, a vaquejada tem importância econômica no Nordeste.

Estamos falando da geração de mais de 600 mil empregos diretos e indiretos. Estamos falando do fomento da circulação de renda superior a R\$800 milhões anuais. Estamos falando, por exemplo, das fábricas e dos artesãos que produzem o chapéu de couro, as selas e o gibão. Estamos falando da produção e da comercialização de rações. Estamos falando de um comércio pujante de animais. Estamos falando do melhoramento genético dos nossos rebanhos. Estamos falando de uma atividade comercial que extrapola as divisas do Nordeste e ganha musculatura em toda parte do nosso País.

É importante destacar também que as vaquejadas não são palco de torturas e não são palco de morte de animais. A realidade, aliás, é muito distante disso, pois criadores e esportistas conduzem, valorizam e admiram os animais por sua saúde, por seu vigor.

Devemos levar em consideração ainda o amplo esforço que tem sido empreendido pela Associação Brasileira de Vaquejada, por iniciativa própria – é bom que se registre –, no sentido de reforçar as medidas de segurança, tanto para os cavaleiros como para com os animais. As regras estão mais rígidas. Não se admite, por exemplo, o uso de objetos cortantes, as esporas e os demais objetos. E foi adotado o protetor de cauda, popularmente conhecido por rabo artificial.

Pois não, Senador.

O Sr. Magno Malta (Bloco Moderador/PR - ES) – Senador, parabéns pelo tema que traz à tribuna e essa iniciativa do Brasil vaquejada. Quando eu falo Brasil vaquejada, eu falo desde o menor Município ao maior dos Municípios e dessa tradição que se tornou a própria festa, a própria festividade dos Municípios e de alguns Estados. Os cavaleiros do meu Estado, do Estado do Deputado Evair e do Senador Ricardo Ferraço estão aqui. E falo dos cavaleiros do Senador Jorge Viana, lá, do Acre. As medidas todas... Senador Jorge Viana, mas quem manda é Tião, lá, ultimamente. Então, é o Acre do Tião.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É bom não mandar em nada.

Mas ontem eu fiz uma boa reunião com lideranças importantes, todos preocupados: há uma cadeia produtiva econômica, há o lado cultural, há a opção de vida. Eu falava aqui hoje na abertura dos trabalhos: o Nordeste inteiro. Nós não podemos, Senador Deca, com todo o respeito... Foi uma votação, no Supremo, de seis a cinco, em cima de uma lei do Estado do Ceará. E hoje nós temos aqui quase mil caminhões, nós temos milhares de pessoas vinculadas diretamente, de vida inteira, de tradição de família. Acho que nós temos que ver. O que ainda não foi melhorado, que melhoremos, mas façamos a mediação. Qual a lei que pode permitir a boa convivência nessa atividade que é parte da História, da cultura, dos criadores, dos vaqueiros, dos nordestinos, do pessoal do Sul, do Norte do Brasil?

Eu estou junto nisso, porque, em vez de “pode ou não pode”, como é que pode?

O Sr. Magno Malta (Bloco Moderador/PR - ES) – Está V. Ex^a correto e V. Ex^a é sensato. V. Ex^a um grande mediador. E V. Ex^a fala de uma coisa que, instintivamente e de bom sentimento, eles já faziam. O nosso Senador na tribuna acabou de falar: em alguns lugares já se usa o rabo artificial. Não se usa mais espora. Instintivamente. Ninguém disse que havia lei para isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Vou mais uma vez! Olha isso: estudos da Universidade de Pernambuco, estudos de várias universidades foram aperfeiçoando, para que não haja maus-tratos aos animais. Isso tem que ser esclarecido também. Às vezes, as autoridades não entenderam. E a lei pode aclarar isso.

O Sr. Magno Malta (Bloco Moderador/PR - ES) – Quando eu estava na CCJ, ouvindo o Ministro Edson Fachin, que estava sendo sabatinado por nós, eu disse: não se separa um homem das suas convicções. O cara não acredita em uma coisa hoje e amanhã vai para o Supremo e deixa de acreditar. Ele vai para o Supremo com as convicções dele. E quanto a essas questões polêmicas, que envolvem a Nação, um Ministro do Supremo não pode decidir isso da sua cabeça, tipo legalização de drogas, aborto... Este País é majoritariamente cristão. Ele



precisa ouvir o conjunto da sociedade, para decidir, porque o senhor imagine uma Nação com 204 milhões de pessoas, uma Nação vaquejada, uma Nação de vaqueiros, uma Nação do povo que ama o campo e tem, na sua festividade... E, aí, V. Exª falou da cadeia produtiva, aquilo que, na época da festa, rende para o Município. O vendedor de coxinha e de picolé muda a vida do filho para um ano inteiro. É como alguém que mora na praia e fica esperando o verão chegar. E depois um só diz: “Não, não pode.” “Não, porque o Ministro decidiu e acabou!” São 204 milhões! É preciso que esse Ministro decida ouvindo o conjunto da sociedade, porque não é possível que meia dúzia de homens, com as suas convicções, decidam a vida de uma nação. Por exemplo, uma Nação como esta, que é contra o aborto, e um homem só diga: “Não: daqui para frente há aborto, porque eu mandei.” Que conversa é essa?

(Interrupção do som.)

O Sr. Magno Malta (Bloco Moderador/PR - ES) – Tudo bem! O Tribunal Superior existe para interpretar a Constituição brasileira, mas nesse ponto... Uma votação de seis a cinco, como disse o Senador Jorge Viana. V. Exª está de parabéns. Eu estou de acordo. O Brasil vaquejada – eu inventei esse nome agora –, o Brasil vaqueiro tem o meu apoio, tem o apoio da maioria absoluta dos Parlamentares, pelo menos destes que aqui estão: Ricardo Ferraço, o nosso querido Evair e o Senador Magno Malta, juntamente com V. Exª. Parabéns! É a primeira vez que o vejo na tribuna e já o vejo com um assunto tão significativo. E falando de forma tão clara para o Brasil. Parabéns!

O SR. DECA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Obrigado pela sua participação, Senador Magno Malta.

Fico muito feliz em saber que estamos juntos nessa nova jornada a favor dos nossos vaqueiros e vaquejada do Sertão e do Brasil como um todo.

Quero apenas continuar, Presidente.

Como se vê, os avanços estão em curso e devem continuar marchando, em direção da regulamentação dessa festividade esportiva tão nossa e tão nordestina.

Não podemos permitir que a vaquejada se despeça de nosso calendário cultural e da nossa economia sertaneja.

Este Congresso Nacional tem consciência da importância desse tema e não está omissos. Ainda em 2013, aprovamos, por unanimidade, a regulamentação da profissão de vaqueiro.

Temos várias iniciativas para definir a vaquejada...

(Soa a campainha.)

O SR. DECA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – ... como patrimônio cultural imaterial, regulando sua prática. Como exemplos, posso citar a Proposta de Emenda à Constituição de nº 50, de 2016, do Senador Otto Alencar, o Projeto de Lei nº 378, de 2016, do Senador Eunício Oliveira, e o Projeto de Lei nº 377, do Senador Raimundo Lira.

Esses projetos, dentre outros, contarão com o meu apoio, o meu voto e o total apoio, não só do Senador Deca, mas – aqui vejo – de vários Senadores.

E eu, Sr. Presidente Jorge Viana, Srªs e Srs. Senadores, encampo, assim como milhões de brasileiros e nordestinos, a luta pela defesa e preservação dessas tradições e dessas riquezas culturais e econômicas que nos traduzem, como povo forjado, na imensidão do nosso Sertão.

Muito obrigado a todos, muito obrigado à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu cumprimento V. Exª, Senador Deca, inclusive pelo tema.

Eu vou fazer uso da tribuna agora, como orador inscrito, e vou iniciar fazendo referência a esse tema, que hoje está presente aqui em Brasília, no Brasil inteiro, e é motivo de uma apreensão enorme. São milhões de brasileiros e brasileiras que têm uma vida dedicada a isso, que trabalham nisso, que dependem disso e que estão esperando que o Congresso faça algo que possa aclarar a lei, de modo que uma atividade que é parte da vida, da história de uma parcela importante do nosso País, não seja criminalizada, pura e simplesmente, por um julgamento que – eu até entendo – foi uma apreciação feita pelo Supremo em relação à inconstitucionalidade ou não de uma lei do Estado do Ceará. E foi por seis a cinco. Ou seja, há uma dúvida no Supremo sobre esse tema. E é importante que o Congresso delibere sobre ele.

Passo a Presidência ao Senador Elmano Férrer, para que eu possa, como orador inscrito, fazer uso da tribuna.



(O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer, Suplente de Secretário.)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Moderador/PTB - PI) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Viana, do PT do Acre.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, eu abri às 2h da tarde a sessão, tive uma conversa, agora, longa com o Presidente da Casa, Renan Calheiros, e, quando abri a sessão, eu já me referia ao fato de que, quando estivesse aqui na tribuna, falaria desse evento que Brasília está tendo aqui. Trata-se de uma grande manifestação, que vem de todos os recantos do Brasil. Eu quero fazer uma saudação a eles. O Senador Magno Malta, ainda há pouco, fazia referência a isso, o Senador Deca... Eu, presidindo, fiz referência também.

Quero saudar, dar boas-vindas, mas também me somar à preocupação deles, em relação a essa decisão do Supremo que impôs um medo, um receio, e que se transformou, na prática, numa ameaça. Mais do que isso: ela se materializou, nos rincões do nosso País, como uma aparente criminalização da vaquejada. E a pior coisa do mundo é tomar-se uma decisão, do ponto de vista do País, sem ter detalhes, sem ter um conhecimento maior da questão.

Eu fiz uma reunião no meu escritório, ontem, em Rio Branco, com lideranças, com pessoas que trabalham nesse setor. Alguns são investidores, têm muitos recursos, trabalham, são produtores, criadores; outros a praticam como esporte. Falei com juízes, promotores, com pessoas que diretamente estão vinculadas a essa atividade que é parte viva da cultura e da história do nosso País, especialmente no Nordeste. Mas você encontra algo similar no Sul, existe muito no Norte, inclusive no meu Estado.

O nosso propósito – de nós, legisladores – é pegar algo que é conflituoso, que divide o País, que prejudica o País ou que prejudica setores da sociedade brasileira, e encontrar uma solução. Eu, particularmente, acho que devemos identificar imediatamente qual o melhor projeto que temos no Senado, qual o melhor projeto que temos na Câmara, que trata da vaquejada, que trata da regulamentação dessa atividade e, com base na melhor proposta, rapidamente incluir na agenda da Câmara e do Senado e deliberarmos, trazendo segurança jurídica para essa prática, para essa atividade. Penso que, com isso, nós não traríamos um caos econômico para toda uma atividade, para toda uma cadeia produtiva vinculada às vaquejadas e a outros, porque não é só a vaquejada: há os rodeios, o tambor e uma série de atividades que decorrem do uso de animais para a sua prática.

Conversei longamente. Sei o quanto as universidades, os centros de pesquisa, já ajudaram a evoluir, seja no trato dos animais, no cuidado com eles. Hoje as regras impedem – e se há alguém descumprindo, que se puna quem está descumprindo – o sofrimento. É óbvio que não pode haver isso. Mas não podemos pegar algo que é milenar, atividades que envolvem o uso, inclusive, desses animais, e, de uma hora para a outra, tomar uma decisão que pode ser precipitada.

Tenho muito carinho, muito respeito, por todos que fazem movimentos em defesa dos animais. Acho que essa mediação tem que vir, mas nós não podemos ter nenhuma dúvida sobre dar uma resposta a todos do Nordeste, a todos de todas as Regiões, especialmente aos do meu Acre, da Região Norte, que querem um posicionamento nosso. Então, eu estou junto com esse movimento, no sentido de encontrar a melhor solução, uma solução rápida, célere...

Ontem eu falava com um advogado conhecidíssimo aqui, em Brasília, que fez a sustentação oral no próprio Supremo, o Kakay. E ele me dava elementos do quanto nós podemos rapidamente aperfeiçoar a legislação e garantir segurança jurídica para quem pratica a vaquejada e outros esportes e atividades também ligadas àqueles que trabalham no campo. Então, esse é um aspecto importante.

Em segundo lugar, eu queria também aqui dizer que graças à ação do Governador Tião Viana, de todas as forças policiais, de alguma maneira... E só digo “de alguma maneira” porque nós não temos o controle absoluto da situação. Eu queria cumprimentar toda a corporação da Polícia Militar do Acre, da Polícia Civil. Eu queria cumprimentar também o Exército Brasileiro, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal no meu Estado, as autoridades do Ministério Público, juízes, membros do Poder Judiciário do Acre e, claro, especialmente, toda a equipe do Governador Tião Viana, porque vivemos no Acre, nas últimas semanas, um clima horrível de medo, de pavor, eu diria, por conta dessas guerras de facções.

Eu falava com o Presidente Renan, e, em Alagoas, acontece a mesma coisa. São incêndios de casas, de prédios públicos, de veículos. No Rio de Janeiro, em Copacabana; em Porto Alegre; em Roraima; em Rondônia. Isso chegou ao Acre e, graças a uma ação dura, firme das instituições, com a determinação do Governador Tião Viana, pelo menos, com o apoio imprescindível dos membros do Judiciário que tratam da execução



penal – cumpriram um papel importante –, juíza, juízes, membros do Ministério Público, nós conseguimos trazer alguma normalidade no momento em que o submundo do crime resolve se arvorar de autoridade, de condutores da ordem, da lei ou do crime, trazendo pavor, terror ao povo do Acre, especialmente à população da capital, Rio Branco.

Fica aqui esse registro. Quero reforçar aqui o pedido do Governador. O Ministério da Justiça... Eu vi o Ministro da Justiça fazer referência, pela imprensa, de que está havendo uma guerra entre facções criminosas, mas não adota nenhuma medida. Identifica a doença, mas não aponta nenhum caminho para a cura. Está retendo quase 3 bilhões de recursos do Fundo Penitenciário, que poderiam chegar aos Estados. E, quando manda, ele o faz para a rubrica trocada.

Nós precisamos ter a polícia equipada, com condições de trabalho: viaturas, armamentos, coletes. Enfim, todo o equipamento. Sei que é assim. Fui Governador e nós enfrentamos o crime organizado, no Acre, com o apoio de todas as instituições. E, não, o que temos hoje é um olhar de paisagem. É muito grave o momento que a população está vivendo, o sofrimento que as famílias vivem, tendo de se trancar nas casas. E não é só no Acre, acontece no Brasil inteiro. Eu sinceramente espero que o Ministro da Justiça tome uma atitude.

Por fim, Sr. Presidente, eu queria fazer uma referência ao momento que o País atravessa. Vi aqui alguns colegas fazendo discurso. Acompanhei do Acre esse episódio. A Senadora Ana Amélia fez, há pouco, uma referência sobre o encontro que teremos amanhã de chefes de Poderes. Está marcado para amanhã, eu confirmei com o Presidente Renan há pouco.

O episódio que nós vimos aqui, no Senado, nesta semana, é lamentável sob todos os aspectos. Nós não podemos nos calar diante dos excessos. E sinceramente o Ministro da Justiça perdeu uma oportunidade de ficar calado ou de falar aquilo que deve falar um Ministro da Justiça num país, num momento deste. Ele vem com um propósito de apagar fogo com gasolina, fazendo referência e crítica indevida à Polícia Legislativa. Eu queria aqui prestar solidariedade aos funcionários do Senado Federal. Quero ser solidário com a Polícia Legislativa.

Eu tenho restrições a esse crescimento, inclusive, das estruturas de poder dos Estados. Por mim, poderíamos ter estruturas mais enxutas, com menor gasto. Mas eu sei o trabalho do Presidente Renan, porque eu sou Vice-Presidente da Casa. Nós economizamos R\$2 bilhões, em quatro anos – R\$2 bilhões. Isso não é manchete, isso não é notícia neste País –, cortando gastos. O Senado Federal é a instituição que mais economizou, nesses quatro anos, os recursos garantidos no orçamento. Nenhuma outra instituição, nem Judiciário, muito menos Executivo, fez o que o Senado fez. Está nos livros. São dados, são números.

Aí nós temos um episódio como esse, por conta de um desentendimento real que houve quando da busca em alguns próprios do Senado Federal, houve um desentendimento entre a Polícia Legislativa, que tem normas a cumprir, com a Polícia Federal, e isso gerou um processo. Tivemos agora depois uma decisão judicial, que devemos todos questionar: pode um juiz de primeira instância deliberar que se entre nas dependências de um Estado federal para cumprir qualquer que seja a decisão, ou isso é prerrogativa do Supremo? Nós vamos calar quando alguém for afrontar o poder constitucional do Poder Judiciário? Se nós nos calarmos, nós vamos estar coniventes com os excessos.

Não podemos nos calar. Não podemos permitir que alguém venha querer usurpar qualquer que seja o poder do Judiciário, por exemplo, mas nós vamos calar quando alguém invade... Nem no tempo da ditadura nós tivemos isso. A Lei de Abuso de Autoridade, inclusive – é bom que se saiba –, é do período da ditadura dos anos 1960. Olhe só: nós vivíamos um regime militar, e o governo militar vai e implanta uma lei contra abuso de autoridade. Lembro bem do meu saudoso amigo Luiz Henrique. Ele dizia: “Jorge Viana, no tempo da ditadura, o problema não é só lidar com o pessoal que manda, que controla tudo em cima, é com o guarda da esquina.”

Eu acho que nós estamos vivendo uma crise institucional da maior gravidade. Nós tivemos um golpe parlamentar, em que se cassou a autoridade do voto das urnas, e ninguém disse nada. Nós estamos vendo agora uma ação contra o Congresso Nacional, e ninguém diz nada. Aliás, o que ocupou a capa dos jornais foi a versão falsa, de um falso moralismo, porque os policiais da Casa, se ninguém sabe, estão tendo uma briga. Dos rapazes que denunciaram, que eu respeito também, porque temos que respeitar as partes, pelo menos um deles estava em uma briga direta com o chefe da Polícia do Senado aqui.

É correto alguém entrar com um pedido de licença para tratamento de saúde porque está mal, está precisando de tratamento, e ir trabalhar na sua empresa privada, dando curso de segurança? É correto? Foi isso que alguns deles fizeram, e é esse moralismo que ganha a capa dos jornais, falso moralismo.

Eu não estou acusando ninguém. Eu só acho que nós deveríamos ser mais ponderados. Não é possível que o País siga essa marcha da insensatez. Eu tenho muito respeito pelos rapazes, funcionários que estão incomodados, que estavam, mas poderiam ter feito uma gestão para a Mesa Diretora. Se não tomássemos providências, que tomassem outra. Mas vamos ter que esclarecer isso sem condenar ninguém, muito menos



julgar. Mas está lá: prenderam primeiro para ver depois. Essa máxima que não tem amparo na lei é a que o Brasil está vivendo hoje.

Preocupa-me muito esta situação: primeiro, você faz a execração de alguém publicamente, desmoraliza, destrói, como estão fazendo com o Presidente Lula. O Presidente Lula era o maior líder do mundo, o brasileiro que mais orgulhava o País, da direita à esquerda era isso. Agora, tem que ser cassado e preso. No domingo, eu vi algo que me chocou. Não tendo do que acusar o Presidente Lula, falaram que ele ganhou de presente o Itaquerão, o estádio do Corinthians. Gente, isso ganhou a manchete dos jornais. Isso é uma afronta. É uma afronta ao bom senso.

Eu ouço o Senador Randolfe, porque eu sou daqueles que querem buscar uma mediação neste momento. Nós precisamos entender que ou há um entendimento entre as mais importantes estruturas de poder no Brasil – refiro-me ao Executivo, ao Judiciário, ao Legislativo –, ou este País vai mergulhar em um caos, porque ele está caminhando nesse sentido. Será um caos, porque as medidas que estão pondo para votar aqui... Não venha alguém me dizer que esse limite de teto de gastos públicos é medida para crise, gente. Não entra em vigor agora, não atinge o atual Governo de dois anos. É uma mensagem para o mercado. Então, está atendido.

Tem coisa pior do que repatriação? E estão fazendo na cara de todo o mundo, ninguém diz nada. O que é repatriação? Cem bilhões de reais estão entrando no Brasil. Dinheiro da ilegalidade, do crime, dos que burlaram a lei, dos que enganaram as instituições. Estava lá fora. Fomos nós que votamos. Para socorrer o Brasil, traz de volta. Então, quem roubou, quem abriu conta na Suíça, quem levou bilhões de reais agora está trazendo o dinheiro de volta, ou seja, o crime compensa para essa hipocrisia que o País está vivendo. E nós seguimos essa marcha da insensatez, achando que todos os problemas são em decorrência do Presidente Lula, do governo da Presidente Dilma. Não! Está doente o sistema político brasileiro. Atinge a todos, todos os partidos. E nós temos de fazer algo. Mas o pior caminho é esse que foi pego, em que querem botar e demolir moralmente este prédio, a Câmara, o Congresso Nacional. Já tiraram o Governo que veio das urnas. Agora querem tirar a representação daqueles que estão aqui.

Com isso não estou querendo passar a mão em cima de quem cometeu crime. Qualquer um de nós está sujeito a ter que dar satisfação à opinião pública, a responder a qualquer demanda que venha. Mas o abuso está presente. Eu não tenho nenhuma dúvida de que nós estamos vivendo uma crise gravíssima do ponto de vista institucional. Estou só repetindo o que falei aqui, na época do *impeachment*. É uma crise institucional da maior gravidade. E ela vai piorar muito nos próximos meses. Não tenho nenhuma dúvida disso, principalmente se nós não fizermos alguma coisa.

Pelo menos, três coisas, para poder passar para V. Ex^a, Senador Randolfe. Nós não temos que ter medo de discutir a Lei de Abuso de Autoridade. Se essa Lei de Abuso de Autoridade tiver algum resquício de tentar cercear a liberdade de quem atua no Ministério Público, de quem atua no Judiciário, eu serei contra. Mas, se ela vier no sentido de resguardar que eles possam fazer o trabalho duro e difícil que eles fazem, para não julgar todos e até condenar todos, ela tem que ter apoio.

Eu converso com Ministros, eu converso com membros do Judiciário, eu converso com membros do Ministério Público, e muitos deles acham que nós também temos que ter algo que possa estabelecer algum regramento. E existe algum regramento para juiz neste País? Quando ele comete o mais bárbaro dos crimes, sabem o que acontece? Vai para casa com aposentadoria cheia. Essa é a penalidade que ele tem. E a lei da autoridade não pode ser contra juiz e Ministério Público. Se for, sou contra. Ela tem que ser contra nós, contra qualquer um que ocupe cargo, contra qualquer um que tenha essa tipificação de autoridade. Aí, nós podemos. Mas do jeito que está, não sei. Vamos discutir. Tiramos tudo que possa cercear a plena liberdade de exercício de atividade dos agentes, principalmente dos que trabalham no Ministério Público e no Judiciário.

Eu devo a minha vida ao Ministério Público, à Justiça Federal, por quem tenho o maior respeito e vou continuar tendo, pela vida inteira...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... mas vamos ter que cuidar um pouco dessa situação neste momento.

Ouç o Senador Randolfe para poder concluir.

Só quero dizer que acho que o Brasil está precisando de cada um de nós, do que temos de melhor. E eu acho que, neste momento, alguns estão emprestando o que têm de pior. E isso não ajuda em nada. É o povo brasileiro que vai sofrer ainda mais.

Senador Randolfe.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Meu caríssimo Senador Jorge



Viana, colega amazônida, que tanto nos inspira. Tenho honra de ter participado e de ter uma trajetória política comum com V. Ex^a, principalmente em causas e agendas da Amazônia. Tenho convergência com aspectos que V. Ex^a aqui apresenta e tenho divergências. Eu acho importante juntarmos e avançarmos nas convergências que temos sobre os temas que V. Ex^a aqui propõe para debater. Mas eu queria aproveitar o aparte que V. Ex^a me concede para até aqui prestar um esclarecimento. Ontem, houve uma declaração minha que talvez não tenha sido bem dita – e que eu quero reiterar aqui, destacá-la aqui e esclarecê-la – em relação à Polícia do Senado. Em momento algum, em aspecto algum, eu disse que a Polícia do Senado é uma milícia. Eu disse e reafirmo que a forma como tem sido utilizada por alguns que abusam de poder na condução do Senado... E coloco literalmente aqui que já tivemos dirigentes do Senado que utilizaram a Polícia do Senado como ela não deveria ser utilizada. Aí, sim, qualquer instituição que é utilizada fora do aparato legal, fora do parâmetro que nos rege, que é a Constituição, deixa de ser uma instituição, e, no caso da Polícia, o papel de polícia é o de ser o aparelho repressor do Estado. Ponto. É este o papel de polícia: atuar dessa forma, como aparelho repressor do Estado. Se ela avança dessa atribuição e tem autonomia, assemelha-se a fascismo, e eu aí concordo com V. Ex^a; se tem menos que isso, ela fica à mercê de grupos políticos e pode ser utilizada como milícia. Aliás, este é o destaque da atuação da Polícia: a forma como ela é utilizada, porque o mandamento mais elementar que existe em qualquer corporação que tem por princípios a hierarquia e a disciplina é o cumprimento de ordens. É a forma como está sendo utilizada uma instituição que separa o limite da atuação correta dela como aparato indispensável em um Estado de direito de, se for utilizada *extra legem*, ser caracterizada de outra forma. Então, quero aproveitar o aparte concedido por V. Ex^a só para esclarecer isto.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem!

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – A instituição Polícia Legislativa é uma instituição secular. Ela existe desde a fundação deste Senado, na época do Senado imperial, em 1826, e merece todo o nosso respeito. E ela tem que atuar dentro dos parâmetros que são regidos pela Constituição, pela lei e pela Resolução do Senado. O que eu acho que temos que debater é exatamente essa atuação. Essa atuação tem que ser transparente, inclusive para todos os Senadores. Em alguns momentos... Eu aqui destaco não a Polícia, mas alguns que dirigem a instituição utilizam a Polícia de forma inadequada, indevida. Eu agradeço a V. Ex^a por me permitir este aparte para esclarecer a declaração que ainda ontem foi veiculada por mim na imprensa. Foi veiculada corretamente e nestes termos, em especial no Bom Dia Brasil, da Rede Globo, mas outros meios de comunicação talvez não a tenham transmitido com o rigor e com o esclarecimento necessário, mas também com a contundência que costumo dar às minhas declarações. Concordo com V. Ex^a que, de fato, o projeto de lei sobre abuso de autoridade é de 1967. Segundo Elio Gaspari, é de uma fase da ditadura que era conhecida como “ditadura envergonhada”. Eu acho que é um debate que temos que ter. O que eu quero... Eu acho que o debate...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – E quanto a isso estamos de acordo, porque não pode ser retaliação e não pode ser uma caçada àqueles que estão cumprindo seu... Mas quem disse que nós não podemos fazer isso? Ainda há pouco eu estava falando sobre outro conflito que estamos tendo. Quem disse que nós não podemos trabalhar isso e colocar? Mas, neste momento, eu acho que é necessário, como é muito necessário, até numa preliminar, nós votarmos aqui medidas de combate à corrupção, porque eu fui autor de criminalização de caixa dois em 2011. Meu projeto está dormindo aqui, porque eu sei que isso é uma praxe...

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Seu projeto é uma proposta de emenda à Constituição formidável, de que sou Relator – e o Congresso poderia dar um ótimo exemplo votando-a –, a PEC 106, que reduz o número de Parlamentares...

(*Soa a campanha.*)

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senador Jorge, é essa mediação que eu considero necessária. Não é possível nós termos dez medidas de combate à corrupção tramitando no Congresso sem andar e colocarmos para tramitar, de um momento para outro, um projeto de abuso de poder, caracterizando para a opinião pública que se quer limitar a atuação do Ministério Público. Eu concordo. Eu sou fã de V. Ex^a nas propostas de mediação que V. Ex^a faz, e V. Ex^a sabe muito bem disso.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agora, aquela máxima da mulher de César, acho que todos aqui têm de cumpri-la: “não basta ser honesta; tem de parecer honesta”. O Parlamento brasileiro tem que deixar claro qual é a honestidade de seus propósitos. Não pode dar um sinal que pode passar para a sociedade como um sinal contrário ao papel de investigação das instituições, em um momento em que isso está à tona, e, ao mesmo tempo, não avançar em medidas que, inclusive, são



propostas para combater a corrupção. Eu concordo em nós debatermos em conjunto essas matérias e darmos o exemplo. V. Ex^a disse muito bem: estão votando agora na Câmara e vai vir para o Senado a chamada PEC 241 – abro aspas –, “do teto de gastos”. E nós não debatemos a sua PEC 106, que reduz o número de Parlamentares. Então, é o problema da mulher de César. Qual é o exemplo que nós, do Parlamento, vamos dar para reduzir gastos, se nós não tomamos iniciativa de reduzir os nossos próprios gastos?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem. Eu agradeço, querido colega Randolfe, o aparte. Para mim, me engrandece. Agradeço as palavras.

Acho que o momento, assim – é o que eu queria passar –, é tão grave, que nós precisamos tomar uma atitude! Os fatos estão postos. Então, nós temos de trazer para cá quais as medidas...

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Não são as dez. São cinco daquelas dez medidas e mais algumas outras que viremos a apor, mas que se dê uma satisfação para a sociedade. Não podemos é seguir com 34 partidos, mais 30 se organizando, com a política sendo sinônimo de corrupção, porque não tenho dúvida: muitos de nós somos vítimas desse sistema falido; outros, alguns, podem estar sendo sujeitos desse tipo e vivem disso. Nós temos que separar as coisas.

Então, para mim, quem sabe, se pegássemos parte desses temas, construíssemos propostas que fossem transparentes, objetivamente claras e colocadas para a opinião pública, não mudaríamos o nível da ação do Congresso, da política do Brasil, da vida parlamentar, para um nível que a sociedade nos cobra? Porque, no nível que está, a sociedade não aceita. E a sociedade tem razão nesse sentido.

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Então, eu queria dizer isso.

E, por fim, em relação ao episódio que envolve aqueles que trabalham na Polícia Legislativa, sinceramente, é muito errado fazer uma versão sobre eles terem feito curso, a compra de equipamentos... Não é papel do Senado garantir o livre exercício do mandato, sem nenhuma interferência externa? E, se alguém quiser sabotar aqui, não tem que haver varredura mesmo? Tem que haver. Não pode haver excesso. Não pode haver manipulação, mas temos de ter. Quantos Senadores? Quase 20 Senadores pediram varredura, porque a Constituição nos garante o direito de exercício desse mandato. É bom senso! Mas já ficou parecendo que ter malas para identificar grampo ilegal é crime. Não é isso. Sinceramente, não é isso.

Eu quero, inclusive, como 1º Vice-Presidente da Casa, além de ser solidário a todos que estão tendo de explicar-se agora para a Justiça, por terem cumprido ordens, por serem bons servidores – porque, para mim, serão bons servidores até que se prove o contrário –, quero cumprimentar todos os que trabalham na Polícia Legislativa. Todos, sem exceção.

E, quanto aos dois jovens, os dois membros da Polícia Legislativa que se sentiram tendo desvio de função, eu me coloco à disposição. Não é para tornar público, não! Eu os recebo se estiverem sofrendo qualquer ação indevida. Eu sou Vice-Presidente da Casa, quero ajudar. Não quero que se cometa injustiça contra ninguém, mas acho que houve um excesso inaceitável. Inaceitável! Não pelo Judiciário – vamos separar –, mas por uma decisão de um juiz de primeira instância.

E qual é o caminho agora? Perseguir o juiz? Não.

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Imediatamente, tomarmos uma decisão: pode ou não pode ocorrer o que ocorreu aqui? Nem na época da ditadura houve. Estamos vivendo uma normalidade democrática ou uma ruptura entre as instituições da República? Na minha opinião, a ruptura já ocorreu quando houve o golpe; a ruptura já está havendo quando se faz uma verdadeira caçada contra o Presidente Lula e sua família e ninguém faz nada, a não ser dar apoio àqueles que, de maneira deliberada, querem atingir a honra de um brasileiro que fez tanto por todos. Inclusive, o Presidente Lula fez muito por aqueles que hoje estão procurando cassá-lo. Isso é que me deixa perplexo; o Brasil viver essa marcha da insensatez e essa grande hipocrisia!

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Moderador/PTB - PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a.

Convido o Senador Alvaro Dias para ocupar a tribuna pela Liderança do PV.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, o tema é delicado, mas tem de ser enfrentado. Eu tenho o dever também de opinar sobre esse episódio que provoca divergências não só no Senado Federal como em outras



instituições da República.

Primeiramente, é preciso dizer que não se generaliza, em hipótese alguma. Quando se formula uma crítica a determinado setor do serviço público, deve-se formulá-la consciente de que nem todos são responsáveis. Assim, se há críticas a serem assacadas contra a Polícia Legislativa, elas devem ser corretamente apontadas, formuladas. Assim procurei fazer, Sr. Presidente. Nós não podemos imputar responsabilidade a servidores públicos que não a possuem em determinada circunstância. Se há desvio de finalidade em uma ação desenvolvida pela Polícia Legislativa – e no meu entendimento houve desvio de finalidade, porque a norma estabelecida dá conta de que a Polícia Legislativa deve atuar no âmbito do Congresso Nacional e nas suas dependências, portanto não há legalidade quando a Polícia Legislativa atua em outras dependências alheias às do Congresso Nacional –, não há como imputar responsabilidade a todos os servidores da Polícia Legislativa, que procuram, sim, como aqui já se disse hoje, prestar serviços com competência e, certamente, com a decência que se exige para essa função.

Os meus respeitos a todos esses servidores, mas não posso deixar de opinar sobre esse episódio. Obviamente, há que se investigar de quem é a responsabilidade, mas entendo como desvio de finalidade essa atuação fora das dependências do Congresso Nacional. E, se houve – não cabe a mim decidir se houve ou não – o desejo de comprometer a investigação em curso, não cabe a mim concluir se houve interferência na Operação Lava Jato, se houve obstrução de Justiça, se o objetivo foi dificultar a investigação realizada pela força-tarefa da Operação Lava Jato. Isso cabe às autoridades judiciárias resolver. Mas, se houve, não há como não conferir razão às providências adotadas pela Justiça e pela Polícia Federal.

A prioridade, neste momento, para a sociedade brasileira, é essa investigação; a prioridade para o Brasil, neste momento, é a Operação Lava Jato. Ela não pode ser comprometida. E este não é o momento para a exacerbação fácil e irresponsável, este não é o momento para a provocação, não é o momento para convocação ao enfrentamento entre as instituições. Este é o momento para o exercício constitucional da interdependência dos Poderes e o respeito aos agentes públicos que integram essas instituições essenciais para o Estado democrático de direito.

Sim, nós devemos defender a Polícia Federal como uma instituição que exerce a sua atividade despertando as esperanças do povo brasileiro com a geração de expectativa de que, realmente, estamos caminhando para um futuro diferente no Brasil. Nós não podemos deixar de destacar o trabalho da Polícia Federal, do Ministério Público e da Justiça. Não é momento para agressões à Justiça brasileira; não é momento para agressões à Polícia Federal; não é momento para agressões ao Ministério Público, porque o povo brasileiro, majoritariamente, apoia essas instituições, que estão restabelecendo as esperanças da nossa gente no futuro deste País, que ressuscitam as esperanças de mudança, porque apresentam a fotografia da mudança com ações concretas que repercutem na opinião pública brasileira como um momento de avanço institucional.

Não é hora de discutir abuso de autoridade ou mudança na legislação do abuso de autoridade. Não há por que recusar debater esse assunto, mas é preciso definir o momento adequado.

Não é este o momento. Debater a legislação sobre abuso de autoridade nesta hora passa a ideia de provocação, de convocação ao enfrentamento; passa a impressão à opinião pública brasileira de que o que se deseja é atemorizar as autoridades judiciárias, comprometendo a Operação Lava Jato.

Certamente, nós teremos mais inspiração, imparcialidade e sensatez se aguardarmos a conclusão dos trabalhos das autoridades judiciárias que operam, neste momento, investigando autoridades públicas no País. Depois, sim, certamente teremos maior inspiração, mais sensatez, experiência para a elaboração de uma legislação moderna sobre abuso de autoridade. Esta não é a hora.

Há equívocos, sim; há equívocos visíveis na proposta apresentada ao Congresso Nacional. Aqui estão esses equívocos. São inúmeros, mas esta proposta fica, já, na questão preliminar da oportunidade. Não é o momento para a produção de uma boa lei este momento de exacerbação, em que Congressistas são investigados. Não é o momento para a definição de normas legais que possam estabelecer a correta atuação das autoridades públicas, sejam elas representantes de que instituição forem.

É hora, sim, de discutir propostas que já emergiram dessa experiência através do Ministério Público, as chamadas “10 medidas contra a corrupção” – e são mais do que dez. Essas dez trazem a assinatura de milhões de brasileiros, mas existem outras propostas apresentadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal que podem também ser debatidas e votadas neste momento.

Eu creio que estabelecer prioridade é fundamental. É preciso valorizar a ação da autoridade judiciária deste País, que, na esteira de multidões que foram às ruas exigir mudança... E a mudança exigida não foi apenas de um Presidente por outro; a exigência de mudança é superior, diz respeito à cultura política, a conceito, a métodos, a sistema, sistema de governança, à relação entre os Poderes. Essa é a mudança exigida nas ruas do Brasil. E nós temos que estabelecer, diante desse cenário de exigência do povo brasileiro, as prioridades



adequadas para o debate no Parlamento brasileiro.

Para concluir, Sr. Presidente, é preciso, nesta hora, ponderação, compreensão e, sobretudo, consideração àqueles que exercem uma atividade – sujeitos a cometer equívocos, mas que devem ser valorizados pela importância da atividade que exercem e não podem, de forma alguma, sofrer agressões fortuitas em momentos de nervosismo explícito.

Portanto, o nosso respeito ao Poder Judiciário, à Justiça brasileira, à Polícia Federal e ao Ministério Público, e a nossa esperança de que estamos, realmente, neste momento, determinando o marco de um novo rumo para este País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Moderador/PTB - PI) – Agradeço as palavras de V. Exª e convido o Senador José Agripino Maia, do DEM do Rio Grande do Norte, a ocupar a tribuna.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, permita, antes de o Senador Agripino subir, só para que V. Exª me esclareça quanto à ordem de oradores.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Moderador/PTB - PI) – V. Exª é o próximo orador, pela Liderança da Rede.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há pouco tempo, menos de uma hora atrás, eu tive oportunidade de me manifestar com relação aos fatos que ocorreram no final da semana e que se desdobram até agora.

Eu vou falar sobre um assunto que diz respeito à minha Região, à nossa Região, e ao Brasil, mas eu queria reiterar a posição que já deixei clara há pouco tempo com relação ao que se exige do presente momento. O momento é de busca de sensatez. O Senado é composto por 81 Senadores; eu, talvez, seja o que mais número de mandatos tem, e a minha obrigação é de praticar a sensatez, até em função da experiência que eu tenho desta Casa, pelos muitos anos que aqui vivi.

Esta Casa é uma Casa de 81 Senadores, de muitos partidos, não é a Casa de um, dois, ou três, nem cinco Senadores, e a obrigação dos Senadores é defender com sensatez a dignidade do Senado, a dignidade do Congresso e a harmonia entre os Poderes. A obrigação que nós temos é de contribuir para que se refaça, e se refaça rapidamente, o diálogo estremecido entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. É isso que interessa à sociedade brasileira, que nós representamos na Câmara e no Senado – no Senado, os Estados; na Câmara, os diversos Estados e cada cidadão –, e que deseja, no momento, que o País se reencontre, que o Governo governe, que a Justiça opere e que o Congresso vote – a começar, por exemplo, pelos dez pontos da corrupção. Esse é o *link* direto com a sociedade, sem exageros, para fazer com que aquilo que vem sendo feito, as investigações da Lava Jato, que estão passando a limpo o País, tenham consequência, e nunca interrupção. Tenham consequência, concluam seu trabalho, e nunca sofram qualquer tipo de interrupção, porque isso seria contrariar a vontade do povo brasileiro.

Votar outras leis que, neste momento, pudessem significar não digo contraposição, mas embaraço às investigações, como a Lei do Abuso de Autoridade – que tem de ser votada, sim, mas, o momento não é agora, porque a Casa do povo, o Congresso Nacional poderia ser mal interpretado –, poderia ser entendido como um ato de retaliação pelo fato lamentável do conflito recém-ocorrido nas dependências do Congresso Nacional, fato que tem de ser explicado para que Congresso readquira a sua credibilidade e a sua dignidade.

Dito isso, Sr. Presidente, eu queria fazer o registro, Senadora Ana Amélia, de um fato completamente diferente, mas que é a realidade do Brasil. Está aqui na frente. Enquanto estamos angustiados, tensos com a situação que vive o País, brasileiros de norte a sul, leste a oeste, estão aqui na porta – são caminhões, são cavalos, são toneladas de ração animal, são vaqueiros e donos de empresas rurais, de A a Z. Vieram todos para cá, motivados por quê? Por uma decisão – por seis a cinco – do Supremo Tribunal Federal que, analisando uma questão localizada do Estado do Ceará, decidiu pela ilegalidade ou inconstitucionalidade, motivada por maus-tratos a animais, da prática da vaquejada.

A vaquejada, Presidente Elmano, tem cem anos – no seu Piauí e no meu Rio Grande do Norte. Senador Elmano Ferrer, desde que eu me entendo por gente as vaquejadas de Currais Novos, de Caicó, de São José de Mipibu, de Mossoró, de toda parte, fazem parte do calendário de eventos. O senhor já imaginou suspender o Carnaval do Rio de Janeiro, ou o Carnaval da Bahia, que é uma festa popular? Tão festa quanto são as vaquejadas. As vaquejadas são um evento esportivo, e, no entorno da vaquejada, você tem a festividade, você tem a sanfona, você tem o folguedo, você tem o emprego sendo gerado e a diversão sendo exercitada a partir de uma tradição cultural da nossa Região. Os empregos gerados pela tradição da vaquejada – que tem mais de cem anos – são milhares e milhares. Não é só no seu Piauí e no meu Rio Grande do Norte, é no Brasil inteiro.

O que se coloca neste momento? É o dilema, o confronto entre a proteção, ou a defesa contra os maus-



tratos de animais, e uma tradição, um esporte e a geração de emprego; é o confronto entre essas duas coisas. De um lado está uma coisa que tem de ser objeto de preocupação: a proteção aos animais, aos bois que são, em muitos dos casos, preparados para a vaquejada. Nem sempre o boi que entra na corrida da vaquejada é um boi qualquer; às vezes é, mas nas melhores vaquejadas são bois preparados para aquela atividade, que é uma atividade esportiva.

Será que se tem que entregar o boi à própria sorte? Aos maus-tratos? Em nome do folguedo, da diversão, da geração de empregos? Não! Não estou defendendo isso. Só que, ao longo do tempo, se maus-tratos foram praticados no passado, cada vez que o tempo passa e cada vez que a pressão sobre o fato dos maus-tratos é exercida, mais providências são tomadas.

Hoje, no meu Estado, o colchão de areia dos parques de vaquejada mede 50 cm de espessura – areia de rio, areia que é capaz de amortecer o choque da queda do animal. Antigamente, talvez não fosse assim; hoje é. É uma exigência o colchão de areia 50 cm. Antes, cheguei a assistir a espetáculos lamentáveis do rabo quebrado de um animal durante a vaquejada. Hoje não existe mais isso, porque há uma cauda artificial, com um tipo de engate especial, que é usado uma vez e substituído para evitar a quebra do rabo e o maltrato do animal. Já é uma prática normal que, ao longo do tempo, foi desenvolvida pelas denúncias de maus-tratos – que têm de ser feitas, para que o animal não seja maltratado em benefício de uma atividade que gera empregos, que é tradição, que é diversão, mas que não deve significar maus-tratos ao animal.

Não sei se V. Exª sabe, eu não sabia, confesso-lhe. Eu não sabia... Senador Eunício Oliveira, V. Exª, que é do Ceará, sabia que nas vaquejadas de hoje... O Senador Lindbergh é carioca paraibano, é carioca paraibano, paraibano de sotaque como o meu. V. Exªs sabem, ou sabiam, que não é mais permitido o contato do metal com o animal, com o cavalo da vaquejada? Você tem de ter uma proteção, de esparadrapo ou de um isolante qualquer. É uma exigência! Produto de quê? De denúncias e de providências tomadas ao longo do tempo. Em nome de quê? Do não maltrato do animal. Você não pode tocar o boi. Se você tocar o boi numa carreira, o tocador, com a esteira, está desclassificado, em nome da proteção ao animal. Não se pode usar chicote – nem pensar! – nem no cavalo, nem no boi. É proibido, desclassifica o corredor. O veterinário de plantão é uma exigência. Você tem lotes de reses, de bois, que só podem correr duas corridas. Entre uma corrida e outra – é a informação que eu tenho –, o animal é bem alimentado, lavado e submetido à inspeção de veterinário. Em assim sendo, você está garantindo ao animal as condições mínimas de proteção contra os maus-tratos.

Será que, feito isso, a Região, os 600, 700 mil empregos, não têm direito à sobrevivência da atividade da vaquejada? Em nome de uma tradição? Em nome da geração de empregos na Região mais desprivilegiada do Brasil, que é a Região Nordeste, onde a geração de um emprego se faz com imensa dificuldade, e em nome de uma tradição de cem anos? Será que não vale a pena trabalharmos uma lei que faça, por consenso, a coexistência da proteção ao animal e a geração de empregos?

O que nós temos, Senador Eunício, é de compatibilizar o conflito: de um lado, a proteção do animal; do outro lado, uma atividade que é tradição, que é prática de esporte e geração de emprego. Precisamos compatibilizar as duas coisas. Será que isso é possível? É claro que é possível. E é isso o que nós temos de buscar fazer, inclusive levando esses argumentos aos Ministros do Supremo Tribunal Federal para obter a colaboração do bom senso de S. Exªs, que são todos homens e mulheres de enorme bom senso.

Ouçõ com muito prazer o Senador Eunício Oliveira.

O Sr. Eunício Oliveira (PMDB - CE) – Senador Agripino, eu estava fora, lá no gabinete, e ouvi atentamente quando V. Exª abriu a discussão nessa questão da vaquejada. Meu pai, em 1963, em uma corrida de vaquejada, fazia aboios, versos, para animar o chamado “jiqui”, onde ficava o animal. Não há que se falar aqui, honestamente, em maus-tratos de animais. O que há que se falar aqui é em desconhecimento de causa. Nós, que somos do Nordeste, sabemos que esta é uma tradição centenária da nossa cultura. Não é apenas a questão dos 700 mil empregos tão sonhados, tão desejados no Brasil de hoje, um país onde há 13 milhões de desempregados. No Nordeste, onde já temos mais de cinco anos seguidos de seca, nós vamos aumentar as dificuldades do Nordeste brasileiro em nome de quê? Em nome da preservação ou dos maus-tratos a animais, o que não existe, apenas por desconhecimento de causa. Hoje, obrigatoriamente, nas vaquejadas o tamanho da corrida não chega a 150 metros. Há necessidade de um colchão de areia entre 40 e 60cm de profundidade. Não há maus-tratos aos animais. Ali, ao contrário, há assistência aos animais. Os animais que participam – e eu tenho até um filme, uma espécie de brincadeira, em que o vaqueiro se atrapalha na saída do jiqui, e o boi corre. Quando ele chega naquela faixa branca onde ele tem que deitar ele se deita, de tão acostumado que está com aquilo. Já é uma coisa natural. Então, não há maus-tratos a animais. Senador José Agripino, há algo mais bruto do que a luta de boxe entre dois seres humanos? Há algo mais bruto do que a farra do boi? Não estamos tratando disso, estamos tratando de algo que é essencial para a nossa cultura. Está entranhado no Nordeste brasileiro. A Globo acabou de fechar uma novela no Nordeste em que havia



participação inclusive do vaqueiro. Esta Casa talvez tenha assistido aqui um dos dias mais bonitos, quando homens, todos vestidos de gibão de couro... As pessoas nem sabem o que é um gibão de couro. É para correr no mato, dentro da jurema, onde há espinho, para proteger o vaqueiro. Aquela olheira lateral e o que vai na cabeça do cavalo é para proteger o animal na corrida no sertão, na mata fechada, onde a criação de gado é extensiva. Portanto, eu queria colaborar com V. Exª nesse pronunciamento e dizer que sou autor de um projeto de regulamentação do assunto. Não há nenhum confronto com a decisão tomada pelo Supremo, pelo contrário. Eu acho que Brasília, desde a sua inauguração, nunca viu uma manifestação tão verdadeira, tão pura, tão real como essa manifestação pacífica dos vaqueiros do Nordeste brasileiro, para mostrar a pujança de como funciona a vaquejada e de que maneira é hoje tratado o animal. Não há maus-tratos de animal, não há maus-tratos ao boi hoje na corrida de vaquejada. Isso é fato. Quem quiser assistir é nosso convidado para ir a várias vaquejadas que acontecem no Nordeste brasileiro, com prêmios excepcionais no final, com a geração enorme de emprego no Nordeste sofrido, que precisa que a gente aqui defenda, nós, Senador Elmano – que também é cearense lá da Lavras da Mangabeira, mas faz política no Piauí –, e V. Exª que também representa tão bem o Estado do Rio Grande do Norte, nós que conhecemos essa cultura não podíamos ficar calados aqui diante dessa decisão, que, a meu ver, foi tomada por falta de conhecimento de causa, e, obviamente, na intenção de preservar possíveis maus-tratos a animais. Mas eu posso afirmar aqui para todo o Brasil que não há maus-tratos a animais na corrida de vaquejada.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Obrigado, Senador Eunício. V. Exª agrega a esse meu modesto pronunciamento uma série de coisas muito interessantes, a começar pela clara colocação que V. Exª faz quando menciona uma luta de boxe. Nada é mais violento do que uma luta de boxe ou uma luta de UFC, em que a gente já viu campeão brasileiro quebrando a tíbia com um movimento de perna.

O que é preciso? Eu não quero aqui fazer analogias inconvenientes, mas, nesses esportes – que esses, sim, são violentos – há uma coisa chamada regra e juiz. Há regra e há juiz. O que nós temos que estabelecer é regra. A vaquejada tem que ter regra. As regras eu já enumerei, V. Exª enumerou uma série de regras que já estão sendo cumpridas. O que é preciso é tornar claro que essas regras, que fazem parte de um jogo que, na verdade, é uma prática esportiva, sejam aceitas, sejam observadas e que haja uma lei, como V. Exª propôs, uma lei que guarde essas regras, para que, com as regras escritas, transformadas em lei, se possa preservar uma tradição cultural, um esporte e a geração de milhares de empregos na nossa região. Se não você vai dizer: então você acaba com a atividade da vaquejada e não move uma palha no sentido de... Se é prática de descaso ao animal, como é que você permite que o jóquei clube promova corridas de 2.500m, levando à exaustão os cavalos? E a prova de laço? E o hipismo? E o rodeio?

Não pode haver, Senadora Ana Amélia, dois pesos e duas medidas, senão é injustiça. No mínimo, você tem que colaborar com a sensatez, para igualar as oportunidades e proteger, pela via da sensatez, aqueles que têm que ser protegidos.

Essa é a nossa palavra, pela colaboração do raciocínio lúcido de muitos, levando a solução a um problema que está criado. Não é, longe de mim, por excessos cometidos pelo Ministro do Supremo. Acho que é nossa obrigação levar a eles o nosso entendimento do assunto.

Eu acho que o evento que está ocorrendo na porta do Congresso reforça muito o nosso esforço, dá visibilidade nacional. Hoje, todos os noticiários vão mostrar o movimento que está sendo feito por vaqueiros cearenses, piauienses, gaúchos, potiguaras, do Brasil inteiro, em torno de uma causa que é nobre.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – E a eles, Senador Eunício, Senador Elmano, Senador Lindbergh, Senadora Ana Amélia, Senador Randolfe Rodrigues, a nossa homenagem, o nosso aplauso. A eles que vieram do Brasil inteiro, para chamar a atenção do Brasil pela necessidade de uma solução para um problema que não pode perdurar. É uma injustiça o que está em curso. É uma injustiça! E eles vêm aqui pregar um grito contra uma injustiça. E o que nós estamos falando é verbalizando a iniciativa deles, antes que seja tarde a prática de uma injustiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Moderador/PTB - PI) – Agradeço as palavras de V. Exª, ao tempo em que o elogio pela didática com que se referiu aqui à prática da vaquejada como uma manifestação cultural, esportiva, recreativa e econômica da nossa região.

Concedo a palavra, pela ordem de oradores inscritos. Aliás, como Líder da Rede, ao nobre Senador Randolfe Rodrigues.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Pela ordem, Presidente, enquanto o Senador Randolfe ocupa a tribuna, eu queria fazer duas



observações, uma extremamente relevante, porque impacta sobre setores importantes da economia, como a produção de cervejas artesanais, produção de vinhos familiares, de economia familiar, e também alambiques, pequenos alambiques, de que também aqui falaram os Senadores do Nordeste, também do meu Estado, em Minas Gerais. No Brasil inteiro existem alambiques com uma exploração econômica importante para a pequena produção.

Eles entraram por uma emenda, na Lei do Simples Nacional. Foi aprovado na Câmara dos Deputados e aqui no Senado acolhido também. Nós tememos porque havia uma pressão da Receita Federal, para que houvesse veto a essa emenda aprovada no Senado, na votação do Simples Nacional. Esperamos que o Presidente Michel Temer tenha a sensibilidade daquilo que foi decidido democraticamente por esta Casa e não vete essa emenda, que é muito importante, como eu disse, para as cervejarias artesanais – o que não importa apenas à Região Sul do País, mas a todo o País –, para a produção de vinhos familiares, de economia familiar, e também para os pequenos alambiques espalhados por todo o País.

E queria agradecer muito à Rádio Senado pelo trabalho que fez a partir de uma audiência pública realizada em São Joaquim, no Estado de Santa Catarina, que é o maior produtor de maçãs do Brasil. Fizemos uma audiência pública e, a partir dessa audiência, com as informações trazidas, sobre a relevância da maçã como fruta brasileira exportada hoje para vários países, a Rádio Senado produziu um belíssimo trabalho, que está acessível aos interessados no portal da Rádio Senado, na página da Rádio Senado, cujo endereço é www.senado.gov.br/radio. Então, a todos os interessados, essa matéria está maravilhosa. Eu queria agradecer a toda a Direção da Rádio Senado pelo trabalho realizado com essa cobertura, mostrando aos brasileiros o valor dessa produção.

Muito obrigada, Presidente. Obrigada ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senadora Ana Amélia. Agradeço, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, neste momento, a Câmara dos Deputados está concluindo a votação da dita – no nosso entender, famigerada – Proposta de Emenda Constitucional nº 241. Ainda há pouco, eu estive no Salão Verde da Câmara, ao lado, Senador Lindbergh, de companheiros nossos da oposição, na Câmara – da Rede, do PSOL, PCdoB, PT, alguns Parlamentares do PSB – que têm a avaliação concreta de que essa proposta de emenda à Constituição significa, na prática, derrogar, revogar o conjunto de direitos sociais conquistados na Constituição de 1988.

Sr. Presidente, a Constituição de 1988 assegurou direitos sociais tidos como fundamentais no seu art. 7º. O art. 7º da Constituição se insere em um capítulo constitucional consagrando-os ao título e ao altar de direito fundamental, ao altar tão glorificado no texto constitucional, Senador Elmano, que o art. 60 da Constituição considera esses chamados direitos fundamentais como dispositivos constitucionais que não podem ser revogados. O art. 60 diz que não pode ser objeto de emenda à Constituição aquela proposta que procure abolir os direitos fundamentais; o voto secreto, universal e periódico; e a separação dos Poderes, porque essas são chamadas cláusulas pétreas, Sr. Presidente.

Os direitos sociais estão, nessa ordem, como cláusula pétrea na nossa Constituição. É a Constituição que também assegura que educação é direito de todos e dever do Estado; saúde, da mesma forma, é direito de todos e dever do Estado, consagrando a universalização da saúde, que não existia até 1988, e constituindo inclusive um sistema de controle social para acompanhar o Sistema Único de Saúde, que deve ser público e de boa qualidade.

Isso tudo, Sr. Presidente, são conquistas do nosso texto constitucional de 25 anos atrás. Foi no plenário vizinho, no plenário da Câmara, que o saudoso Deputado Ulysses Guimarães, no já célebre discurso dele, Senador Lindbergh, de promulgação da Constituição, dizia, definia o que era cidadão. Só é cidadão quem lê e escreve; lazer, quando descansa; tem hospital e remédio quando adocece. Ele dizia isso na promulgação, porque isso estava consagrado no texto da Constituição de 1988 e tinha sido resultado daquelas noites e manhãs em que este Parlamento, no intervalo de quase dois anos, ficou em Assembleia Nacional Constituinte a redigir um texto constitucional que consolidava a restauração da democracia em nosso País.

Outro aspecto a se destacar é que os desafios que a chamada PEC 241 defende é trazer um exemplo na história econômica recente de um país no mundo, um exemplo da humanidade, em que as propostas de congelamento, de investimentos públicos e de investimentos sociais, como dispõe a PEC 241, tenham surtido efeito para melhorar a qualidade de vida naquele país. Não tem paralelo.

O outro aspecto, Sr. Presidente, é que, além de não ter paralelo, mais recentemente, até o FMI, em um documento chamado *Finance & Development* – na tradução livre, “neoliberalismo superestimado” –, condena para políticas de ajuste fiscal medidas... E vejam que o FMI é a principal instituição internacional defensora das chamadas, abro aspas, “políticas de austeridade” – fecho aspas.



Nesse artigo, nesse documento, os economistas do Fundo condenam qualquer critério de medidas superdosadas que possa levar a maior estagnação econômica. Essa é uma resolução do FMI.

Quero completar, Sr. Presidente, com um estudo de agora, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, o Dieese: o Dieese faz uma comparação do IPCA, da despesa total *versus* IPCA, do IBGE de 1988 a 2015, para, no final, dizer o seguinte: as razões da estagnação econômica, as razões do descontrole de gastos são a estagnação econômica de 2014 e o ajuste recessivo adotado em 2015, que comprometeu as receitas públicas. Ou seja, não foi o investimento em saúde, não foi o investimento em educação. Não foram as chamadas despesas primárias que causaram o chamado desajuste das contas públicas. Foram exatamente as medidas que foram adotadas que levaram à estagnação da economia, e foi inclusive o ajuste fiscal que... Veja: nós já achávamos draconiano o ajuste fiscal de Levy, mas ele é "fichinha" comparado ao que propõe essa Proposta de Emenda à Constituição nº 241.

Ou seja, está comprovado estatisticamente, na economia, que não foram as medidas de inibição dos investimentos, principalmente dos investimentos sociais, mas as medidas exatamente de estagnação da economia brasileira que levaram ao desajuste das contas públicas.

Senador Lindbergh, tenho o prazer e a honra de escutar V. Ex^a.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Ex^a toca num ponto central, Senador Randolfe. Eu quero parabenizá-lo pelo pronunciamento, mas parece que isso, que V. Ex^a entendeu tão bem, eles estão tentando esconder aqui. Nosso problema fiscal, hoje, não se dá porque nós gastamos muito em 2015. Para o senhor ter uma ideia, nesse último período, até 2013, nós tivemos superávits primários, em todos os anos. Nós tivemos déficit quando? Em 2014.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeitamente.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O déficit nominal foi de 6,7. Só que 0,6% foi o déficit primário, e 6,1% foram juros. Por que tivemos um problema fiscal em 2015? Não foi por muito gasto, até porque nós tivemos o maior ajuste, o maior contingenciamento da história do País, e nós votamos contra ele. Qual foi o problema? Frustração de receitas e aumento de juros. E aquilo que Levy fez de errado, em 2015, eles estão querendo fazer pelos próximos 20 anos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – E aprofundar.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Exatamente. Ali foi um ajuste equivocado... Houve um ajuste de 2,3% do PIB, que derrubou a economia, diminuiu a arrecadação e piorou a situação fiscal. É um ciclo vicioso. Então, a minha preocupação... Acho que V. Ex^a faz um grande diagnóstico aqui e, sinceramente, para entrar nesse debate para valer, Senador Elmano Férrer, o que a gente tinha que fazer era o seguinte... Olha, o Lula trouxe a dívida, de 60% – que ele pegou de Fernando Henrique Cardoso –, para 34%. Por quê? Porque a economia cresceu. Nós agora tínhamos de ter, na economia... O centro de tudo era o quê? Crescimento econômico, recuperação de empregos. Mas não: com o caminho que eles vão lançar, de uma austeridade de 20 anos, nós vamos ficar completamente estagnados, Senador Randolfe. Essa PEC aqui é destruidora. Hoje nós tivemos uma audiência pública – não quero tomar muito tempo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Por favor.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Hoje nós tivemos uma audiência pública na CAE, e o economista Felipe Rezende fez a evolução dos gastos pelos próximos dez anos, até 2026. E ele mostra aqui a quantidade...

(Soa a campanha.)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O nível da redução de recursos em saúde e educação é violento. Para o senhor ter uma ideia, se essa PEC existisse dez anos atrás, o investimento em educação, que foi de 103 bilhões, teria sido de 31 bilhões; na saúde, que foi de 102 bilhões, teria sido de 65 bilhões. Então, é um crime o que estão fazendo aqui com essa PEC, e, a meu ver, a economia brasileira não vai conseguir se recuperar, porque, num momento de recessão como este, em que as famílias estão endividadadas, não gastam, em que as empresas não gastam, nós só teríamos uma saída neste momento, que seria, ao contrário do que fala o Governo, aumentar o gasto em investimento público, em gasto social, para recuperarmos o crescimento. E, aí, conseguiríamos resolver a situação fiscal com crescimento econômico ou com outras medidas, porque eles falam de ajuste fiscal, Senador Randolfe, mas V. Ex^a notou que não existe nada para o andar de cima, para os mais ricos?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Zero! Não há uma medida.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Nem uma coisa! É tudo em cima do trabalhador. É o quê? Corte de educação, corte de saúde, com a PEC 241; é uma reforma da Previdência que acaba com a vinculação do salário mínimo aos benefícios previdenciários – isso conduzido



por Geddel e Eliseu Padilha, que ganham R\$50 mil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – E se aposentaram aos 52 anos.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Acima do teto. Geddel se aposentou com 51; o Padilha, com 53; o Michel Temer, com 55. Agora, nenhuma medida de tributação progressiva, como taxar grandes fortunas, o imposto voltar a taxar lucros e dividendos... Isso não! Também não falam em limites para juros, porque são dois tipos de gasto: o primário, em que os grandes orçamentos são educação, saúde e previdência; e o gasto nominal, que é de juros. O déficit, volto a dizer, de 2015, de 10,34%, 8,5% foram de pagamento de juros para o sistema financeiro, para os grandes rentistas do País. Nesses aí não se pode mexer, Senador Elmano. Não mexam nos juros deles! Nesses não pode mexer. O aperto vai todo embaixo, para o trabalhador, em cima da reforma da Previdência e dessa PEC 241. E volto a dizer: não há país no mundo que tenha colocado uma medida tão restritiva de gasto primário na Constituição. Então, eu parabeno V. Ex^a, porque tenho participado de tantos debates, aqui, e parece que o óbvio eles não querem ver: que o problema que nós estamos enfrentando, o problema fiscal, é fruto da desaceleração econômica, não de excesso de gastos – muito pelo contrário. Parabéns a V. Ex^a, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Incorporo perfeitamente o aparte de V. Ex^a, Líder do nosso campo da oposição, Senador Lindbergh, mas veja que realmente não tem, Senador Elmano, parâmetro no Planeta, parâmetro na história humana, de um arrocho fiscal desse tamanho que eles propõem nessa proposta de emenda constitucional.

Veja: países tais quais o Brasil, a Bélgica, a Dinamarca, a Finlândia, Holanda, Hungria, Israel, México e Peru previram e adotaram medidas de contenção de gastos. Nenhum desses colocou essas medidas em sua Constituição. Em nenhum desses as medidas foram superiores... A que delongou maior tempo durou por seis anos. E em nenhum desses as medidas cumpriram os resultados necessários para que a economia voltasse a crescer.

Esse é o debate que nós queremos travar, que nós, da oposição, queremos travar aqui com aqueles que defendem essa proposta de emenda constitucional. Queremos travar o debate sobre qual é a alternativa para o crescimento do País. Nós temos a convicção formada de que não é essa proposta, que, em vez de limitar gastos... Aliás, não há aquele que não seja favorável ao limite de gastos, mas, a rigor, essa PEC limita o investimento social.

Veja, Sr. Presidente, um dado de uma pesquisa do Dieese, de economistas renomados, sobre o investimento mínimo em educação. O investimento mínimo em educação, conforme a Constituição de 1988, não pode ser menos que 18% da receita bruta da União. É isso o que é gasto hoje, concretamente. Se essa PEC for aprovada, em 2028, o investimento em educação vai ser reduzido para 13,7% da receita bruta da União. O que significa isso, traduzidos os números? Significa uma geração que não vai ter acesso à universidade pública, significa uma geração de crianças que não vão ter acesso à educação.

(Soa a campanha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Mais grave do que isso, Sr. Presidente: o gasto *per capita* com educação, cuja projeção era chegar a US\$479 por pessoa, no ano de 2015, se essa PEC estivesse em vigor, seria de US\$115 por pessoa, valor insuficiente para o investimento na educação brasileira como se deveria. Aprovada essa proposta de emenda constitucional, Sr. Presidente, nós vamos chegar ao ano de 2028 com um investimento em saúde pública não superior a 11% da receita bruta líquida da União. Esses 11% significam que hospitais vão fechar até 2028, significam que pessoas serão condenadas à morte, porque não se terá cumprido o princípio fundamental que está na Constituição, de que saúde deve ser direito de todos e dever do Estado.

Sr. Presidente, nós, da oposição, vamos lutar contra essa PEC neste plenário. Vamos, inclusive, propor uma emenda ao final, para que essa proposta de emenda constitucional seja objeto de referendo público, porque é uma decisão que altera profundamente a vida dos brasileiros pelos próximos dez anos. Essa decisão não pode ser tomada pelas mentes, abro aspas, “iluminadas”, fecho aspas, do Senhor Presidente da República e de uma dúzia de Deputados Federais e uma dúzia de Senadores. Submetam a um referendo público essa proposta de emenda constitucional, para que o povo brasileiro diga livremente se quer a redução de investimentos em saúde e educação e a aprovação dessa PEC.

Se formos derrotados inclusive no referendo, Senador Lindbergh, quero aqui deixar claro que iremos ao Supremo Tribunal Federal, porque temos a convicção de que essa PEC é inconstitucional, pois não se pode ferir cláusula pétrea, e essa PEC fere dois princípios fundamentais, o da dignidade da pessoa humana e o dos direitos sociais, que estão inscritos no art. 7º, aquele que Ulysses Guimarães citou ao definir cidadão: “Só é



cidadão quem (...) lê e escreve (...) tem hospital e remédio, lazer quando descansa." Tudo isso é derrotado por essa PEC. Por isso nós a combateremos.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Moderador/PTB - PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a, ao mesmo tempo em que o convido para presidir esta sessão, a fim de que eu possa usar da tribuna.

Em seguida... Parece-me que está inscrito o Senador Lindbergh Farias.

(O Sr. Elmano Férrer, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Randolfe Rodrigues.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Com muita honra, eu concedo a palavra a meu querido amigo, Senador Elmano Férrer, do Partido Trabalhista Brasileiro do Piauí.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Moderador/PTB - PI) – Piauí. Grande Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Do grande Piauí.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Moderador/PTB - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu nobre Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, no dia em que ocorre uma mobilização nacional em apoio à cultura nordestina, aqui em frente ao Congresso Nacional, venho a esta tribuna fazer uma manifestação em defesa da vaquejada, que é uma prática desportiva e uma tradição, um patrimônio cultural do meu Estado do Piauí, do Nordeste e do Brasil.

Em 6 de outubro último, Sr. Presidente, o Supremo Tribunal Federal julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.983, impetrada pelo Ministério Público contra a Lei nº 15.299, de 2013, do Estado do Ceará, que regulamenta a vaquejada como prática desportiva e cultural daquele Estado.

Nessa decisão, Sr. Presidente, cujo Relator foi o ilustre Ministro Marco Aurélio, assim como na petição inicial do Ministério Público, há o reconhecimento expresso dos valores culturais da vaquejada como atividade esportiva tradicional do Nordeste. Todavia, o Supremo Tribunal Federal, por seis votos a cinco, entendeu que o dever de proteção ao meio ambiente deveria se sobrepôr à questão do patrimônio cultural.

Esse é o entendimento atual do Supremo Tribunal Federal, o qual nós temos o dever republicano de respeitar, mas eu venho aqui, Sr. Presidente, com muito respeito, discordar desse entendimento e manifestar minha grande preocupação com a situação, haja vista a grande manifestação que neste instante ocorre aqui, na Praça dos Três Poderes, pois foi criada uma jurisprudência que não ficará restrita apenas ao Estado do Ceará, mas será aplicada a todo o País.

Explico: em primeiro lugar, como já disse, tanto na decisão do Supremo Tribunal Federal quanto na petição inicial do Ministério Público, há o reconhecimento do valor da vaquejada como patrimônio cultural imaterial.

De fato, Sr. Presidente, o valor cultural é incontestável e foi imortalizado por muitos escritores, músicos e historiadores ao longo de séculos.

O célebre e saudoso Luiz Gonzaga homenageou os vaqueiros com sua arte, com a famosa canção Festa de Mourão, uma verdadeira ode à vaquejada. Gonzagão, gênio que era, conseguiu, de maneira muito poética, traduzir para o Brasil e para o mundo toda a emoção de um sertanejo na vaquejada.

Vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores, o óbice que surge nas instâncias judiciais é relativo apenas aos supostos maus-tratos contra os animais, mas a vaquejada, embora seja um esporte que envolve algum risco tanto ao vaqueiro quanto aos animais, o boi e o cavalo, não é, como se afirma na decisão, intrinsecamente nociva à saúde e à integridade física dos animais. Inclusive, tentar compará-la com a farra do boi ou a rinha de galo, como alguns fazem, parece-me não só um equívoco, mas também um argumento que não procede.

Aliás, se formos falar, com toda a franqueza, sobre maus tratos de animais, talvez tenhamos de fechar os laboratórios nacionais que usam cobaias em seus experimentos. Também teremos de fechar as granjas, as fazendas de leite e de corte e os abatedouros pelo País afora. Esses, sim, cometem atrocidades diariamente contra os animais.

Sr. Presidente, em segundo lugar, existe a questão econômica, para a qual o Supremo Tribunal Federal se mostrou completamente insensível. Vaquejadas são eventos grandiosos, que movimentam a economia de todos os Estados do Nordeste. Segundo informações que obtive da Associação Brasileira de Vaquejada, para a realização de uma única prova de vaquejada, há o envolvimento de aproximadamente 270 profissionais, desde veterinários, árbitros, inspetores, locutores, organizadores, pessoal de segurança, alimentação, limpeza, apoio de gado, entre outros trabalhos realizados no evento. Músicos são contratados, assim como outras atividades de apoio ao evento de vaquejada.

Só para se ter uma ideia, Sr. Presidente, em 2015, as vaquejadas movimentaram algo em torno de R\$600 milhões, gerando perto de 120 mil empregos diretos e 600 mil empregos indiretos. Nesses números, estão incluídos os leilões e as feiras agropecuárias. São perto, Sr. Presidente, de quase 4 mil vaquejadas por ano



em todo o Nordeste e no Brasil, das quais 60 apresentam premiação superior a R\$150 mil. No Nordeste, só o futebol supera, Sr. Presidente, as vaquejadas, em termos de público.

No Piauí, segundo dados da Associação dos Vaqueiros Amadores do Estado, são realizadas cerca de 250 vaquejadas por ano, gerando mais de 30 mil empregos diretos... Aliás, 30 mil empregos indiretos e 6 mil empregos diretos, movimentando milhões de reais por ano.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero lembrar que as vaquejadas não são apenas um esporte e uma tradição cultural. Elas também são a base do sustento de milhões de brasileiros, especialmente na nossa Região Nordeste e, particularmente, no nosso Estado do Piauí. Não levar isso em conta na hora de uma decisão judicial de tamanha relevância para a nossa região, desconsiderar que uma simples canetada afetar as vidas de milhões de brasileiros me parece algo bastante preocupante, sobretudo neste momento de grave crise econômica e por se tratar do Nordeste, uma região historicamente discriminada pelas outras, assolada pela miséria e pela desigualdade. Sr. Presidente, sob o argumento de proteger os animais de supostos maus-tratos e crueldades, estão penalizando milhões de seres humanos, cidadãos brasileiros que tiram seu sustento dessa atividade econômica.

Tudo isso me fez lembrar agora do caso das touradas, na Província da Catalunha, na Espanha. Em 2010, Sr. Presidente, o Parlamento catalão aprovou uma lei que proibia as touradas em toda a província. No mesmo ano, o Partido Popular Espanhol apresentou ao Tribunal Constitucional daquele país um recurso de inconstitucionalidade contra a referida lei. Lá, Sr. Presidente, o Tribunal Constitucional da Espanha se pronunciou pela inconstitucionalidade e consequente anulação da lei catalã, fundamentando a sua decisão no argumento de que ela estava se sobrepondo à lei nacional, que considera as touradas patrimônio cultural imaterial do todo o povo espanhol.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recordemos que a lei cearense ora impugnada pelo Supremo Tribunal Federal vinha justamente regulamentar a atividade, coibir os abusos, proteger os vaqueiros e os animais. Agora, na ausência de uma moldura jurídica, vamos abrir a porteira da clandestinidade.

Nesse sentido, Sr. Presidente, temos hoje em trâmite aqui, no Senado Federal, pelo menos três proposições da mais alta importância. A primeira é a PEC 50, de 2016, tendo como primeiro signatário o ilustre Senador Otto Alencar, da qual também tive o orgulho – tenho, aliás – de ter assinado, juntamente com outros 26 Senadores da República. Ela – abro aspas –, Sr. Presidente, “acrescenta o §7º ao art. 225 da Constituição Federal, para permitir a realização das manifestações culturais registradas como patrimônio cultural brasileiro que não atentem contra o bem-estar animal”.

As outras duas proposições são o Projeto de Lei do Senado nº 377, do corrente ano, que reconhece a vaquejada como manifestação da cultura nacional; e o outro, o Projeto de Lei nº 378, que dispõe sobre a prática esportiva da vaquejada, de autoria dos nobres Senadores Raimundo Lira e Eunício Oliveira, respectivamente.

Presto aqui, Sr. Presidente, portanto, minha solidariedade ao povo brasileiro e aos pares, a todos aqui que já se manifestaram em defesa da vaquejada. Estamos, Sr. Presidente, nesta Casa, representando o povo dos nossos Estados com a confiança que nos foi depositada nas urnas. Temos o poder e o dever de defender os seus mais legítimos interesses.

Todos juntos, produzindo um bom marco regulatório para a vaquejada, podemos promover não só a valorização da nossa cultura, mas o desenvolvimento socioeconômico do nosso País, especialmente da nossa Região Nordeste.

Eram essas, Sr. Presidente, as palavras que tínhamos a pronunciar neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Elmano.

Convido V. Ex^a para assumir a Presidência, obviamente, antes de passar a palavra para o Senador Lindbergh Farias, que é o próximo orador inscrito. Logo após o Senador Lindbergh Farias, nós não teremos mais oradores e encerraremos a sessão do dia de hoje.

Devolvo a Presidência desta sessão ao Senador Elmano Férrer.

(O Sr. Randolfe Rodrigues deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer, Suplente de Secretário.)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Moderador/PTB - PI) – Eu queria, na oportunidade, registrar a presença do meu querido e estimado Governador do Piauí, que já passou, com muito brilhantismo, por esta Casa, no nosso plenário, o nosso Governador Wellington Dias.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lindbergh Farias, do PT, do Rio de Janeiro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente, Senador Elmano Férrer, é um prazer estar falando aqui para o



nosso Governador do Piauí, Senador Wellington Dias, que foi nosso colega aqui.

Estamos discutindo, Wellington Dias, muito aqui a PEC 241 e a situação econômica do País, porque, para mim, parece claro que o maior problema que nós temos a enfrentar é a recessão econômica, é como colocar o País para crescer, para recuperar os empregos.

Infelizmente, esse não me parece ser o assunto central da economia, pelo menos para a imprensa, para o Governo de Michel Temer e para este Congresso Nacional. Nós estamos paralisados aqui numa discussão sobre a questão fiscal, como se uma coisa não estivesse ligada à outra.

Já falei aqui hoje várias vezes que o Presidente Lula reduziu a dívida de 60% do PIB para 34% do PIB. Por quê? Porque a economia cresceu. Então, hoje nós não temos como resolver o problema fiscal brasileiro se não recuperarmos o crescimento da economia brasileira. Essa questão aqui é central.

O Senador Randolfe foi muito feliz. Há uma constatação errada das causas dessa crise. Nós estamos com um problema fiscal porque gastamos muito? Não foi isso o que houve em 2015. Em 2015, houve um ajuste fiscal gigante feito pelo Ministro Levy, o maior contingenciamento da história do País. O problema foi outro. A recessão e a desaceleração econômica geraram uma frustração gigantesca de receitas. Vale dizer que essa desaceleração econômica também foi produzida pelo ajuste fiscal de 2015. Então, vejam lá, em 2014, nós tivemos um déficit nominal de 6,7% do PIB. O déficit primário foi só de 0,6% e 6,1% foram do pagamento de juros.

Nessa PEC, eles querem limites para os gastos com educação, com saúde, com Previdência, mas não falam sobre limites de gastos com juros. Em 2015, o déficit foi de 10,34% do PIB e 8,5% de pagamento de juros. Então, podemos dizer que, se for para discutir as causas desse problema fiscal que estamos enfrentando, podemos falar em duas causas centrais: a desaceleração econômica, a que o ajuste fiscal feito acabou levando o País e nos levou a uma enorme frustração de receitas – esse foi o motivo; o outro motivo foi o aumento da taxa de juros. Em 2012, em 2013, estávamos comprometendo 4,5% do PIB com o pagamento de juros. Subimos para 8%, 9% do PIB. Então, isso criou uma situação fiscal difícil. Aí eles ficam falando que foi ganância. Volto a dizer: como ganância em 2015? O ajuste foi de 2,3% do PIB, um corte violento.

Sinceramente, Senador Elmano Férrer, estou muito pessimista com a capacidade de recuperação da economia brasileira com esse remédio que está aí, com a PEC 241. O que essa PEC 241 faz é, mais ou menos, o que o Levy fez, em 2015, mas eles querem para 20 anos. É um superajuste fiscal de 20 anos colocado na Constituição. É mais grave, Senador Elmano.

Para recuperarmos a economia, vamos lá, você tem o consumo das famílias, você tem gastos de Governo, você tem investimentos, você tem o setor externo, exportação e importação. O consumo das famílias representa 63% do PIB. Hoje o consumo das famílias está lá embaixo, Governador Wellington Dias. Tenho dito, Governador Wellington Dias, que, para recuperar a economia, nós temos o consumo das famílias, os gastos do Governo, investimentos e exportação e importação.

O consumo das famílias, Deputado Guimarães, corresponde a 63% do PIB. Está lá embaixo, por quê? Quanto ao desemprego, as projeções são de que continuará crescendo até 2017; o endividamento das famílias está alto; e também há queda de rendimento das famílias. Veja bem. Aí se faz uma reforma da Previdência que atinge os mais pobres: acaba com a vinculação do salário mínimo com o benefício previdenciário; e estão estudando mexer no BPC (Benefício de Prestação Continuada), que é justamente para idosos acima de 65 anos e para pessoas com deficiência cuja renda familiar seja inferior a um quarto do salário mínimo. Ou seja, é para os mais pobres. Estão querendo com a reforma da Previdência mexer nisso. Ou seja, vai-se agravar a situação de depressão no consumo das famílias.

Com a PEC nº 241 também se tiram recursos de saúde e educação. Saúde e educação públicas, Deputado Pedro Uczai, que está nos visitando hoje aqui no Senado, são salário indireto do trabalhador. Então, cortar recursos de saúde e educação é piorar a situação de vida desse povo trabalhador.

Então, veja bem, o consumo das famílias não tem recuperação nesse próximo período com essas medidas. Os gastos do Governo também não, porque, volto a dizer, é um ajuste prolongado de 20 anos. Quanto ao investimento, ele também vai ser extremamente penalizado também pela PEC nº 241, porque se coloca o limite de gasto de acordo com a inflação. Vai-se cortar de onde? Há poucos lugares para se cortar.

Hoje eu vi uma apresentação de um economista chamado Felipe Rezende, que disse o seguinte: independentemente da reforma previdenciária, por questões demográficas, a Previdência vai aumentar de 8% para 9% do PIB. Mostrava ele que só há um caminho aqui, que é fazer um corte grande em saúde e educação. Nos outros ministérios, infelizmente, como no Ministério da Cultura e no da Ciência e Tecnologia, os orçamentos são muito pequenos e vão ficar menores ainda.

Mas hoje o que são os grandes gastos? São 500 bi de Previdência, 100 bi de saúde, 100 bi de educação e investimento – investimento que em 2014 estava em 1,4% do PIB, mas neste ano vai ser só de 0,7% do PIB.



Nós estamos com as empresas brasileiras extremamente endividadas e o pouco de investimento público que existia será cortado. E aqui também foi apresentado por esse economista Felipe Rezende um estudo de países emergentes dizendo que não há novos investimentos sem a participação também do Governo, do Poder Público. A iniciativa privada vem atrás. Quem acha que nós vamos ter novos investimentos só com a iniciativa privada está muito enganado.

Então, nós estamos em uma situação, se essa PEC for aprovada aqui, de profunda estagnação econômica. Nós vamos ter dez anos de estagnação. Podemos crescer 1% no próximo ano, mas estamos lá embaixo. É isso o que estão propondo.

Na verdade, Senador Elmano Férrer, mesmo na lógica deles, de que é necessário um ajuste fiscal, eu pergunto: qual a contribuição que os mais ricos estão dando para esse ajuste fiscal? Qual a contribuição que os grandes empresários estão dando para esse ajuste fiscal? Qual a contribuição que os banqueiros estão dando para esse ajuste fiscal? Zero. Nenhuma! Porque nós podemos discutir essa situação de fragilidade fiscal do País, por exemplo, na discussão de aumento de arrecadação.

Nós temos um sistema tributário muito injusto. Os muito ricos deste País pagam pouquíssimos impostos, porque aqui houve uma reforma, no governo Fernando Henrique Cardoso, uma reforma tributária extremamente regressiva. Ele, primeiro, diminuiu de 25% para 15% o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. Tanto o é, Senador Elmano, que hoje, em várias categorias profissionais, o profissional prefere ser uma PJ, porque paga menos, paga 15%. Mas não foi só isso; diminuiu a alíquota, de 35% – na tabela, a alíquota maior era de 35% – para 27,5%. O Brasil já chegou, no governo de João Goulart, a ter 65% como alíquota maior. Os Estados Unidos já chegaram a ter 90% de alíquota de Imposto de Renda, depois baixaram para 70%, e houve duas reformas no governo de Reagan que reduziram bastante.

Então, essa reforma regressiva do governo Fernando Henrique mexeu na tabela do Imposto de Renda e trouxe duas inovações: juros sobre capital próprio – uma jabuticaba brasileira, em que as grandes empresas acabam deduzindo essa tributação na hora de pagar o imposto – e isenção de distribuição de lucros e dividendos. Esta é a maior perversão que há no sistema tributário brasileiro, porque só dois países do mundo, Brasil e Estônia, têm isenção de distribuição de lucros e dividendos.

O que é isso? Hoje, um funcionário aqui do Senado que recebe R\$8 mil paga 27,5% de Imposto de Renda. Um empresário que recebe R\$300 mil por mês, por causa dessa isenção de distribuição de lucros e dividendos, não recebe isso como salário. Ele recebe sabe como? A título de distribuição de lucros e dividendos. Então, é uma fortuna!

Eu estou aqui com um levantamento, a partir de um estudo de dois pesquisadores do Ipea, Sérgio Gobetti e Rodrigo Orair – porque agora a Receita Federal disponibilizou os dados do Imposto de Renda brasileiro. A Receita Federal, antes, não os disponibilizava. Foi o Piketty, economista que escreveu *O Capital no Século XXI*, que fala sobre o sistema tributário no mundo, que veio ao Brasil e reclamou que no Brasil não havia a disponibilização por parte da Receita desses dados. Depois da visita do Piketty, eles divulgaram esses dados.

E o que acontece é alarmante: a concentração se dá nos milionários. Não é nem 1% da população brasileira. Até 1% da população brasileira, está crescendo o tributo, a taxa que se paga. Só que, na reta final, no milionésimo, ou seja, no 0,1 e no 0,05 – no meio milionésimo –, é que está a grande distorção tributária brasileira, porque nesse 0,05 – no meio milionésimo – são 71 mil pessoas, Senador Elmano Férrer, que detêm 8,5% de toda a renda do País. Essa turma paga em média de Imposto de Renda sabe quanto? Paga 6,1%. Quase nada! Pagam só com ganho de capital, quando vendem um apartamento. É aí que eles pagam alguma coisa. Seis ponto um por cento!

Aqui, se nós voltássemos a cobrar o imposto do Fernando Henrique Cardoso, que o Fernando Henrique tirou, os 15%, nós teríamos um incremento de mais de R\$50 bilhões na arrecadação, mas isso está proibido aqui, porque eles não falam. É a questão fiscal, mas eles não querem discutir nenhum novo imposto dos mais ricos; eles só querem penalizar o mais pobre e o trabalhador com essas reformas. Por que não falam de juros? Porque há uma aliança gigantesca neste País do sistema financeiro e dos grandes empresários brasileiros. Todos aplicam em títulos da dívida pública, porque não existe país no mundo hoje que tenha uma taxa de juros como essa. E vale dizer que o Banco Central baixou 0,25 a taxa Selic, só que a projeção futura da inflação desabou. Na verdade, nesse último período, a taxa de juros reais, se for calcular do começo do ano para cá, subiu algo em torno de 2%.

Eu quero chamar a atenção do Senado Federal para esse debate. Nós temos que fazer um debate aqui equilibrado. Eu sinto falta desses Senadores. Eu não acho que o centro, o maior problema da economia seja o problema fiscal; para mim, o centro da estratégia tem que ser a retomada do crescimento econômico. Mas, vamos lá! Para os que defendem que é a questão fiscal, tenham compostura! Façam uma proposta razoável! Chamem toda a sociedade a contribuir!



Agora, Paulo Skaf, da Fiesp, diz: “Não. Imposto, não.” Os banqueiros dizem: “Não. Baixar taxa Selic e baixar juros, não.” É um escândalo o que a gente está fazendo.

Senador Elmano Férrer, essa PEC 241 não se sustenta.

Eu volto a falar de economia porque há muita ignorância no debate. Há gente que acha que o gasto público não tem nenhuma correspondência no crescimento econômico. Isso é uma bobagem. Eu falei aqui da crítica ao Levy porque nós cortamos 2,3% do PIB. Isso aí joga uns 3 pontos da economia para baixo.

Eu estou com a tabela aqui do Ipea falando de um multiplicador. Ele diz o seguinte – isso foi apresentado hoje, por André Calixtre, que é do Ipea e que esteve presente na audiência da CAE: 1% do PIB a mais em educação pública significa 1,85 a mais de crescimento econômico; na saúde pública é de 1,7. Um por cento do PIB a mais significa 1,7 de crescimento a mais. Então, há uma relação. As pessoas, às vezes, não sabem disso, mas, quando se faz um ajuste muito forte, se deprime de forma muito violenta a economia, e entramos naquele ciclo vicioso: faz-se o ajuste, coloca-se a economia em recessão, diminui-se a arrecadação, e a dívida pública acaba aumentando – foi o que houve entre 2015 e 2016 também, quando houve um ajuste.

Eu estou dizendo isso aqui porque não tem jeito. No debate aqui, eu vejo que há muito sofisma. Há gente que tenta fugir do debate. Eu já vejo alguns Senadores dizendo: “Poxa, não! Vai haver o limite pela inflação. Nós vamos escolher o que cortar.”

Eu peguei aqui, Senador Elmano Férrer, o que cresceu mesmo de despesa primária no País nesse último período, de 2003 a 2014. Foi pessoal e encargos? Não. Em pessoal e encargos, houve uma redução de 4,6% do PIB para 4,2% do PIB. Sabe onde cresceu? Cresceu transferência de renda às famílias. Isso saiu de 7,1% para 9,3% do PIB. Eles estão querendo mexer nisso. Benefícios da Previdência subiram de 6,2% para 7,2% do PIB, valores de 2014. Abono de seguro desemprego cresceu de 0,5% para 0,9%. Bolsa Família cresceu para 0,5%. Investimentos tinham crescido, mas já caíram. Estamos aqui com o número de 2014: tinham crescido de 0,3%, em 2003, para 1,4% do PIB; agora, a previsão deste ano é de 0,7%. E há saúde e educação, em que as despesas cresceram.

Então, não tem jeito. E eu aqui já expliquei que a Previdência vai ter aumento dos gastos em relação ao PIB, por causa de uma série de efeitos demográficos que nós vamos enfrentar. Então, o que vai restar aqui é um corte violentíssimo em investimento, em saúde e educação, é a destruição do Ministério da Cultura, do Ministério da Ciência e Tecnologia. Isto aqui é o desmonte do Estado social brasileiro.

Por fim, eu falei aqui de progressividade tributária. Hoje, no debate que tivemos na Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pela Senadora Gleisi, foram muito interessantes algumas exposições que foram feitas, que mostram a diminuição da desigualdade no País a partir dos gastos sociais. Nós aumentamos o gasto social federal. Em 1996 era de 11%; em 2003, quando começou o governo do Presidente Lula, era de 13%. Saltamos para 17,3%...

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... em 2013.

O que se vê claramente? Há duas formas de diminuirmos a desigualdade social: na hora em que se arrecada, quando há uma tributação progressiva – a do Brasil infelizmente é regressiva, o povo paga mais imposto do que os mais ricos, então a arrecadação não diminui a desigualdade; muito pelo contrário, aumenta –; ou na hora do gasto público. Esse gasto público, então, foi fundamental, esse gasto social, para a diminuição da desigualdade no País. Foi ele aqui: o aumento do salário mínimo, o impacto na Previdência. Era quando o Lula dizia: “É dar dinheiro na mão de pobre”. Quando se coloca dinheiro na mão do pobre, aquele dinheiro é investido na economia.

Então, é com isto que eles querem acabar; com o Benefício de Prestação Continuada, que é para o idoso com mais de 65 anos, para a pessoa com deficiência. Esse dinheiro é, de fato, fundamental para a economia circular. Mas foi ali, através dessas políticas de transferência social, que nós diminuimos muito a desigualdade no País.

O que eles estão fazendo? Além de não mexer na tributação, porque isso para eles é sagrado, eles ganham muito com isso; além de não mexer nos juros, porque eles só querem colocar limite para gasto primário, não pra o gasto nominal – e, como já disse aqui, a maior parte do déficit é pagamento de juros –; eles querem colocar, na verdade, essa trava violentíssima no gasto primário, para a qual não existe, Senador Elmano Férrer, paralelo algum no mundo.

E hoje eu quero trazer aqui para os senhores os números de quanto, internacionalmente, países da OCDE – Estados Unidos, Reino Unido, França – utilizam do seu PIB em gastos primários, porque o nosso eles querem reduzir de 20% do PIB para 15%, 14% em dez anos. E aqui eu faço questão de trazer dados da apresentação do Economista Felipe Rezende de hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos, mostrando que, segundo estudo



do FMI nos países da OCDE, o gasto primário na década de 1950 era algo em torno de 18% do PIB; passou, em 2010, para algo entre 40% e 45% do PIB! É por isso que a Europa tem um Estado de bem-estar social daqueles! Aqui, não: aqui eles querem cortar o pouco que já existe, que é a Previdência Social, os recursos da saúde pública e da educação pública.

Mais grave, Senador Elmano: nós temos 16 milhões de idosos. Em 20 anos, ao final dessa PEC, nós vamos ter 36 milhões de idosos. Então, a gente está falando aqui em redução drástica de recursos *per capita* para a saúde e para a educação. Mas vamos falar de outros países, vamos falar aqui: gastos primários da França; sabe quanto que é, em relação ao PIB? Mais de 50% do PIB! Aqui no Brasil é um absurdo ter 20% do PIB de gasto primário – saúde, educação e previdência. Lá eles têm mais de 50%. Vamos pegar outro país: Estados Unidos. Deve ser comunista esse país, porque apresenta 40% do PIB em gasto primário. Nos Estados Unidos! É um escândalo o que a gente está fazendo aqui no Brasil! Vamos mais. Reino Unido: mais de 40% do PIB; Itália, perto de 50% do PIB; Coreia, algo em torno de 30% do PIB.

Vamos falar de gastos sociais. Aí não é todo o gasto público primário, só gastos sociais, que no Brasil estão em 17% e eles querem desmontar. A média dos países da OCDE: 25%. Nos Estados Unidos, mais do que no Brasil em gastos sociais: 20%. Isso não se sustenta. Esses números aqui são importantíssimos. Agora eles dizem que, em dez anos, nós vamos ter 15% ou 14% do PIB em gastos primários. Só há 11 países no mundo, entre 191 países, que gastam menos que 15% do PIB, menos que 16% do PIB em gastos primários.

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu vou citar alguns aqui. Sabe quais são? Nigéria, Sudão, Guatemala, Congo, Bangladesh. É para isso que querem nos levar com essa PEC? É um escândalo, Senador Elmano Férrer! É um escândalo!

Por fim, eu só queria chamar a atenção, cumprimentando o Senador Marcelo Crivella, que está aqui, visitando, no meio dessa corrida eleitoral, o Senado, para quão antidemocrática é essa PEC, porque ela tem um problema: nós estamos colocando na Constituição por 20 anos. E se um Presidente da República for eleito com um discurso de que vai aumentar gasto com educação? Se ele for eleito com um discurso de que, para recuperar o crescimento econômico, será necessário fazer política fiscal anticíclica para a economia crescer?

Eu já citei aqui, várias vezes, o Primeiro-Ministro do Canadá, Justin Trudeau, que tem feito um governo extremamente inovador nas mais diversas áreas. Ele foi eleito dizendo que ia fazer déficit por três anos para a economia crescer e, depois, quando a economia estivesse crescendo, faria superávit. Mas foi uma escolha dele. Aqui, quando falamos em déficit em momento de recessão, não é que se defenda irresponsabilidade fiscal. Inclusive, Keynes, que é tão mal interpretado hoje em dia, neste debate que existe no Senado Federal, sempre falava de forma muito clara: o gasto público tem que ser usado no momento de recessão econômica para estimular a economia; mas, em momentos de crescimento econômico, você tem que fazer superávit para equilibrar a economia. Ninguém aqui está falando em irresponsabilidade fiscal.

Senador Elmano Férrer, o Presidente Lula, volto a dizer, fez superávit em praticamente todos os anos. A dívida caiu de 60% do PIB para 34% do PIB; foi uma queda muito violenta. Então, ninguém está defendendo aqui irresponsabilidade fiscal. Eu só estou dizendo que esse remédio aqui é um remédio que vai matar a nossa economia – nós não vamos nos recuperar – e é antidemocrático, porque um Presidente da República pode ser eleito, como fez o Primeiro Ministro do Canadá, dizendo que vai priorizar a recuperação do crescimento econômico e, para isso, vai ser necessário ampliar gastos, investimentos, gastos sociais; vai ampliar recursos da educação e da saúde.

Pois bem. Aqui, no Brasil, pode ser que um Presidente seja eleito, faça um pacto com o povo na eleição, em cima de um programa, e depois ele não consiga executar, porque vai estar na Constituição. Só se o Presidente tiver maioria constitucional para tirar essa PEC.

Isso aqui é igual à situação da Grécia. Na Grécia e na Europa, e eles querem reproduzir isso no mundo inteiro... Na Grécia houve os plebiscitos sobre os planos de austeridade, e o povo votou não. De que adiantou? Não adiantou nada, porque não está valendo mais a soberania popular. Quem define tudo é a troika: o FMI, a União Europeia, o Banco Central Europeu. Lá, os governos nacionais não podem fazer nem política monetária, nem política fiscal. É isso que eles querem fazer aqui no Brasil. Eles querem engessar de um jeito em que um Presidente da República – se acontecer o acaso de um outro Lula ser eleito, ou de algum cara de esquerda ser eleito – não vai poder fazer nada, porque ele vai estar engessado nessas regras fiscais medievais. Ele vai estar aprisionado; vai ser um simples gerente, porque as regras foram estabelecidas por esses tecnocratas que estão no Ministério da Fazenda deste Governo de Michel Temer, sem sensibilidade alguma social.

Presidente, encerro o meu pronunciamento, esperando que o Senado tenha responsabilidade neste momento, porque o que eu prevejo com essa PEC é que nós vamos destruir tudo o que foi montado nesse



último período e que fez a desigualdade no País diminuir. É um ajuste em cima dos pobres. É uma conta paga só por eles; é paga pelo povo trabalhador. Eu já falei aqui: qual é a moral do Geddel, que recebe R\$50 mil, do Padilha, que recebe R\$50 mil acima do teto, para tirar o salário mínimo da aposentadoria?

Os culpados são os pobrezinhos, são os aposentados, que ganham um salário mínimo? Esse pessoal que se aposentou, o Geddel com 51, o Padilha com 53, o Temer com 55... Agora, vai dizer que o povo do seu Nordeste vai ter que se aposentar com 65 anos de idade – em vários Estados do Nordeste essa é a taxa média de mortalidade da população!

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E a gente sabe que quem morre antes, infelizmente, são os mais pobres. Então, é um plano contra o povo brasileiro!

Eu espero que o Senado Federal, tendo essa votação que está acontecendo na Câmara dos Deputados... E nós não temos ilusão alguma, mas aqui nós vamos ter um mês e meio de discussão. Já está aprovado um calendário. A votação final deve ser entre os dias 13 e 14 de dezembro. Nós temos um mês e meio para o bom debate. Tem que haver audiência pública em todas as comissões. Os Senadores têm que participar desse debate, e eu acredito muito que pode haver mobilização da sociedade. Ontem, no Rio de Janeiro, havia 20 mil jovens lutando contra essa PEC 241. Já são mais de mil escolas ocupadas. Há Senador dizendo aqui que o estudante não sabe de nada, que ele está ocupando porque não sabe. Pelo amor de Deus! Eu fui estudante, eu fui líder estudantil quando tinha meus 18 ou 19 anos, e sei que esses estudantes sabem. Eles estão lutando...

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... para defender a educação pública. E isso vai crescer. Isso crescendo aqui, no Senado Federal, uma Casa onde há mais debate político, eu, sinceramente, acredito que a gente possa derrotar ou fazer alterações que mudem isso radicalmente.

Havia gente falando do Ulysses Guimarães, Senador. Uma das conquistas do Ulysses Guimarães foi colocar na Constituição um piso de investimento na educação: a União precisa investir 18% e os Municípios e os Estados precisam investir 25% em educação, obrigatoriamente. É obrigatório. Eles estão rasgando isso. Se eles têm tanta certeza de que não vai diminuir os recursos da educação, por que tirar os 18% da Constituição? Essa foi uma obra do Dr. Ulysses na Constituição cidadã.

No segundo capítulo, dos direitos sociais, ela diz que saúde e educação são direitos universais. Para isso, foi feita a vinculação constitucional, que foi uma vitória para o povo brasileiro, que permitiu ao Presidente Lula construir trezentas e tantas escolas técnicas... Nós saímos de 140 para trezentas e tantas escolas técnicas. Foram ampliadas as nossas universidades públicas. Se retirarmos isso, nós vamos enfrentar um grande retrocesso.

A pergunta que eu quero repetir, que eu deixo aqui no Senado é a seguinte: é justo falar num ajuste fiscal em que só os pobres pagam a conta? Eu não sou a favor do ajuste, mas quem defende o ajuste... Eu estou pedindo aqui que surja uma proposta equilibrada, que diga que os empresários vão ter que contribuir, assim como os banqueiros que lucram... Os juros de cartão de crédito estão em 450% ao ano! Eles têm que contribuir, mas não contribuem. Então, a conta toda fica em cima do trabalhador.

Eu espero, sinceramente, que este Senado aprofunde este debate e a gente corrija tantas distorções que vão prejudicar o povo trabalhador...

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... o povo mais pobre deste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Moderador/PTB - PI) – Agradeço a V. Exª pelo pronunciamento.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Moderador/PTB - PI) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella, outro carioca ilustre que está encerrando os debates desta sessão.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Elmano Férrer. É um prazer enorme estar com V. Exª aqui.

Sr. Presidente, quero pedir a V. Exª que inclua nos Anais da Casa requerimento em que dei entrada hoje na Mesa do Senado para, nos termos dos art. 218 e 221 do nosso Regimento, fazer inserir em ata o voto de pesar à família do grande atleta e político carioca Carlos Alberto Torres, em razão do seu falecimento, ocorrido na data de hoje, por infarto fulminante.



Carlos Alberto Torres foi um dos símbolos do clássico futebol brasileiro, eternizado pela conquista do tricampeonato mundial no México em 1970. Um dos maiores jogadores da história em sua posição, ele foi o capitão da Seleção Brasileira que ganhou a Copa do Mundo de 1970 no México, ficando conhecido como o Capitão do Tri. Carlos Alberto também atuou no Fluminense, no Botafogo, no Flamengo, no California Surf, no Santos e no New York Cosmos, atuando nestes dois últimos ao lado do Rei Pelé. Ele era carioca da Vila da Penha. Era citado por muitos cronistas como um dos maiores laterais direitos que o Brasil e o mundo já tiveram. Tinha habilidade, era respeitado pelos companheiros e tinha como uma de suas características principais uma forte personalidade. Pelo Santos, foi pentacampeão paulista em 1965, 1967, 1968, 1969 e 1973, ano em que conquistou seu último título pelo time da Vila Belmiro. Em 1976, retornou ao Fluminense, onde fez parte do time que ficou conhecido como a máquina tricolor, sendo bicampeão carioca; depois, semifinalista, em 1976, passando pelo Flamengo.

Presidente, o Carlos Alberto marcou sua história em todos os times em que jogou, com talento, pelo respeito de seus colegas, até mesmo na Seleção Brasileira, onde foi líder e capitão. Em seu primeiro ano como treinador, foi campeão brasileiro pelo Flamengo. Em 1985, foi bicampeão pernambucano pelo Clube Náutico Capibaribe. Foi considerado pela FIFA como um dos maiores e melhores laterais direitos de todos os tempos. Na política, ele era do Partido Democrático Trabalhista, o PDT. Foi vereador de 1989 a 1993, ocupando a vice-presidência e a primeira secretaria da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro. Em 2008, tentou uma vaga para vice-prefeito da capital fluminense, na chapa de Paulo Ramos. Não se elegeram.

Carlos Alberto fez sua última aparição no SporTV, onde era comentarista, apenas dois dias antes de sua morte.

E, ontem, Sr. Presidente, até meia-noite, estive ao lado dele, em uma solenidade, conversando sobre a vida, trocando ideias. Mal sabia eu que seria a última vez que o veria.

Hoje, no Rio de Janeiro, há em cada lar uma prece, em cada olhar, uma lágrima e, em cada coração, um voto de pesar e saudade por esse ilustre carioca que partiu.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Moderador/PTB - PI) – A solicitação de V. Exª será acolhida conforme o Regimento da Casa. Nós também nos somamos às manifestações de solidariedade aos familiares e aos amigos do nosso imortal Carlos Alberto.

Concedo a palavra ao nobre Senador Benedito de Lira, do PP, de Alagoas.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu estava no Ministério da Integração Nacional, porque eu tinha audiência com S. Exª o Sr. Ministro Helder Barbalho. De lá eu estava acompanhando a movimentação do plenário do Senado Federal. Infelizmente, o Ministro tinha sido provocado pelo Senhor Presidente da República. Por conta disso, não tive oportunidade de vir aqui, porque eu precisava fazer algumas manifestações.

A Esplanada dos Ministérios está tomada por centenas e centenas de caminhões, cavalos e vaqueiros, numa demonstração de que a atividade exercida por aqueles homens teve uma decisão inesperada do Supremo Tribunal Federal, que apreciou uma lei do Estado do Ceará que tratava de vaquejadas. Atividade que não é recente, é uma atividade que ocorre ao longo de muitos anos e que movimenta o nordestino, particularmente. Diversos Municípios do Nordeste brasileiro, centenas deles, exercitavam a prática da vaquejada, uma atividade que já constitui o cenário do turismo nordestino, não só se incorporou à atividade cultural.

Surpreendentemente, a Suprema Corte do meu País considera a lei que existia no Ceará inconstitucional, consequentemente, proibindo a continuidade da vaquejada. Milhares e milhares de pessoas, Sr. Presidente, vivem, na região nordestina, particularmente dessa atividade. É um investimento muito grande! Logicamente que outras atividades são praticadas no País, em outras regiões, atividades essas que não tiveram o destino que teve a vaquejada. Espero que as duas Casas do Congresso Nacional possam regulamentar isso, possam tomar uma decisão, porque não é discurso que vai resolver. Existe uma cidade no interior de Pernambuco, Capelinha, que vive 100% da atividade da vaquejada, com a confecção de selas, arreios. Enfim, a população trabalha, vive dessa atividade. É lamentável, mas é a realidade que estamos vivendo atualmente neste País.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, hipotecar a minha solidariedade a todos aqueles que praticam essa atividade. Durante muitos anos, ninguém nunca ouviu falar que houvesse a prática de qualquer tipo de violência.

Onde há uma comemoração de pessoas, conglomerado, normalmente existe... Por exemplo, campos de futebol. Os campos de futebol hoje são praticamente transformados numa praça de guerra. Recentemente, nós vimos, há cerca de 48, 72 horas, torcidas de futebol, parece-me que do Corinthians, como Palmeiras e São Paulo, houve uma pancadaria extraordinária, a polícia com as pessoas que, em vez de irem ao campo de



futebol para assistir às partidas de futebol, ou torcer pelo seu time, vão para praticar guerra. E não acontece absolutamente nada. A polícia ainda é taxada como violenta. Então, é preciso parar, nós precisamos parar para reorganizar este País, infelizmente.

Sr. Presidente, eu queria com isso hipotecar a minha solidariedade a todos aqueles que exercitam a atividade da vaquejada, lamentavelmente proibida até agora. Espero que haja uma decisão. Até porque me parece que o placar no Supremo foi um placar muito apertado, seis a cinco. Então, significa dizer que, por maioria de um voto, colocou-se para fora uma atividade que realmente é econômica, pois muita gente vive dessa atividade. São mais milhares e milhares de pessoas que ficarão desempregadas, infelizmente. O País já está vivendo um momento muito bom, emprego em fartura, está muito farto o emprego, bota mais para fora.

Muito bem, mas eu estou trazendo também, Sr. Presidente, na tarde de hoje, início de noite, um assunto que é da maior importância e valia para o meu Estado, o grandioso Estado de Alagoas. Digo grandioso por quê? Porque é o Estado que tem, ao longo da sua história, atravessado inúmeras dificuldades, mas tem sempre saído delas.

A história de Alagoas, Sr. Presidente, desde o início, está conectada com a atividade canavieira. Os primeiros engenhos de cana-de-açúcar do Estado foram o Escurial, o Maranhão e o Buenos Aires. Tão linda a história! Isso em meados do século XVI.

A primeira usina de açúcar foi criada muitos anos depois, já no final do século XIX, e recebeu o nome de Brasileiro, a antiga Usina Brasileiro, que fechou há muitos anos, faliu há muitos anos. Ao longo dos anos surgiram outras usinas, na Serra Grande. E o setor sucroalcooleiro tornou-se um dos mais importantes da economia de Alagoas. A base econômica de Alagoas era, exatamente, a cana-de-açúcar e as indústrias que transformavam a cana em açúcar e álcool.

Sr. Presidente, a produção sucroalcooleira viveu expressivo crescimento e o etanol ganhou mercado externo. Eu me lembro muito bem de que o Presidente Lula saiu, quando Presidente da República, vendendo etanol no exterior, para que nós pudéssemos ter um balanceamento entre o combustível fóssil, que é o petróleo, e o etanol, que era um combustível que não trazia a poluição para o ar.

O crescimento do Estado se deu junto com o cultivo da cana e da produção em expansão. Em linhas gerais, essa é a história abreviada da cana-de-açúcar em Alagoas. Nos dias atuais, tornou-se necessária a revisão das medidas adotadas pelo Poder Público para o setor voltar a crescer.

No meu entendimento, o Governo, paralelamente, tanto a esfera federal quanto o Estado, deixou que as coisas acontecessem. Quando existia o Instituto do Açúcar e do Alcool, havia uma certa atenção mais direcionada para o setor sucroalcooleiro.

Pois bem, Sr. Presidente, o motivo exatamente da minha presença é chamar atenção do setor agroindustrial do Brasil, através do ministério do desenvolvimento industrial e econômico do Governo, que tem feito vistas grossas.

Recentemente, esta Casa aprovou uma autorização para que as indústrias sucroalcooleiras do País pudessem contrair empréstimos externos. E se arrasta já ao logo de muitos meses. E o senhor sabe, Sr. Presidente, quem é o grande prejudicado de tudo isso? O pequeno, o médio e até o grande produtor de cana, que produz, manda para as usinas e não recebe o resultado do seu trabalho. Tem produtores em Alagoas, Sr. Presidente, que já estão com três safras que não recebem o produto do seu trabalho. E eu não sei como é que esse cidadão ou essa família ou esse grupo estão sobrevivendo.

A dívida da indústria em relação a quem produz a cana já está acima de R\$250 milhões. E o que é que têm dito os industriais que ainda sobrevivem em Alagoas? Porque a grande maioria das indústrias sucroalcooleiras de Alagoas quebraram, fecharam, e isso tem gerado um caos, principalmente no êxodo rural, porque mais de 250 mil trabalhadores deixaram de exercer sua atividade no período da safra das usinas, da colheita da cana. Sr. Presidente, imagine V. Ex^a, como homem do Nordeste, o que é que isso representa para um Estado do tamanho de Alagoas, com mais de 250 mil pessoas que não têm onde trabalhar? É duro, mas é a verdade.

Eu queria, nesta oportunidade, Sr. Presidente, fazer um apelo, porque não nos resta outra coisa. Fazer um apelo para que o Governo, através dos órgãos de sua responsabilidade, possa imaginar o que fazer, porque aqueles que compõem o setor, que ainda sobrevivem, não sabem o que fazer. Consequentemente, isso gerou um caos na indústria sucroalcooleira de Alagoas.

O que era o Estado de Alagoas, Sr. Presidente? É o penúltimo Estado da Federação e era o segundo maior produtor de açúcar e álcool do Brasil, perdendo para São Paulo. Hoje, Alagoas perde para São Paulo, perde para Minas Gerais, perde para Goiás, perde para Mato Grosso. Então, Alagoas hoje deve ser o sexto ou o sétimo Estado da Federação que produz açúcar e álcool.

O que foi que aconteceu finalmente, porque se desenvolveu neste País a ideia de que o Pró-Álcool ia ser a salvação? Nós éramos autossuficientes na produção de álcool e iríamos ser exportadores de álcool. Mas,



Sr. Presidente, a política adotada pelo Governo no que diz respeito a reprimir os custos e, ao mesmo tempo, o preço do combustível fez com que essas indústrias de açúcar e álcool quebrassem. Faliram. Fecharam as portas. Muitas pediram falência, credores... Infelizmente, o meu Estado passa por essas dificuldades.

Agora, Sr. Presidente, quantos e quantos pequenos proprietários em Alagoas venderam suas terras para plantar cana. Quando não tiveram mais como sobreviver, passaram a arrendar as suas terras às usinas para que elas pudessem plantar, como se as terras fossem delas. E plantaram, fizeram os contratos com aqueles donos de propriedades, mas não pagam. Não pagam o arrendamento e não pagam a cana que o pequeno produtor leva para as esteiras das usinas que ainda funcionam.

Quando aprovaram esses créditos, aliás, a abertura desses empréstimos... Hoje os industriais do açúcar que sobrevivem ainda em Alagoas ficam dizendo para os pequenos produtores que, quando o empréstimo sair, eles receberão o dinheiro deles, só que esse empréstimo nem sequer foi definido ainda.

Por quê, Sr. Presidente? Porque os mecanismos internacionais que podem proporcionar esses empréstimos não vão fazer isso para quem, na verdade, não está com um lastro capaz de assumir essa responsabilidade. É mais um problema para o Governo do Presidente Michel Temer, é mais um problema para aqueles que compõem estas duas Casas do Congresso Nacional.

Tenho dito muitas e muitas vezes que nós vivemos aqui um determinado momento em que só se tratava de assuntos políticos. Era um partido contra o outro. E assim nós vivemos um grande tempo, cuidando só disso. Com o afastamento da Presidenta Dilma, logicamente, arrefeceram-se um pouco os ânimos, mas ainda continua a queda de braço, defendendo-se determinados posicionamentos políticos. E os assuntos mais agravados do País, principalmente daqueles que vivem na zona rural, principalmente daqueles que vivem dessa atividade agrícola, ficam a ver navios. "Meu Deus, eu trabalhei, eu plantei, eu colhi. Mande para a usina e não recebo o meu dinheiro". Eu vou chamar o usineiro aqui de caloteiro? Não. Eles também passam por inúmeras dificuldades.

Por quê, Sr. Presidente, num determinado momento, as indústrias deste País, familiares, não chegaram a lugar nenhum? Quando despertaram, lá atrás, há algum tempo, aqueles que foram mais ativos, saíram e as entregaram a executivos, para delas cuidar. Porque essa indústria da cana-de-açúcar, no meu Estado particularmente, começou com os avós, os bisavós, os netos, os filhos, os genros, as noras, e assim por diante. Todos vivendo daquela atividade. Chega um momento em que a coisa não anda mais. E, aí, eu venho aqui para formular um apelo ao Governo, para reexaminar essa situação da indústria sucroalcooleira do País, que precisa de atenção, que precisa não de um carinho nem de um favor, mas de uma política séria, que possa viabilizar o setor.

Daí, Sr. Presidente, nesta oportunidade, estou me dirigindo ao Governo, para que ele possa, realmente, chamar aqueles que têm compromisso e responsabilidade, apesar das dificuldades que todos nós sabemos. Mas a dificuldade não pode criar outras dificuldades. Nós teremos que encontrar caminhos. E, quando nós nos debruçamos sobre o problema, encontramos uma solução. E é isso o que eu estou pedindo aqui, que o Governo, que tem esse compromisso de fazer este País revitalizar a sua economia, ao fazê-lo, inclua dentro do seu programa esse setor que é de fundamental importância para a vida da Nação brasileira.

Não é apenas para o Nordeste, Sr. Presidente. Não é apenas para Alagoas, mas para o Sul e o Centro-Oeste, com especialidade... Para o Sudeste, melhor dizendo, onde o maior volume de desenvolvimento dessa atividade se encontra no Estado de São Paulo, estendendo-se por Minas Gerais, pelo Mato Grosso, por Goiás. Enfim, a cana, na verdade, tomou conta de parte do Território nacional. Mas, infelizmente, não se estabeleceu uma política para o setor. Por isso é que nós estamos passando pelas dificuldades que estamos passando.

Eu queria dizer ao pequeno produtor de cana de Alagoas que nós vamos continuar conversando aqui, que vamos continuar pedindo aqui. Vamos reivindicar da Bancada de Alagoas, quer no Senado, quer na Câmara dos Deputados, uma ação mais efetiva no que diz respeito ao setor sucroalcooleiro do Estado, lembrando que, no passado, ele era a sustentação da base econômica de Alagoas.

Infelizmente, naquela oportunidade, há muitos anos, o Estado só pensou em arrecadar. Nunca chegou a encontrar fórmulas e caminhos para ajudar o setor a não chegar ao ponto em que chegou.

Este, Sr. Presidente, é um momento em que eu aproveito a oportunidade para fazer esse apelo às autoridades da área econômica do meu País, para um minuto de atenção a esse setor que realmente está agonizando. Ele está na UTI e precisa de uma ação urgente das autoridades econômicas do Brasil, do meu País, para tentar se reerguer e pelo menos atender àqueles que trabalharam, que produziram, que colocaram o seu produto na esteira da usina. E ela transformou o seu produto em açúcar e álcool, mas ele não recebeu o retorno do seu trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Desculpo-me por ter me alongado, mas o momento é muito oportuno para que possamos tratar desse e de outros assuntos de relevância e importância para a economia do Brasil.



Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Moderador/PTB - PI) – Parabenizo o nobre Senador pelo oportuno e brilhante pronunciamento.

Associo-me também à preocupação de V. Ex^a. O Estado do Piauí também tem uma agroindústria açucareira, e a produção de álcool está também atravessando problemas, inclusive com a redução de investimentos no corrente ano.

É um tema da mais alta importância que V. Ex^a traz aqui a esta Casa, e eu espero que o pronunciamento reflita lá no Ministério da Agricultura, no Ministério de Desenvolvimento Econômico, enfim, na área econômica do Governo.

Ressalto também que, além de V. Ex^a, há aqui dois grandes Senadores do Estado de Alagoas – o Presidente desta Casa, o Renan Calheiros, e o ex-Presidente Collor de Mello –, e espero que o pronunciamento de V. Ex^a vá se somar à preocupação dos demais Parlamentares de Alagoas.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Moderador/PTB - PI) – Não havendo mais nenhum orador inscrito, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 21 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 158ª SESSÃO**EXPEDIENTE****Documento encaminhado à publicação****DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA SRª SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

Em defesa do parlamento contra o estado de exceção

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, promulgada em 1789 após a Revolução Francesa, afirmava em seu artigo 17º que “toda sociedade onde a garantia de direitos não esteja assegurada, nem a separação de poderes determinada, não tem Constituição”.

O Brasil está assistindo, nesses dias tristes para a legalidade democrática e o Estado de Direito, ao achincalhe desse princípio básico do liberalismo político.

A invasão do parlamento brasileiro pela Polícia Federal, com a prisão de integrantes da Polícia Legislativa na chamada Operação Metis, é um desses atos cheios de simbolismo. Demonstra que algumas carreiras de Estado, com o apoio de parte importante do Judiciário, decidiram usurpar um poder que não lhe cabe.

Para isso, baseiam-se em uma campanha violenta contra o parlamento brasileiro. Não se trata do necessário combate político contra a maioria conservadora que se formou no último período, luta fundamental feita pelas forças mais consequentes, mas do ataque aberto contra a instituição em si – sua existência, suas prerrogativas e seu lugar na ordem institucional.

Essa busca por desmoralizar o poder eletivo não serve ao povo e nem ao país, e sim àqueles que querem liquidar a nação e para isso precisam garrotear qualquer vestígio de espaço para o contraditório, qualquer ambiente onde a arena política possa se estabelecer. Na nossa limitada democracia, o parlamento,



2

mesmo em seus piores momentos, é um espaço desse tipo e precisa ser preservado e defendido.

Nesse sentido, merecem apoio decidido as declarações dadas pelo presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, contra a operação Metis, que resultou em uma inaceitável e absurda invasão do Senado Federal. O presidente da casa está correto em acionar o Supremo Tribunal Federal para que medidas sejam tomadas em defesa das prerrogativas constitucionais do Congresso.

Infelizmente, os ataques ao parlamento são uma constante na história brasileira. Já em 1823, quando a instituição tinha apenas 6 meses de história, foi dissolvida por um golpe dado pelo imperador. Quando Dom Pedro I decidiu dissolver esta Assembleia Constituinte que preparava a primeira Constituição do país, os deputados tiveram a honrada atitude de não aceitar a medida, no episódio que ficou conhecido como a Noite da Agonia. Foi necessário que as tropas entrassem no plenário para que a dissolução se consumasse, o que resultou na prisão de José Bonifácio e seu irmão Martim Francisco, dentre outros parlamentares. Como resistência a esse arbítrio ergueu-se a Confederação do Equador, episódio glorioso da história de lutas de nosso povo.

Se é longa, portanto, a história dos ataques contra o parlamento brasileiro, também é cheia da mais viva resistência. Que os parlamentares olhem para a história e não se acovardem diante do arbítrio. E que as forças mais consequentes, sem prejuízo de combaterem firmemente as posições da maioria conservadora das duas casas, saibam uni-las para sustentar as prerrogativas do




3

parlamento contra as forças que querem liquidar definitivamente a Constituição e a democracia.



Mensagens do Presidente da República

SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 99, DE 2016

(nº 582/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado da Cidade do Vaticano e, cumulativamente, na Ordem Soberana e Militar de Malta.

AUTORIA: Presidente da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)

À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 582

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado da Cidade do Vaticano e, cumulativamente, na Ordem Soberana e Militar de Malta.

Os méritos do Senhor Luiz Felipe Mendonça Filho que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 20 de outubro de 2016.



EM nº 00353/2016 MRE

Brasília, 11 de Outubro de 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado da Cidade do Vaticano e, cumulativamente, na Ordem Soberana e Militar de Malta.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra



Aviso nº 668 - C. Civil.

Em 20 de outubro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado da Cidade do Vaticano e, cumulativamente, na Ordem Soberana e Militar de Malta.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO**

CPF.: 274.682.757-34

ID.: 5313 MRE

1949 Filho de Luiz Felipe Julien Mendonça e Carmen Lima Mendonça, nasce em 31 janeiro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1971 Ciências Jurídicas pela Universidade do Estado da Guanabara
 1972 CPCD - IRBr
 1999 CAE - IRBr, A Intervenção Norte-americana no Panamá em dezembro de 1989 - a Operação Justa Causa

Cargos:

1974 Terceiro-Secretário
 1977 Segundo-Secretário, por merecimento
 1981 Primeiro-Secretário, por merecimento
 1988 Conselheiro, por merecimento
 2001 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
 2009 Ministro de Primeira Classe
 2011 Ministro de Primeira Classe, Quadro Especial

Funções:

1974-77 Divisão da Europa-I, Assistente
 1977-79 Embaixada em Viena, Terceiro e Segundo-Secretário
 1979-83 Embaixada em Buenos Aires, Segundo e Primeiro-Secretário
 1983-84 Divisão da América Central e Setentrional, Assistente
 1984-91 Divisão da América Meridional-I, Assistente
 1991-94 Delegação junto à OEA, Washington, Conselheiro
 1994-98 Embaixada em Santiago, Conselheiro
 1998-2003 Secretaria-Geral Ibero-Americana, Chefe de Gabinete
 2003-04 Instituto Rio-Branco, Vice-Diretor e Coordenador de Ensino
 2004-08 Consulado-Geral em Miami, Cônsul-Geral Adjunto
 2008-12 Embaixada em São Salvador, Embaixador
 2012 Embaixada em Manágua, Embaixador

Condecorações:

1976 Ordem do Infante, Cavaleiro, Portugal
 1980 Ordem do Mérito, Cavaleiro, Áustria
 1999 Ordem ao Mérito, Comendador, Chile
 2010 Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz

PAULA ALVES DE SOUZA

Diretora do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

VATICANO



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Julho de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE O VATICANO	
NOME OFICIAL:	Estado da Cidade do Vaticano
GENTÍLICO:	vaticano
CAPITAL:	Cidade do Vaticano



ÁREA:	0,44 km ²
POPULAÇÃO:	1000 habitantes (est. 2015)
IDIOMAS OFICIAIS:	Italiano (o latim é a língua oficial da Santa Sé)
PRINCIPAL RELIGIÃO:	Católica apostólica romana
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia eletiva teocrática
CHEFE DE ESTADO:	Papa Francisco (Jorge Mario Bergoglio)
SECRETÁRIO DE ESTADO:	Monsenhor Pietro Parolin
SECRETÁRIO PARA AS RELAÇÕES COM OS ESTADOS:	Paul Gallagher
UNIDADE MONETÁRIA	euro
NÚNCIO APOSTÓLICO NO BRASIL	Dom Giovanni d'Aniello
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Nove padres

PERFIS BIOGRÁFICOS

Papa Francisco
Cardeal Jorge Mario Bergoglio





O papa Francisco (em latim: Franciscus) nasceu em Buenos Aires em 17 de dezembro de 1936 e é o 266º pontífice.

Primeiro jesuíta e primeiro sul-americano a ser eleito papa, foi nomeado Arcebispo Metropolitano de Buenos Aires em 28 de fevereiro de 1998 e Cardeal-presbítero em 21 de fevereiro de 2001. Filho de migrantes italianos, formou-se em Química. Ingressou na Companhia de Jesus em 1958. Lecionou literatura e graduou-se em Teologia em 1969.

Foi nomeado cardeal no Consistório Ordinário Público de 21 de fevereiro de 2001, presidido pelo papa João Paulo II. Integrou diversos dicastérios (departamentos da Cúria Romana) tais como a Congregação para o Clero e as Pontifícias Comissões para a Família e para a América Latina.

Eleito papa em 13 de março de 2013, foi entronizado em 19 de março.

**Secretário de Estado
Cardeal Pietro Parolin**



Pietro Parolin nasceu em 17 de janeiro de 1955 em Schiavon, na Itália. Diplomata formado pela Pontifícia Academia Eclesiástica, iniciou seu serviço diplomático em 1986, na Nigéria. Entre 1989 e 1992, atuou no México. Entre 1992 e 2009, trabalhou na Secretaria para Relações com os Estados, até que Bento XVI o nomeou Núncio Apostólico na Venezuela.

Em 2002, foi nomeado Subsecretário para as Relações com os Estados, o que corresponde ao encargo de Vice-Chanceler. No período em que esteve na Secretaria de Estado, colaborou com dois Papas, três secretários de Estado e três Secretários para as Relações com os Estados. Especialista em Oriente Médio, atuou na Comissão bilateral Santa Sé-Israel.

Em 15 de outubro de 2013, foi nomeado Secretário de Estado pelo papa Francisco.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e a Igreja Católica mantêm relações diplomáticas desde 23 de janeiro de 1826, quando o papa Leão XII recebeu as cartas credenciais de monsenhor Francisco Corrêa Vidigal, que havia sido enviado a Roma por Pedro I para efetuar gestões em favor do reconhecimento da independência proclamada em 1822.

A Constituição de 1824 estabelecia o catolicismo como religião oficial do Império. Ao imperador, por exemplo, era facultado o direito ao padroado (prerrogativa de preencher os cargos eclesiásticos mais importantes) e ao beneplácito (aprovação das ordens e bulas papais para que fossem cumpridas, ou não, em território nacional). Os sacerdotes tinham o *status* de funcionários públicos, recebendo salários da Coroa.

Desde a Constituição republicana de 1891, vigora no Brasil o princípio da liberdade religiosa e a separação entre a Igreja e o Estado. Tais princípios já estavam consignados no Decreto do Governo Provisório da República, de 1890, e, em 1893, reconheceu-se a personalidade jurídica das igrejas e seu direito à propriedade.

Em 1902, a representação diplomática da Santa Sé no Brasil foi elevada à categoria de Nunciatura. A representação brasileira na Santa Sé foi elevada à categoria de Embaixada em 1919.



Os católicos correspondem a cerca de 65% da população brasileira, o que faz com que o Brasil seja considerado pela Santa Sé o maior país católico do mundo, onde atua o mais numeroso episcopado da Igreja. A atividade da Igreja Católica no Brasil é orientada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), hoje presidida pelo monsenhor Sergio da Rocha, arcebispo de Brasília.

O mais alto representante brasileiro na Cúria Romana atualmente é o cardeal João Braz de Aviz, que chefia a Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica.

A pauta bilateral entre Brasil e Santa Sé registra boa dose de convergência com relação a uma série de questões debatidas no plano multilateral. As posições se aproximam em matéria de paz e segurança internacional, desarmamento e não proliferação, direitos humanos, refugiados, globalização, combate à fome e à pobreza, negociações comerciais voltadas para o desenvolvimento, meio ambiente e condenação ao terrorismo.

Em 2011, o Papa Bento XVI formalizou a escolha do Rio de Janeiro como sede da XXX Jornada Mundial da Juventude, realizada em julho de 2013. Com sua renúncia e a eleição do cardeal Jorge Bergoglio, porém, a XXX Jornada acabou por se tornar a primeira viagem internacional oficial do novo pontífice. Na ocasião, o Papa Francisco apresentou um conjunto de gestos e palavras que pode ser considerado programático. Advogou a proteção dos mais pobres, defendeu o combate à desigualdade, salientou a importância da família e, sobretudo, afirmou claramente a necessidade de que a Igreja “saia de si e anuncie o evangelho”. Além das atividades especificamente relacionadas à Jornada, mereceram atenção da mídia internacional a visita do Papa ao hospital São Francisco e à favela da Varginha, a viagem a Aparecida-SP e os encontros com bispos brasileiros e latino-americanos.

O Brasil possui hoje três santos – Santa Paulina do Coração Agonizante de Jesus, Santo Antonio de Sant’Ana Galvão e São José de Anchieta – e 81 beatos. São dez os cardeais brasileiros vivos, sendo que quatro deles são eleitores em eventual conclave por terem menos de 80 anos de idade.

As recentes canonizações de Frei Galvão e Padre Anchieta sinalizam a intenção da Santa Sé de diminuir o descompasso entre o numeroso colégio episcopal brasileiro – sem falar na imensa população católica – e a escassez de santos e beatos. No presente momento, há claras indicações do bom encaminhamento do processo de beatificação de dom Helder Câmara. Importa salientar que, no contexto da revalorização das ideias sociais do Concílio Vaticano II promovido pelo papa Francisco, a figura de dom Helder, participante daquele evento, vem recebendo maior atenção. Cabe ainda menção ao caso do Padre



Cícero, recentemente reabilitado por meio de carta enviada pelo cardeal Pietro Parolin à diocese do Crato, em que a biografia e as ações do religioso brasileiro são consideradas consoantes com o modelo de Igreja propugnado por papa Francisco.

Acordo-Quadro Bilateral

O principal tema nas relações bilaterais nos últimos anos tem sido o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé Relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil.

Proposto pela Santa Sé em 2006, o acordo reafirma a adesão ao princípio internacionalmente reconhecido da liberdade religiosa, dispõe sobre os fundamentos da relação bilateral, sobre a personalidade jurídica da Santa Sé e das instituições eclesiais que regularmente atuam nas esferas religiosas e de assistência e solidariedade social. Além disso, prevê cooperação para a salvaguarda do patrimônio histórico, artístico e cultural da Igreja Católica que constitua parte relevante do patrimônio cultural brasileiro, assim como dos lugares de culto. Dispõe também sobre as instituições de ensino mantidas pela Igreja Católica, sobre tributos, vínculos trabalhistas, vistos e outros temas relevantes.

Assinado em 2008, tendo sido ratificado e promulgado, o acordo encontra-se em vigor enquanto aguarda manifestação do Supremo Tribunal Federal sobre ação direta de inconstitucionalidade impetrada em 2010 pela Procuradoria-Geral da República. O elemento que motivou a ação direta de inconstitucionalidade diz respeito à educação religiosa em escolas públicas, que estaria em contradição com o princípio do laicismo do estado. Tal questão foi objeto de cuidadosa atenção tanto da Consultoria Jurídica do Ministério das Relações Exteriores como da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, ambos convergentes quanto à sua constitucionalidade.

Visitas de autoridades

O Papa João Paulo II esteve no Brasil em três oportunidades: 1980, 1991 e 1997. Na primeira delas, permaneceu doze dias em território brasileiro; em 1991, dez dias; em 1997, visitou o Brasil no contexto da II Encontro Mundial com as Famílias, realizado no Rio de Janeiro.

O presidente Fernando Henrique Cardoso visitou o Vaticano três vezes, em 1997, 1999 e 2002.

O presidente Luís Inácio Lula da Silva compareceu às exéquias do papa João Paulo II, em abril de 2005, acompanhado dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, José Sarney e Itamar Franco. Em 2008, o presidente Lula foi



recebido em audiência pelo Papa Bento XVI e manteve reunião com o secretário de estado, cardeal Tarcisio Bertone.

Em sua visita ao Brasil em 2007, o Papa Bento XVI presidiu a solenidade de canonização do beato Frei Galvão, primeiro santo nascido no Brasil.

Por ocasião da missa inaugural do pontificado de Francisco, em março de 2013, a presidente Dilma Rousseff realizou visita oficial ao Vaticano, tendo sido recebida pelo papa em audiência oficial no dia 20 de março. A presidente Dilma voltou a visitar a Santa Sé em fevereiro de 2014, durante o Consistório em que foi criado cardeal o arcebispo do Rio de Janeiro, dom Orani Tempesta.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira no Vaticano consiste em nove nacionais, segundo estimativas constantes do Relatório Consular Anual (RCN) 2014. Todos são padres brasileiros.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano em benefício da Santa Sé.

POLÍTICA INTERNA

Estrutura e funcionamento da Santa Sé

Como mencionado, a Santa Sé é constituída pelo Papa e pelas instituições da Cúria Romana, à qual o clero é subordinado. Seu organograma foi estabelecido pela Constituição Apostólica Pastor Bonus, promulgada em junho de 1988, configurando-se como se segue:

a) O Papa, que exerce tríplice função: bispo de Roma, pastor da Igreja universal e chefe do Estado da Cidade do Vaticano. Para cada uma dessas funções, apoia-se em uma organização específica.

Como sucessor de São Pedro à frente da Igreja, o Papa herdou a titularidade de Roma e a missão de garantir a unidade da Igreja e da fé. Como bispo, participa do Colégio Episcopal; como bispo de Roma, preside-o. O Papa confia a direção da diocese de Roma a um cardeal-vigário, cuja sede é a basílica de São João de Latrão, catedral de Roma. O Papa exerce, com o conjunto dos bispos, a chefia da Igreja Católica. Para o exercício dessa responsabilidade, o Papa e o



Colégio Episcopal valem-se de um conjunto de organismos sediados em Roma sob sua autoridade: a Cúria Romana, secretariados e tribunais, entre outras instituições.

Na qualidade de chefe do Estado da Cidade do Vaticano, o Papa exerce a totalidade dos poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Governa a Igreja e sua base territorial como monarca absoluto, eleito para mandato vitalício. É assistido pelo secretário de estado, atualmente o cardeal Pietro Parolin, que atua como Primeiro-Ministro ou Chefe de Governo.

b) O Colégio Cardinalício, ou Sacro Colégio, é composto pelos cardeais, que são os principais colaboradores e assistentes do Papa. O título de cardeal lhes confere participação no governo da Igreja em Roma. A nomeação dos cardeais é da competência direta do pontífice, que formaliza sua escolha no contexto de um Consistório. A outorga do título é feita em missa solene. Não há limitação de número ou idade para participação dos cardeais no Colégio Cardinalício.

Desde a metade do século XI, cabe aos cardeais, reunidos em conclave, eleger um novo Papa. A escolha recai habitual, mas não necessariamente, sobre um dos integrantes do Sacro Colégio. Desde o pontificado de Paulo VI, o número de eleitores em um conclave é limitado a 120 cardeais com menos de 80 anos. As regras de eleição são ditadas pela Constituição Apostólica *Universi Dominici Gregis*, de João Paulo II (1996), modificadas por dois documentos “*motu proprio*” do Papa Bento XVI — um, datado de 11 de junho de 2007, que reestabeleceu a necessidade de maioria qualificada de dois terços dos votos dos cardeais presentes para a escolha do pontífice em todos os escrutínios, e outro, de 22 de fevereiro de 2013, que, entre outras disposições, permite o início do conclave após quinze dias da vacância do cargo.

Durante a “*sede vacante*”, declarada quando da morte do Papa, ou, como ocorreu recentemente, com sua renúncia, até a eleição do seu sucessor, o Colégio Cardinalício exerce algumas funções no governo geral da Igreja e do Estado do Vaticano. O “*Camerlengo*” é o responsável pela administração dos bens e direitos temporais da Santa Sé entre o fim de um pontificado e o início do seguinte.

O Colégio Cardinalício é formado atualmente por 213 cardeais, dos quais 113 são eleitores. Mais de um quinto (25) provém da Itália, vinte da América Latina, sendo quatro do Brasil. A distribuição de cardeais eleitores por continente é o seguinte: Europa: 54; América do Norte: 12; América do Sul: 11; América Central e Caribe: 6; África: 14; Ásia: 13; e Oceania: 3. Nos dois consistórios de seu pontificado (2014 e 2015), o Papa Francisco criou 31 novos purpurados eleitores, dos quais somente onze são europeus, deixando clara sua intenção de lograr uma distribuição geográfica mais equilibrada.



c) O Sínodo dos Bispos foi criado pelo Papa Paulo VI, em 1965, como instituição democratizadora do poder na Igreja, no âmbito das inovações trazidas pelo Concílio Vaticano II. Trata-se de foro de reflexão e de debate colegiado, do qual participam bispos e arcebispos dos países selecionados pelo Papa em função dos temas discutidos. Relativamente pouco acionado por João Paulo II, recebeu grande impulso no pontificado de Bento XVI, que convocou cinco sínodos, sobre temas eucaristia (2005), evangelização (2008), África (2009), Oriente Médio (2010) e “Nova evangelização para transmissão da fé cristã” (2012). O Papa Francisco realizou até o momento dois sínodos: “Os desafios pastorais sobre a família no contexto da evangelização” (2014), e “A vocação e a missão da família na Igreja e no mundo contemporâneo” (2015), ambos sobre o tema da família, uma das prioridades de seu pontificado.

d) A Cúria Romana, que é a cúpula da Santa Sé, compreende os seguintes órgãos: a Secretaria de Estado e seus dicastérios (órgãos assemelhados aos ministérios), o Sínodo dos Bispos, os Tribunais, as Comissões Pontifícias, a Guarda Suíça, o Escritório de Trabalho da Sé Apostólica, as Academias Pontifícias e as instituições ligadas à Santa Sé, como a Tipografia Vaticana e o Pontifício Instituto de Música Sacra.

e) A Secretaria de Estado é o órgão mais elevado na hierarquia da Cúria Romana e que mais de perto colabora com o Papa no exercício de sua missão. Cabe-lhe assegurar o bom andamento e a coordenação quotidiana das atividades dos órgãos da Santa Sé. Sua origem remonta ao século XV, quando Inocêncio VIII instituiu a “Secretaria Apostólica”. O Secretário de Estado é o primeiro colaborador do Papa, máximo expoente da atividade política e diplomática da Santa Sé.

A Secretaria de Estado divide-se na Primeira Seção e na Segunda Seção, que se encarregam dos assuntos gerais do Estado e do Pontífice e das relações exteriores da Santa Sé, respectivamente:

- A Primeira Seção é confiada a um arcebispo denominado “substituto para os assuntos gerais” (“sostituto”), equivalente ao cargo de Vice-Primeiro-Ministro. Ocupa-se da organização das atividades do Papa; da comunicação e das relações entre diferentes órgãos da Cúria Romana; da tradução oficial dos documentos pontifícios; da publicação da “Acta Apostolicae Sedis”, boletim oficial dos atos e documentos públicos da Sé Apostólica; da supervisão do Escritório Central de Estatística da Igreja; da redação das cartas apostólicas, do Protocolo e das questões jurídicas e de pessoal, inclusive aquelas relativas ao serviço exterior. Estão apensos à Primeira Seção, porém com autonomia administrativa, a Sala de Imprensa da Santa Sé, o “Osservatore Romano”, a Rádio Vaticana e o Centro Televisivo Vaticano.



- A Segunda Seção, também dirigida por um arcebispo, o Secretário para as Relações com os Estados, coadjuvado por um Subsecretário para as Relações com os Estados, ocupa-se do relacionamento com os demais sujeitos de Direito Internacional. Cabe-lhe supervisionar a representação diplomática da Santa Sé e a negociação de tratados e acordos internacionais. A Segunda Seção pode opinar, devidamente instruída pelo Pontífice e ouvidas as unidades competentes da Cúria, sobre nomeações dos titulares para as dioceses, assim como sobre a instituição ou modificação daquelas. Em colaboração com a Congregação para os Bispos, participa do processo de nomeação episcopal nos países que mantêm acordos sobre a matéria com a Santa Sé.

f) Os Núncios apostólicos, representantes diplomáticos da Santa Sé, são arcebispos com precedência de Embaixador e têm uma dupla dimensão: a diplomática e a intraeclesial, pois são também acreditados perante a Igreja do país onde servem. Uma das principais atribuições dos Núncios na esfera eclesiástica é a organização de listas para a nomeação dos bispos nos países onde estão acreditados. A Santa Sé é representada por “observadores permanentes”, “observadores” ou “enviados especiais” nos organismos internacionais perante os quais é acreditada;

g) Os dicastérios são unidades assemelhadas aos ministérios. Dividem-se em congregações e conselhos pontifícios. Os primeiros, chefiados por prefeitos, encarregam-se de temas vinculados à religião; os últimos, chefiados por presidentes, tratam de questões afetas às relações da Igreja Católica com os fiéis. Algumas congregações remontam ao século XVI, como a do Santo Ofício, criada por Paulo III, em 1542, hoje denominada Congregação para a Doutrina da Fé, e a Congregação para as Causas dos Santos, criada por Sisto V, em 1588. Os titulares dos dicastérios provêm de inúmeros países, em processo de internacionalização iniciado por Pio XII e aprofundado por Paulo VI.

Características do atual pontificado

Após a renúncia do Papa Bento XVI, em fevereiro de 2013, teve início o conclave que elegeu, no dia 13 de março, o cardeal argentino Jorge Mario Bergoglio. O 266º Papa da história da Igreja adotou o nome de Francisco.

Cerca de um mês depois de eleito, Francisco anunciou a criação de grupo de oito cardeais e um monsenhor para auxiliá-lo no exame de reformas no governo da Igreja. O grupo, representativo dos cinco continentes, é integrado pelos arcebispos de Santiago do Chile, Francisco Errazuriz; de Tegucigalpa, Oscar Rodriguez Maradiaga; de Boston, Sean O'Malley; de Kinshasa, Laurent Pasinya; de Mumbai, Oswald Gracias; de Munique, Reinhard Marx; de Sydney, George



Pell; pelo cardeal italiano Giuseppe Bertello, presidente do Governorado do Vaticano; e pelo monsenhor Marcello Semeraro, membro do conselho de administração do “Avvenire”, jornal da Conferência Episcopal Italiana.

O pontificado de Francisco tem-se notabilizado pela valorização da misericórdia, pela defesa de uma “Igreja pobre” e pela abertura desta às necessidades concretas dos fiéis, em um processo denominado pelo próprio santo padre de “conversão pastoral”.

As principais diretrizes de seu ministério estão presentes na exortação apostólica “Evangelii Gaudium”, escrita após o Sínodo dos Bispos sobre “A nova evangelização para a transformação da fé cristã”, e publicada em novembro de 2013. Do referido documento, constam temas como a “transformação missionária da Igreja”, a “dimensão social da evangelização”, a valorização da família, a promoção da paz e da justiça social, o respeito pela criação, o ecumenismo, o diálogo inter-religioso e o papel do pregador na sociedade contemporânea, que conferem ao texto o caráter de um “road map” do atual pontificado. Ao mesmo tempo, é possível identificar nos três anos de papado bergogliano o claro propósito de concluir o Concílio Vaticano II, buscando a implementação efetiva de pontos que, devido a circunstâncias históricas, restaram pendentes durante os pontificados de seus antecessores.

Requisito fundamental para a transformação da Igreja Católica em uma “igreja de saída”, ou em uma “igreja na estrada”, é a reforma da Cúria Romana, iniciada por Bento XVI e acelerada por Francisco, tanto do ponto de vista de sua estrutura e funcionamento, como de seu modo de conceber a atuação da Igreja. Desse modo, com o auxílio do citado Conselho de Cardeais, o papa tenciona racionalizar a administração da Igreja, de modo a convertê-la em uma organização de pastores voltada para a promoção do bem-comum e a solução de problemas concretos das populações mais fragilizadas.

POLÍTICA EXTERNA

Na qualidade de agente diplomático, a Santa Sé dispõe, como os demais Estados, de direito de delegação ativo e passivo, do exercício de *ius contrahendi* para a negociação de acordos e tratados e de capacidade de mediação de conflitos internacionais. Mantém relações diplomáticas com 180 países, dos quais 86 estão representados por Embaixadores residentes em Roma. Acreditadas também junto à Santa Sé estão a União Europeia, a Ordem de Malta e o estado da Palestina. A Santa Sé tem status de observadora permanente nas Nações Unidas, com direito a



voz. É membro pleno ou observador de agências especializadas das Nações Unidas e de outros organismos internacionais.

Temas globais

A atual política externa da Santa Sé reflete a visão de um mundo multifacetado e interconectado, que demanda estratégias complexas para a promoção da paz, a difusão do evangelho e a defesa da liberdade religiosa, objetivos primordiais da Igreja. Nesse contexto, a política externa vaticana orienta-se pelo princípio de “construir pontes” em um mundo que estaria vivendo uma “guerra mundial aos pedaços”. Para tanto, o ecumenismo, o diálogo inter-religioso e a atenção aos países em desenvolvimento, assim como às periferias dos países desenvolvidos, têm sido preponderantes na elaboração da agenda de viagens apostólicas e nos contatos com líderes políticos e religiosos, resultando na visita à Jordânia e à Palestina; no encontro entre o Papa e o patriarca de Moscou; no esforço para não isolar a Rússia; na mediação do reatamento de relações entre Cuba e Estados Unidos; nas visitas à Bósnia e Herzegovina, Armênia e, em futuro próximo, Geórgia e Azerbaijão; nas viagens à América Latina; nas alocações ao Congresso dos EUA, em que advogou a proteção dos imigrantes, e à Assembleia Geral da ONU, em que defendeu a reforma do Conselho de Segurança e dos organismos executivos e financeiros com vistas a “evitar abusos e a usura” contra os países em desenvolvimento; na visita à mesquita de Bangui e à sinagoga de Roma, no encontro com o Imã da universidade egípcia de Al-Azhar e na aceitação do convite para participar, em Estocolmo, da comemoração dos 500 anos da Reforma Protestante; na condenação do tráfico de pessoas e do tráfico de armas.

Em sua mais recente mensagem ao corpo diplomático junto à Santa Sé, em janeiro de 2016, o Pontífice afirmou que o fio condutor de todas as viagens apostólicas que realizou em 2015 foi a misericórdia. Ao elencar os desafios e as áreas de tensão no panorama internacional, expressou sua preocupação a respeito dos acontecimentos no Golfo Pérsico, com a tensão existente na fronteira entre o México e os EUA, com os recentes experimentos militares na Coreia do Norte e com a propagação do extremismo e do fundamentalismo.

O ecumenismo e o diálogo inter-religioso constituem dois dos pilares do presente pontificado, como atestam o aprofundamento das relações entre o Vaticano e o patriarcado de Constantinopla e o histórico encontro do Papa Francisco com o patriarca de Moscou, em fevereiro último, que se norteou pelo antigo desejo de reconciliação entre as duas Igrejas e pelo propósito de união dos cristãos com vistas ao enfrentamento da agressividade islâmica no Oriente Médio e no Norte da África.



Estreitamente vinculada à perseguição das comunidades cristãs no Oriente Próximo, a crise migratória que afeta a Europa tem merecido a máxima atenção do atual pontificado, crítico sobretudo da resistência da maioria dos países europeus em acolher os imigrantes em seus territórios. Para o Papa, os ideais que inspiraram a Europa teriam perdido sua força atrativa em favor do tecnicismo burocrático de suas instituições, como já havia afirmado em discurso ao Parlamento Europeu, em 2014. A Santa Sé tem apontado a falta de visão e estratégia da Europa e considera que os migrantes e refugiados não constituem problema, mas sim a solução para países que há décadas apresentam taxas negativas de crescimento populacional. Na busca de soluções para o problema, o Papa Francisco propõe o estabelecimento de projetos de médio e longo prazos que ultrapassem as respostas emergenciais, com vistas a viabilizar a integração dos imigrantes nos países de acolhimento, ao mesmo tempo em que sublinha a necessidade de favorecer os países de origem com políticas solidárias, sem, contudo, “condicionar as ajudas a estratégias e práticas ideologicamente alheias ou contrárias às culturas dos povos a que se destinam”.

Com respeito ao meio ambiente, a encíclica “Laudato Si – sobre o cuidado da casa comum”, publicada em junho de 2015, seis meses antes da realização da Conferência da ONU sobre Mudança de Clima, aprofundou ideias esboçadas na exortação “Evangelii Gaudium” e tornou-se documento de reflexão sobre a crise ecológica e, principalmente, sua conexão com a pobreza e o subdesenvolvimento. Na encíclica, apoia-se o conceito de “ecologia integral”, que pressupõe a conexão entre todas as criaturas da Terra e articula as relações do homem com Deus, consigo mesmo, com os demais homens e a criação. Além disso, formula severa crítica ao estilo de vida da sociedade contemporânea, alicerçado no consumismo e na “cultura do descarte”, que resulta na exclusão e marginalização de grandes contingentes da população mundial.

Relações bilaterais da Santa Sé

Além da já aludida atenção aos países ditos “periféricos” e ao ecumenismo como estratégia para deter as perseguições às comunidades cristãs e garantir a liberdade religiosa, cabe fazer referência, ainda que sucintamente, às relações da Santa Sé com as seguintes regiões e estados:

a) Rússia: após duas audiências privadas concedidas pelo Papa ao presidente Vladimir Putin (a última delas em junho de 2015), é clara a disposição da Santa Sé em manter aberto o canal de diálogo com o Kremlin, não somente por considerar que a Rússia tem um papel fundamental no encaminhamento da crise na



Síria e no Iraque, mas também pelo interesse em seguir contando com seu apoio no diálogo com o patriarcado de Moscou.

b) Terra Santa: a defesa dos lugares sagrados do catolicismo, situados especialmente em Israel, Palestina e Jordânia, é tema crucial para a diplomacia vaticana. Em maio de 2014, o Papa Francisco realizou visita a Jerusalém e Amã, marcada pelo caráter de “peregrinação” religiosa e espiritual, mas também pela dimensão política de apoio aos refugiados e “discriminados por causa de sua fé em Cristo”. Em janeiro de 2016, entrou em vigor acordo entre o Vaticano e a Palestina, dois anos após a Santa Sé haver reconhecido a Palestina como Estado soberano. O acordo versa sobre as atividades da Igreja católica em territórios sob controle palestino, mas também reafirma o apoio da Santa Sé a uma solução pacífica e negociada para o conflito na região.

d) Ásia: além da consolidação de laços com Coreia do Sul, Sri Lanka e Filipinas (visitados em 2014 e 2015, respectivamente), a Igreja católica logrou obter um “modus operandi” satisfatório em território vietnamita e, ao que tudo indica, avança negociações com a China. Após o Papa Francisco ter sinalizado claramente seu desejo de aproximar-se da China, o diálogo, interrompido em 2009, foi retomado, e há notícias de que estão em curso negociações entre os dois Estados. A questão da ordenação de bispos pelo governo chinês tem sido o maior óbice à normalização das relações entre Pequim e a Santa Sé.

e) América Latina: a região é a única a contar com uma Conferência Episcopal (CELAM) da qual participam diversos bispos de cada país, e também a única a contar com um órgão específico na administração da Santa Sé, a Comissão Pontifícia para a América Latina, subordinada à Congregação dos Bispos.

A V CELAM, realizada em Aparecida (2007), contou com a participação do Papa Bento XVI. Na ocasião, o foco da atenção da Santa Sé parecia menos concentrado na esfera político-ideológica do que no terreno pastoral. Ainda assim, o documento emanado da V Conferência, cuja comissão de redação foi presidida pelo então cardeal Jorge Mario Bergoglio, não deixou de apresentar um diagnóstico dos problemas da região e de seus desafios: pobreza, desigualdade de renda, migração e suas repercussões familiares e religiosas, transformações culturais, secularização, efeitos sociais da globalização, violência, narcotráfico, consumismo e danos ambientais.

Com a eleição de Francisco, o eurocentrismo sedimentado por séculos de papados europeus deu lugar à priorização de outras regiões do mundo, com particular atenção para o continente de origem do pontífice. A primeira viagem oficial de seu papado teve como destino o Brasil (Jornada Mundial da Juventude,



em julho de 2013) e duas extensas viagens foram realizadas ao Equador, Bolívia e Paraguai (julho de 2015) e México (2016). Com relação ao México, importa ressaltar o fato de Francisco ter sido o primeiro pontífice recebido no Palácio Nacional, após longo caminho de reaproximação entre a Santa Sé e o Estado mexicano. Em cada um dos países visitados, o Pontífice atribuiu à injustiça social a proliferação do narcotráfico e da violência e exortou as autoridades a deixarem de lado seus projetos individuais em prol do bem comum.

Merece destaque ainda o papel do Vaticano como potencial mediador de conflitos regionais. Na esteira da bem-sucedida atuação no reatamento de relações diplomáticas entre Cuba e EUA – que poderia, segundo afirmado pelo Papa em encontro com o presidente Obama, abrir caminho para o lançamento de uma nova política de cooperação para a região –, cogitou-se a participação da Santa Sé nas negociações entre o governo da Colômbia e as FARC, assim como na promoção do diálogo entre governo e oposição na Venezuela. Sobre este último país, objeto de grande preocupação da diplomacia vaticana, cabe destacar a atuação conciliadora do Núncio Apostólico em Caracas, assim como os sinais emitidos pela Secretaria de Estado da Santa Sé de que estaria pronta a contribuir para o diálogo.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

60 DC	Fundação da Igreja de Roma pelo apóstolo Pedro.
64	Morte de São Pedro, considerado o primeiro Bispo de Roma.
313	Publicação do <i>Édito de Milão</i> pelo Imperador Constantino, por meio do qual se concede a liberdade religiosa aos cristãos.
380	O Imperador Teodósio I declara a Igreja Católica como a religião oficial do Império Romano.
756	O Bispo de Roma, já a esta altura chamado de <i>Papa</i> , recebe de Pepino, o Breve, Rei dos Francos, os territórios do antigo Exarcado de Ravena, até então sob poder dos lombardos. Os territórios são a gênese dos <i>Estados Papais</i> , que perdurarão como sede do poder temporal da Igreja até a Reunificação Italiana, em 1870.
1053-1484	Grande Cisma do Oriente leva à separação entre os ramos latino e ortodoxo da Igreja, fundada em diferenças teológicas e na aspiração do Bispo de Roma a exercer primado sobre todos os demais. O ramo ocidental da Igreja passa a reconhecer a primazia do Papa.
1309-1376	Após a eleição do francês Clemente V para o papado, sete Papas consecutivos estabelecem sua residência em Avignon, na França, sob crescente influência da Coroa francesa.
1378-	Grande Cisma do Ocidente: estabelecem-se duas linhas distintas e rivais



1415	de Papas — uma em Roma, uma em Avignon —, cada uma proclamando-se a única legítima. Toda a Europa se divide entre Estados que prestam lealdade ao Papa romano ou ao Antipapa de Avignon.
1517	Início da Reforma Protestante, com a publicação das <i>95 Teses</i> de Martinho Lutero.
1545-1563	Contrarreforma lançada pelo Concílio de Trento.
1860	Partes importantes dos Estados Papais (Umbria, Marche, parte da Emilia Romagna e o Lácio) são incorporadas ao novo Estado italiano.
1870-1871	Primeiro Conselho do Vaticano declara a infalibilidade papal em assuntos de fé e moral. Partida das tropas francesas que protegiam o Papa. Incorporação de Roma ao Reino da Itália.
1929	Tratado de Latrão, firmado por Benito Mussolini e o Papa Pio XI, restaura a jurisdição soberana do Papa sobre o Estado da Cidade do Vaticano. O catolicismo torna-se religião oficial de Estado do Reino da Itália.
1947	Nova Constituição italiana confirma a soberania do Vaticano.
1978	João Paulo II torna-se o primeiro Papa não-italiano em mais de 400 anos.
1985	Novo acordo entre a Itália e a Santa Sé pelo qual o catolicismo deixa de ser a religião de Estado na Itália.
2005	Morre João Paulo II, encerrando-se o terceiro pontificado mais longo da história (26 anos, 5 meses e 15 dias). Início do pontificado de Bento XVI.
2013	Renúncia de Bento XVI. Início do papado de Francisco, o primeiro Pontífice latino-americano.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1824	A primeira Constituição brasileira formaliza o regime do Padroado, segundo o qual o catolicismo torna-se a religião oficial do Império.
1826	Mons. Francisco Corrêa Vidigal, Plenipotenciário enviado por Dom Pedro I, apresenta cartas credenciais ao Papa Leão XII.
1862	Acordo sobre Missões Apostólicas entre os Indígenas, por troca de notas de 28 de outubro.
1872-1875	A “Questão religiosa”, envolvendo o poder de nomear bispos, abala o relacionamento entre a Igreja e o Império.
1891	A primeira Constituição republicana estabelece a separação entre Estado e Igreja e a liberdade religiosa.
1919	A representação brasileira junto à Santa Sé é elevada ao nível de Embaixada.
1934	Primeira visita de um Secretário de Estado Vaticano ao país, Cardeal Eugenio Pacelli, futuro Papa Pio XII.
1980	João Paulo II é o primeiro Papa a visitar o Brasil.
1985	Presidente eleito Tancredo Neves visita o Papa João Paulo II.
1986	Visita do Presidente José Sarney ao Papa João Paulo II.
1990	Visita do Presidente Fernando Collor ao Papa João Paulo II.

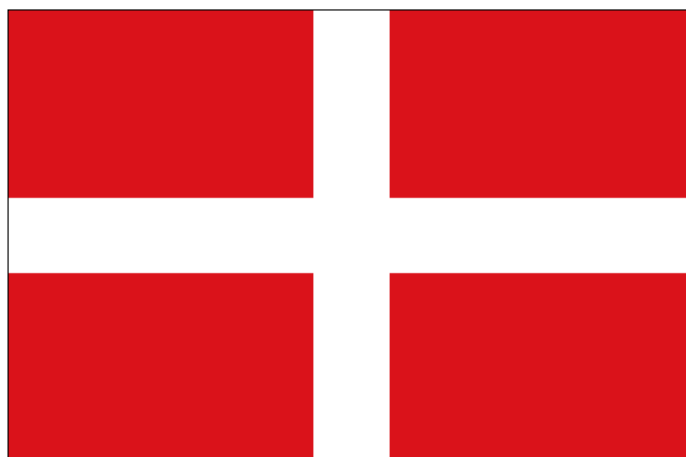


1991	Segunda viagem de João Paulo II ao Brasil.
1997	O Presidente Fernando Henrique Cardoso realiza a primeira Visita de Estado de Presidente brasileiro à Santa Sé.
1997	Terceira viagem de João Paulo II ao Brasil, no contexto do II Encontro Mundial com as Famílias, no Rio de Janeiro.
2005	Primeira visita do Presidente Inácio Lula da Silva ao Vaticano, para participar do funeral do Papa João Paulo II.
2007	O Papa Bento XVI visita o Brasil e abre os trabalhos da V Reunião da Conferência Episcopal Latino Americana.
2008	Segunda visita do Presidente Inácio Lula da Silva ao Vaticano. Assinatura do Acordo sobre o Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil (novembro).
2013	Primeira visita da Presidente Dilma Rousseff ao Vaticano, para participar da Missa Inaugural do Papa Francisco I (março)
2013	Primeira visita do Papa Francisco I ao Brasil, por ocasião da Jornada Mundial da Juventude no Rio de Janeiro (julho).
2014	Presidente Dilma Rousseff assiste, no Vaticano, ao Consistório de criação de novos cardeais, incluindo o brasileiro Dom Orani Tempesta (fevereiro)
2014	Visita do Vice-Presidente Michel Temer e do Presidente do Congresso Renan Calheiros a Roma para assistir à missa de canonização do Padre José de Anchieta, presidida pelo Papa Francisco (abril)

ATOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Data de promulgação
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé Relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil	13/11/2008	10/12/2009	12/02/2010
Acordo sobre Assistência Religiosa às Forças Armadas	23/10/1989	23/10/1989	22/11/1989
Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais.	02/10/1935	02/12/1935	10/01/1936



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**ORDEM SOBERANA MILITAR E HOSPITALAR DE SÃO JOÃO
DE JERUSALÉM, DE RODES E DE MALTA****APRESENTAÇÃO**

A Ordem Soberana Militar e Hospitalar de São João de Jerusalém, de Rodes e de Malta é uma entidade internacional surgida à época das Cruzadas, com a qual o Brasil mantém relações diplomáticas plenas. A Ordem de Malta, apesar de



não possuir território (apenas dois edifícios em Roma), tem sua soberania reconhecida por mais de 100 países e mantém o privilégio de conceder passaportes.

PERFIS BIOGRÁFICOS



Grão-Mestre e Príncipe da Ordem de Malta Sua Alteza Eminentíssima, Frey Matthew Festing

Frey Matthew Festing nasceu em Northumberland, em 1949.

Estudou em Ampleforth e no Trinity College de Cambridge, onde se formou em história. Na infância, viveu em Malta e em Cingapura.

Em 1977, Frey Matthew passou a fazer parte da Ordem de Malta e recebeu votos solenes em 1991, passando a ser Cavaleiro da Ordem. No período entre 1993 e 2008, ocupou o cargo de Grão-Prior da Inglaterra. Nesta função, conduziu missões de assistência humanitária na Sérvia e na Croácia e, todos os anos, acompanha uma delegação da Grã-Bretanha ao Santuário de Nossa Senhora de Lourdes, na peregrinação anual da ordem.

Em fevereiro de 2008, com o falecimento de Frey Andrew Willoughby Ninian Bertie, aceceu ao posto de Grão-Mestre e Príncipe da Ordem de Malta.

RELAÇÕES BILATERAIS

Data de 6 de dezembro de 1951 o comunicado oficial divulgado simultaneamente no Rio de Janeiro e em Roma pelo qual o governo brasileiro reconhece “o estatuto internacional da Ordem Soberana e Militar de Malta”. As duas partes estabeleceram relações diplomáticas com a criação de uma Legação da Ordem de Malta no Rio de Janeiro e uma Legação do Brasil em Roma.



Em 1956, o Brasil designou seu primeiro representante diplomático junto à Ordem, na pessoa do ministro-conselheiro da Embaixada junto à Santa Sé, que foi acreditado como encarregado de negócios interino. Em 1959, foram equiparadas as representações, com o credenciamento do embaixador junto à Santa Sé como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário junto à Ordem de Malta. Em 1966, a Ordem manifestou o desejo de ver elevada a representação diplomática à categoria de embaixada, o que foi acolhido pelo governo brasileiro.

O grão-mestre visitou o Brasil em 1966, 1984 e 1990, ao passo que o chanceler brasileiro visitou a sede da Ordem, em Roma, em 1966. O programa oficial das visitas foi estritamente protocolar, aspecto que tem caracterizado as relações entre o Brasil e a Ordem.

Dos trabalhos realizados pela Ordem de Malta no Brasil, destaca-se o Centro Assistencial Cruz de Malta, localizado na periferia da cidade de São Paulo, que atende gratuitamente população necessitada. O Centro tem como missão “evitar a marginalização do indivíduo, seja por doença, falta de capacitação profissional ou qualquer tipo de discriminação” e atua em diversas áreas, como pediatria, nutrição, psicologia, vacinação, aulas de higiene e puericultura.

No Brasil, a Ordem de Malta está presente por meio de três associações, em São Paulo (fundada em 1956), Rio de Janeiro (1957) e Brasília (1984). Existe ainda o Conselho Nacional das Associações Brasileiras da Ordem Soberana e Militar de Malta, fundado em 2004 e localizado em Brasília.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano em benefício da Ordem Soberana e Militar de Malta.

POLÍTICA INTERNA

A Ordem Soberana de Malta, cujo nome completo é Ordem Soberana Militar Hospitalar de São João de Jerusalém, de Rodes e de Malta, foi estabelecida em meados do século XI como uma comunidade monástica dedicada a São João Batista, com a finalidade de administrar um hospital para assistência aos peregrinos na Jerusalém ainda sob o domínio dos califas do Egito. Com a conquista de Jerusalém na primeira Cruzada, a Ordem assumiu também funções militares de defesa dos doentes e peregrinos, passando desde então a exercer, crescentemente, o papel de bastião da cristandade no Mediterrâneo Oriental. Em 1530, o imperador Carlos V cedeu à Ordem, como domínios soberanos, as ilhas de Malta, Gozo e Comino. No século XVII, o grão-mestre da Ordem passou a ostentar o título de



príncipe do Santo Império Romano, dignidade equivalente à de cardeal da Igreja Católica. Depois de ter sido expulsa de Malta por Napoleão Bonaparte, a Ordem teve sedes temporárias até fixar-se em Roma, em 1834. Em 1879, o papa Leão XIII restabeleceu a dignidade de Grão-Mestre e as honras cardinalícias que a acompanham.

Segundo sua constituição atual, a Ordem Soberana Militar de Malta tem caráter religioso, leigo, militar, cavaleiresco e tradicionalmente nobiliárquico. É composta por cerca de 12 mil membros de 130 países e suas atividades são coordenadas por seis Grandes Priorados, três Subpriorados e 47 Associações Nacionais presentes nos cinco continentes. Seu órgão decisório é o Conselho Soberano, presidido pelo grão-mestre da Ordem, eleito para ocupar o cargo vitalício como príncipe e religioso superior. O Conselho é integrado ainda pelo grão-comandante, pelo grão-chanceler, pelo grão-hospitalário, pelo tesoureiro e por outros seis membros, todos eleitos para um mandato de cinco anos. Somente católicos podem participar da Ordem.

O atual grão-mestre e príncipe da Ordem de Malta é Sua Alteza Eminentíssima, o príncipe e grão-mestre Fra Matthew Festing, eleito em 11 de março de 2008.

Na década de 1950, a Ordem de Malta solicitou ao Papa a criação de um tribunal cardinalício com o objetivo de determinar a natureza de seus atributos de ordem soberana e de ordem religiosa. O acórdão, proferido em 1953, estabeleceu que a qualidade soberana da Ordem, reconhecida pela Santa Sé, consiste no gozo de certas prerrogativas inerentes à própria Ordem como sujeito de direito internacional. No tocante à qualidade religiosa, afirmou que a Ordem ficaria subordinada à Santa Sé.

A Ordem enfrenta atualmente o problema do uso indevido de seu nome por “falsas” ordens, muitas vezes com objetivos fraudulentos. Existem, não obstante, duas outras ordens “autênticas”, continuadoras da ordem do hospital que não se pretendem soberanas e com as quais a Ordem de Malta mantém amistosa colaboração: a Venerabilíssima Ordem do Hospital de São João de Jerusalém, com sede na Inglaterra, e a Ordem de São João (“Johanniterorder”), na Alemanha.

POLÍTICA EXTERNA

O caráter distintivo da atuação da Ordem Soberana de Malta é a dedicação a obras humanitárias, sempre presente em sua história secular. A Ordem considera as relações diplomáticas como um meio para facilitar o exercício de suas atividades humanitárias.



No campo político, seu objetivo primordial é o de obter cada vez maior reconhecimento internacional, razão pela qual procura, sempre que possível, conduzir suas atividades assistenciais por via oficial.

A responsabilidade pela condução da diplomacia da Ordem compete ao secretário para assuntos estrangeiros, a autoridade que interage com os chefes de missões diplomáticas acreditadas junto à Ordem e responde diretamente ao grão-mestre, embora sob a supervisão do grão-chanceler.

As representações da Ordem junto aos governos dos Estados são de dois tipos: representações diplomáticas e representações e delegações sem caráter diplomático. Algumas embaixadas da Ordem exercem diretamente atividades assistenciais nos países onde estão situadas.

Após a II Guerra Mundial, a Ordem iniciou esforço sistemático para obter reconhecimento, inicialmente dirigido à América Latina e, em seguida, à África e à Ásia. Para o êxito dessa iniciativa, contou com algumas condições favoráveis, como a religião comum nos países latino-americanos e o desejo dos países africanos de também afirmarem sua personalidade internacional.

A Ordem mantém relações diplomáticas com 106 estados e missões permanentes em diversos organismos multilaterais, entre os quais a União Europeia, ONU e diversas de suas agências. Mais de trinta países mantêm embaixadores residentes junto à Ordem de Malta em Roma.

As atividades diplomáticas da Ordem de Malta são vinculadas a sua missão humanitária e, dessa forma, a presença de suas missões diplomáticas serve para apoiar suas atividades. As raras abordagens de temas com conotação política normalmente refletem as colocações mais genéricas do Papa sobre a paz. Em sua última mensagem ao corpo diplomático, em janeiro de 2016, o grão-mestre Fra Matthew Festing salientou as peculiaridades dos conflitos da época atual, que qualificou de “assimétricos”, conduzidos muitas vezes por “grupos que rejeitam as convenções humanitárias codificadas pelos Estados”. Ressaltou a importância de se reforçar os princípios humanitários das Convenções de Genebra e afirmou que a União Europeia deve trabalhar em uníssono para pôr em prática medidas capazes de gerenciar a crise humanitária.

Na ocasião, o grão-mestre fez referência ao auxílio prestado pela Ordem de Malta às vítimas dos atentados em Paris, no Mali e na Califórnia, bem como à ajuda constante que a “Malteser International”, agência de assistência humanitária da Ordem, vem dando aos refugiados no Iraque, no Irã, na Turquia, na ilha de Lampedusa e no Mar Egeu. No âmbito da ocorrência de catástrofes e epidemias, a Ordem de Malta tem estado presente em várias partes do mundo. Na África, notadamente no Quênia, Sudão do Sul, Costa do Marfim, foram desenvolvidos



projetos médicos na luta contra o ebola, a tuberculose e a AIDS. Na Ásia, são assistidos pobres e enfermos, especialmente vítimas de hanseníase, sendo desenvolvida terapia para o seu tratamento no Camboja, Laos e Vietnã. Além disso, em 21 países das Américas Central e do Sul são mantidas casas de repouso, centros médicos e instituições para crianças em situação de rua, além de hospitais para mães e filhos portadores de HIV. Em Cuba, são distribuídas aos necessitados cerca de 750 mil refeições por ano, e no Peru são fornecidos medicamentos e tratamentos à população indígena das zonas rurais.

A Organização das Nações Unidas admitiu a Ordem de Malta em agosto de 1994 com o status de observador permanente, em reconhecimento por suas atividades humanitárias. No âmbito das Nações Unidas e suas agências especializadas, a Ordem de Malta mantém as missões permanentes em Nova York, Genebra e Viena. A Ordem conta ainda com delegações ou representações nos seguintes organismos internacionais: Conselho da Europa, Comitê Internacional para as Migrações, Organização dos Estados Americanos, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Instituto Internacional de Direito Humanitário, Instituto Internacional para Unificação do Direito Privado, União Latina, União Africana, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração do Patrimônio Cultural, Organização Internacional para a Migração, Organização Internacional da Francofonia, Comissão Preparatória para a Proibição de Testes Nucleares e Comitê Internacional de Medicina Militar.

ECONOMIA

A Ordem Soberana de Malta mantém-se e conduz suas obras com recursos provenientes das seguintes fontes: doações voluntárias de seus membros; renda dos bens da instituição; coletas organizadas por seus membros; “direito de passagem” (ou seja, cota de admissão); e cotas anuais pagas por seus membros.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Séc. XI	Criada como comunidade monástica dedicada a São João de Jerusalém, com a finalidade de administrar um hospital para assistência aos peregrinos
1310	Adquire soberania territorial sobre a Ilha de Rodas.
1523	Perdem os territórios para os turcos.
1530	O Imperador Carlos V cedeu-lhes, como domínios soberanos, as ilhas de Malta, Gozo e Comino, bem como Trípoli, na África do Norte.
1798	Napoleão ocupa a ilha de Malta.
1834	Restabelece-se em Roma.



1879	O Papa Leão XIII restabeleceu a dignidade de Grão-Mestre e as honras cardinalícias que a acompanham
-------------	---

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1951	Estabelecimento de relações diplomáticas.
1966	Visita ao Brasil do Grão-Mestre da Ordem de Malta.
1966	Visita à sede da Ordem de Malta do Ministro das Relações Exteriores do Brasil.
1984	Visita ao Brasil do Grão-Mestre da Ordem de Malta.
1990	Visita ao Brasil do Grão-Mestre da Ordem de Malta.





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 100, DE 2016

(nº 583/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MARIA LAURA DA ROCHA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Hungria.

AUTORIA: Presidente da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 583

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora MARIA LAURA DA ROCHA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Hungria.

Os méritos da Senhora Maria Laura da Rocha que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 20 de outubro de 2016.



EM nº 00365/2016 MRE

Brasília, 18 de Outubro de 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **MARIA LAURA DA ROCHA**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Hungria.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **MARIA LAURA DA ROCHA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra



Aviso nº 669 - C. Civil.

Em 20 de outubro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora MARIA LAURA DA ROCHA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Hungria.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE MARIA LAURA DA ROCHA**

CPF.: 151.444.961-72

ID.: 7259 MRE

1955 Filha de Arthur Veríssimo da Rocha e Laura Martins da Rocha, nasce em 26 de setembro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos

1977 CPCD - IRBr
 1982 CAD - IRBr
 2000 CAE - IRBr, Diplomacia, Tecnologia e Defesa: o Itamaraty e a Captação Internacional de Tecnologia Sensível para o Setor Aeroespacial

Cargos:

1978 Terceira-Secretária
 1980 Segunda-Secretária
 1987 Primeira-Secretária, por merecimento
 1995 Conselheira, por merecimento
 2000 Ministra de Segunda Classe
 2008 Ministra de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1978-80 Divisão do Pessoal, Assistente
 1979 Serviço de Cadastro e Lotação, Chefe
 1979 Consulado em Berlim, Encarregada do Consulado em missão transitória
 1981-85 Embaixada em Roma, Segunda-Secretária
 1985-89 Embaixada em Moscou, Segunda-Secretária e Primeira-Secretária
 1990-91 Departamento de Administração, Coordenadora-Executiva, substituta
 1991-92 Presidência da República, Administração-Geral, Diretora-Geral Adjunta
 1992 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Coordenadora-Executiva
 1992-95 Embaixada em Roma, Primeira-Secretária
 1995-99 Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos, Coordenadora-Geral de Documentação e Chefe de Gabinete
 1999 Ministério Extraordinário de Projetos Especiais, Gabinete, Chefe de Gabinete
 1999-2002 Ministério da Ciência e Tecnologia, Chefe de Gabinete, e Ministra de Estado Interina
 2003-08 Embaixada em Paris, Ministra-Conselheira
 2008 Secretaria de Planejamento Diplomático, Secretária
 2008-11 Gabinete do Ministro das Relações Exteriores, Chefe de Gabinete
 2010-14 Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
 2014 Representante Permanente do Brasil Junto à FAO

Condecorações:

1995 Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil
 1995 Merito della Repubblica Italiana, Itália, Oficial
 1996 Medalha do Pacificador, Brasil
 2001 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
 2002 Ordem do Mérito Científico, Brasil, Comendador



2002	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Comendador
2002	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador
2008	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial
2008	Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Grande Oficial
2009	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2010	Ordre National du Mérite, Comendador

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

HUNGRIA



Informação ostensiva

Outubro de 2016



DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	Hungria
GENTÍLICO:	húngaro
CAPITAL:	Budapeste
ÁREA:	93.030 km ²
POPULAÇÃO:	9.844 milhões
IDIOMA OFICIAL:	Húngaro (oficial, 93,6%), dialetos ciganos
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Catolicismo romano (51,9%); calvinismo (15,9%); luteranismo (3%).
SISTEMA DE GOVERNO:	República Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia Nacional (<i>Országgyűlés</i>), unicameral, composta por 199 membros eleitos para mandatos de 4 anos
CHEFE DE ESTADO:	Presidente János Áder (desde 10 de maio de 2012)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Viktor Orbán (desde 29 de maio de 2010)
CHANCELER:	Péter Szijjártó (desde 23 de setembro de 2014)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (FMI):	US\$ 120,6 bilhões (2015)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (FMI):	US\$ 258,9 bilhões (2015)
PIB PER CAPITA (FMI)	US\$ 12,24 mil (2015)
PIB PPP PER CAPITA (FMI)	US\$ 26,27 mil (2015)
VARIAÇÃO DO PIB	2,9% (2015); 3,7 % (2014); 1,5% (2013); -1,5% (2012); 1,8% (2011)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):	0,828 (44ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	75,2 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	99,4%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2016):	10,2% (PNUD)
UNIDADE MONETÁRIA:	florim húngaro
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Norbert Konkoly
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de 1050 brasileiros residentes na Hungria.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-HUNGRIA, em US\$ milhões (fonte: MDIC)									
BRASIL → HUNGRIA	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Intercâmbio	214,9	274,6	234,6	393,0	417,2	484,3	633,2	651,1	656,3
Exportações	82,1	97,6	85,9	162,8	134,4	145,6	145,8	164,0	239,6
Importações	132,8	177,0	148,6	230,1	282,8	338,7	487,4	487,1	417,2
Saldo	-50,7	-79,4	-62,6	-67,2	-148,3	-193,1	-341,6	-323,0	-178,1

Informação elaborada 29/08/2016, por Danilo Vilela Bandeira. Revisada por Mauricio da Costa Carvalho Bernardes em 29/08/2016.





APRESENTAÇÃO

A Hungria é um país situado na Europa Central. Faz fronteira com a Eslováquia ao norte, Romênia ao leste, Sérvia ao sul, Croácia ao sudoeste, Eslovênia ao oeste, Áustria ao noroeste e Ucrânia ao nordeste. A capital e maior cidade do país é Budapeste. A população de 9,84 milhões distribui-se em um território de 93.030 km².

O marco fundamental de assentamento do povo húngaro é tido como o fim do século IX, quando o Príncipe Árpád estabeleceu o primeiro reino húngaro, que se converteu ao cristianismo no século seguinte. Após 150 anos de ocupação parcial pelo Império Otomano (1541-1699), o país submeteu-se a jugo dos Habsburgos e, mais tarde, passou a fazer parte do Império Austro-Húngaro (1867-1918). Com o fim da 1ª Guerra Mundial, perdeu 71% de seu território e 58% da população. Após a 2ª Guerra, em que lutou junto ao Eixo, entrou na esfera de influência do bloco comunista, de onde sairia apenas em 1989, com a redemocratização.

Atualmente, a Hungria é uma economia de alta renda e de alto desenvolvimento humano. É parte da OTAN (desde 1999) e da União Europeia (desde 2004).



PERFIS BIOGRÁFICOS

JÁNOS ÁDER

Presidente da República



János Áder nasceu em 9 de maio de 1959 em Csorna. Graduou-se em direito pela Faculdade de Direito e Ciências Políticas da Universidade Eötvös Loránd (ELTE), em 1983. Foi cofundador do Fidesz - União Cívica Húngara, maior partido húngaro da atualidade. Foi membro do Parlamento húngaro de 1990 a 2009 e foi o presidente da Assembleia Nacional da Hungria de 1998 a 2002. Em 2009, tornou-se membro do Parlamento Europeu. Foi eleito presidente da Hungria em 16 de abril de 2012 e assumiu o cargo em 10 de maio de 2012.



VIKTOR ORBÁN**Primeiro-Ministro**

Viktor Orbán nasceu em 31 de maio de 1963 em Székesfehérvár. Graduiu-se em direito pela Faculdade de Direito e Ciências Políticas da Universidade Eötvös Loránd (ELTE), em 1987. Foi fundador do Fidesz - União Cívica Húngara, em 1988. Em 1990, se tornou membro do parlamento húngaro e líder de seu partido. Ocupa também a vice-presidência do Partido Popular Europeu desde outubro de 2002. Foi primeiro-ministro da Hungria de 1998 a 2002. Retornou ao cargo em 29 de maio de 2010.

RELAÇÕES BILATERAIS

Estabelecidas em 1927, as relações diplomáticas entre Brasil e Hungria foram interrompidas em 1942, quando os dois países se encontravam em campos opostos na 2ª Guerra Mundial, e seriam restabelecidas somente em 21/3/1961, ao amparo da Política Externa Independente levada a cabo pelo Governo Jânio Quadros. A missão diplomática em Budapeste foi reaberta em 1962, em nível de Legação, e elevada à categoria de Embaixada em 1974.

O relacionamento bilateral tem ganhado relevância em anos recentes, sobretudo a partir do impulso conferido pelo intercâmbio de visitas de autoridades e lideranças empresariais. As visitas ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros János Martonyi, em maio de 2012, e do Presidente János Áder, na chefia da delegação húngara à Conferência Rio+20, deram a medida do interesse do governo húngaro em aproximar-se do Brasil, no contexto da redefinição de suas prioridades diplomáticas. Durante os Jogos Olímpicos de 2016, o Presidente János Áder e o Primeiro-Ministro Viktor Orbán compareceram, respectivamente, às cerimônias de abertura e de encerramento dos Jogos, no contexto da candidatura de Budapeste a cidade-sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2024.



O Brasil foi incluído entre os principais parceiros da Hungria no âmbito da chamada "abertura global" e na recente proposta de "abertura para o sul" da política externa do país, especialmente na área econômico-comercial.

Digna de menção é a cooperação em Educação e Ciência e Tecnologia entre os dois países. Mais de 2.500 estudantes brasileiros escolheram a Hungria como destino no Programa Ciência sem Fronteiras, e, com apoio húngaro, o Rio de Janeiro abrigou o Fórum Mundial de Ciências, em 2014.

O comércio bilateral com a Hungria praticamente dobrou em dez anos. Em 2015, a corrente de comércio Brasil- Hungria totalizou US\$ 656,3 milhões, de acordo com o MDIC. O Brasil exporta para a Hungria principalmente couros e peles, blocos e cabeçotes para motores a diesel, café solúvel e fumo. Por sua vez, adquire automóveis, motores para veículos, resinas amínicas e eletrodomésticos. Os dados relativos ao primeiro semestre de 2016 refletiram, contudo, a contração da economia brasileira e deram conta de que o comércio bilateral sofreu redução de mais de 30% em relação ao mesmo período em 2015, passando de US\$ 334,5 milhões para US\$ 228,6 milhões. Observou-se queda significativa das importações brasileiras que somaram US\$ 236,6 milhões, entre janeiro e junho de 2015, e foram reduzidas a US\$ 126,6 milhões no mesmo período de 2016.

A Comissão Econômica Mista foi criada pelo Acordo de Cooperação Econômica Brasil-Hungria de 2006, em vigor desde 2009. A Comissão se reuniu em três ocasiões desde 2012, a última em abril de 2015, em Brasília.

O Senhor Presidente da República, Michel Temer, realizou visita histórica a Budapeste entre os dias 5 e 7 de junho de 2013, na condição de Vice-Presidente da República.

Assuntos Consulares

A comunidade brasileira estimada na Hungria é de 1050 moradores permanentes.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais para a Hungria.



POLÍTICA INTERNA

A Hungria é uma República parlamentarista unitária.

O Chefe de Estado é o Presidente da República, eleito pelo Parlamento, com mandato de cinco anos. Possui poderes limitados, entre os quais o de dissolver o Parlamento e convocar novas eleições caso o Legislativo não consiga formar Governo ou aprovar orçamento. Dentre suas prerrogativas, figuram também as de chefiar as Forças Armadas, propor leis e referendos, submeter leis à consideração da Corte Constitucional, bem como recomendar nomes à Assembleia Nacional para o cargo de Primeiro-Ministro. O Presidente representa a unidade da nação e a salvaguarda do funcionamento democrático do Estado.

A Chefia do Governo é exercida pelo Primeiro-Ministro (*miniszterelnök*, ou Ministro-Presidente), eleito por maioria simples na Assembleia Nacional, após recomendação do Presidente da República. Cabe ao Primeiro-Ministro nomear e destituir seus Ministros de Estado e atuar como autoridade suprema da administração pública, realizando todos os atos inerentes à operação da máquina estatal não expressamente reservados a outros órgãos públicos.

Ao retornar ao poder em 2010, o Partido da Aliança Cívica Húngara (Fidesz), em coalizão de orientação nacionalista e conservadora com o Partido Popular da Democracia Cristã (KDNP), obteve maioria de $\frac{2}{3}$ no Parlamento, o que lhe garantiu significativa tranquilidade para implementar diversas mudanças legislativas, incluindo a promulgação de uma nova Constituição. A aliança Fidesz-KDNP foi novamente vitoriosa nas eleições gerais de 2014, alcançando mais uma vez maioria de $\frac{2}{3}$.

O ano de 2015 foi marcado por importantes pressões sobre o governo, que passou a registrar índices de rejeição ascendentes, muito em razão da série de medidas impopulares anunciadas ao longo do segundo semestre de 2014, logo após as eleições. As duas eleições parlamentares suplementares de fevereiro e abril de 2015 deram vitória a candidatos da oposição, e o governo perdeu a maioria qualificada que detinha desde 2010.

Não obstante, o Governo Orbán logrou contrarrestar a perda de popularidade que se vinha configurando, graças a uma hábil utilização do temor em relação ao ingresso de imigrantes e dos efeitos positivos do robusto crescimento da economia húngara.



Embora não detenha mais os $\frac{2}{3}$ do Parlamento, o Primeiro-Ministro conta com apoio de confortável maioria que lhe dá o sustento político necessário. Orbán, aliás, anunciou que buscará um terceiro mandato nas eleições parlamentares previstas para 2018, respaldado pelos resultados positivos da economia e sua postura inflexível em relação à questão migratória.

A hegemonia de Orbán e de seu Partido Fidesz no cenário político húngaro não tem sofrido maiores ameaças das demais forças políticas, fruto de uma esquerda dividida e ainda desmoralizada por escândalos do passado, e uma extrema-direita que, embora gozando de certo apoio consolidado entre o eleitorado conservador, não consegue ampliar sua margem de intenções de votos.

PODER LEGISLATIVO

O Parlamento é unicameral, composto pela Assembleia Nacional (Országgyűlés). Cento e noventa e nove representantes são eleitos para mandatos de quatro anos por meio de sistema misto proporcional e majoritário.

PODER JUDICIÁRIO

O Poder Judiciário está estruturado em tribunais locais, tribunais estaduais, tribunais regionais de recurso, corte constitucional (composta por 15 membros eleitos pela Assembleia Nacional para mandatos de 12 anos) e Suprema Corte (Curia), composta por nove membros nomeados pelo Presidente.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa húngara tem por objetivo principal a defesa dos interesses econômicos do país, o que explica a determinação do governo em fazer com que a relação entre as exportações e o PIB da Hungria figure entre as maiores na União Europeia.

Para que pudesse se liberar do que considera uma excessiva dependência comercial e política da União Europeia e dos Estados Unidos, o governo passou a adotar como estratégia a expansão do relacionamento com parceiros de outras regiões, ao conferir maior atenção ao oriente e ao sul globais. Nesse



sentido, a chamada "Abertura para o Leste", lançada em fins de 2011, buscou privilegiar o relacionamento da Hungria com os países da Ásia, do Oriente Médio e do norte da África, mas foi afetada por dois motivos: o atual cenário geopolítico adverso nos países médio-orientais e norte-africanos e as dificuldades econômicas enfrentadas por países asiáticos.

É bem verdade que, tendo-se dado conta de que esta última iniciativa deixava de fora duas áreas importantes do mundo – a América Latina e a África Subsaariana – em seguida procurou-se "corrigir" a falha. Desde o início de 2015, então, decidiu-se pelo aumento de atenção à América Latina e o Caribe, por meio da criação de política específica para a região intitulada "Abertura para o Sul".

A mudança do tabuleiro geopolítico regional após a crise ucraniana parece ter levado a Hungria à posição de relativo isolamento em seu contexto geográfico imediato. Em contraste com a defesa explícita, por parte de seus vizinhos, dos princípios da União Europeia e da OTAN no tratamento da questão na Ucrânia, Viktor Orbán tem levantado suspeitas sobre a eficácia das sanções contra a Rússia. Orbán, ademais, foi criticado ao recepcionar o Presidente da Rússia Vladimir Putin em visita de trabalho em Budapeste, em fevereiro de 2015, justamente em momento de recrudescimento dos embates entre as forças armadas e os grupos insurgentes no leste ucraniano.

No contexto da crise migratória ensejada pela guerra na Síria, a Hungria tem adotado posições contrárias ao recebimento de refugiados. Em fevereiro último, Orbán anunciou a realização de referendo popular para decidir se o país aceitaria as quotas obrigatórias de alocação de refugiados estipuladas pela União Europeia. A consulta, que ocorreu em 2 de outubro, foi criticada por contrariar dispositivos comunitários. Ainda que 98,36% dos eleitores tenham votado contra as quotas europeias, o referendo não teve validade, por não ter alcançado o quórum mínimo pré-estabelecido.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia húngara sofreu o impacto da crise internacional de 2009, tendo recorrido à ajuda do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e da União Europeia. O governo conseguiu, já sob a administração Viktor Orbán, encerrar as negociações e recentemente liquidar totalmente as dívidas contraídas com a chamada *troika*. Nos últimos três anos o país retornou



gradualmente ao equilíbrio com crescimento acima da média da União Europeia e recuperação do emprego. O PIB do país registrou índices positivos de 3,7% em 2014 e 2,9% em 2015. Sua saúde financeira teria sido recuperada em virtude da eliminação progressiva de empréstimos estrangeiros, de política de controle e manutenção de baixo déficit orçamentário e redução dos níveis da dívida do Estado. Os indicadores macroeconômicos apresentariam tendência de manutenção do crescimento do PIB estimada em 2,5% e 2,8% para 2016 e 2017, respectivamente.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1871	Imperador D. Pedro II visita a Hungria, na época integrante do Império Austro-Húngaro.
1873	Império do Brasil abre Consulado em Budapeste.
1925	Brasil abre Legação em Budapeste
1927	Estabelecimento das relações diplomáticas
1942	Interrupção do relacionamento bilateral devido à 2ª Guerra Mundial.
1961	Restabelecimento das relações bilaterais.
1962	Reabertura da Legação do Brasil em Budapeste
1974	Brasil eleva a representação em Budapeste ao nível de Embaixada (maio).
1988	Hungria abre Consulado-Geral em São Paulo (dezembro).
1992	Géza Jeszenszky, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Hungria, visita o Brasil (abril).
1993	György Szabad, Presidente da Assembleia Nacional da Hungria, visita o Brasil (maio).
1994	Fernando Henrique Cardoso, Presidente-Eleito, visita a Hungria (novembro)
1997	Árpád Göncz, Presidente da Hungria, visita o Brasil (abril).
1998	Zenildo de Lucena, Ministro do Exército, visita a Hungria (maio).
1999	Francisco Turra, Ministro da Agricultura e Abastecimento, visita a Hungria (março).
1999	Luiz Felipe Lampreia, Ministro das Relações Exteriores, participa em Budapeste de reunião ministerial preparatória à Conferência da OMC, a convite do Ministro da Economia (maio).
2000	János Áder, Presidente da Assembleia Nacional da Hungria e atual Presidente da Hungria, visita o Brasil (maio).



2004	Luiz Fernando Furlan, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, visita a Hungria (maio).
2004	José Sarney, Presidente do Senado Federal, visita a Hungria (julho).
2005	Roberto Rodrigues, Ministro da Agricultura, visita a Hungria (fevereiro).
2008	O Brasil reconhece a Hungria como economia de mercado.
2009	Visita à Hungria do Secretário Executivo do MDIC, Ivan Ramalho.
2010	Péter Balázs, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Hungria, visita o Brasil (março).
2011	László Kövér, Presidente da Assembleia Nacional da Hungria, visita o Brasil (outubro). Aloizio Mercadante, Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, visita a Hungria (novembro).
2012	O Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, visita a Hungria (março). Visitas ao Brasil do Chanceler János Martonyi (maio), do Presidente János Áder e do Ministro do Desenvolvimento Rural Sándor Fázekas (junho). Realização da I Reunião da Comissão Mista Brasil-Hungria (novembro).
2013	Visita do então Vice-Presidente Michel Temer à Hungria
2016	Visita do Presidente János Áder e do Primeiro-Ministro Viktor Orbán ao Brasil, no contexto da realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

670	Nômades magiares deslocam-se dos Montes Urais para os Cárpatos.
896	Árpád é eleito príncipe pelos chefes das sete tribos magiares e se torna o primeiro governante de um povo húngaro unificado.
1000	Estêvão (posteriormente Santo Estêvão) é batizado e coroado rei pelo Papa Silvestre II, fundando o reino cristão da Hungria.
1241	A Hungria é invadida pelos mongóis, chefiados por Gengis Khan.
1521	Invasão da Hungria pelos turcos.
1526	O exército húngaro é derrotado na Batalha de Mohács, abrindo caminho para a conquista da Hungria pelos turcos.
1541	Tomada do castelo de Buda. Opera-se a divisão tripartite da Hungria: a Hungria Monárquica, governada por Fernando I de Habsburgo; o Principado da Transilvânia, Estado vassalo do Império Otomano; e o Território Central, sob controle direto do Império Otomano.
1718	Após longa campanha do exército cristão sob o comando do Sacro Império Romano-Germânico, a Hungria é libertada do domínio turco. Os Habsburgo



	mantêm o controle de todo o reino.
1848	Revolução húngara contra o domínio Habsburgo.
1849	Tropas russas, convocadas pelos Habsburgo, derrotam o exército magiar e reestabelecem o domínio austríaco. Os 13 principais generais húngaros são executados na cidade de Arad.
1867	Monarquia Dual Austro-Húngara.
1918	Após a 1ª Grande Guerra, forças nacionalistas húngaras assumem o poder na Hungria sob o regente Almirante Miklós Horthy.
1920	Tratado de Trianon. A Hungria perde $\frac{2}{3}$ de seu território (190.000 km ²) e mais da metade da população é dividida pelas novas fronteiras.
1940	A Hungria alinha-se ao Eixo na 2ª Guerra Mundial.
1945	Tropas do Exército soviético ocupam a Hungria.
1945	Nas primeiras eleições do pós-guerra, após a intervenção das forças aliadas em prol da formação de governo de coalizão, o partido comunista húngaro toma conta da máquina estatal.
1956	Violenta repressão da revolta popular que tenta liberar a Hungria do controle soviético e torná-lo país neutro.
1989	A Hungria abre sua fronteira com a Áustria. Queda do Muro de Berlim e fim do regime socialista na Hungria.
1990	Árpád Göncz eleito primeiro Presidente após o regime socialista.
1999	Adesão da Hungria à OTAN.
2004	Entrada da Hungria na União Europeia.
2010	Eleição do Primeiro-Ministro Viktor Orbán (maio).
2010	Eleição do Presidente Pál Schmitt (junho).
2011	Presidência húngara do Conselho da União Europeia.
2012	Entrada em vigor da nova Constituição da Hungria (janeiro). Renúncia do Presidente Pál Schmitt (abril). Eleição do Presidente János Áder (maio).
2014	Eleições parlamentares resultam em nova maioria para o Fidesz, com consequente manutenção de Viktor Orbán como Primeiro-Ministro

ACORDOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO D.O.U.
ACORDO DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E	05/05/2006	01/10/2008	13/01/2009



O GOVERNO DA REPÚBLICA DA HUNGRIA			
ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA HUNGRIA SOBRE O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES REMUNERADAS POR PARTE DE DEPENDENTES DO PESSOAL DIPLOMÁTICO, CONSULAR, ADMINISTRATIVO E TÉCNICO	27/09/2005	30/05/2010	26/08/2010
ACORDO SOBRE COOPERAÇÃO NOS CAMPOS DA QUARENTENA VEGETAL E DA PROTEÇÃO DAS PLANTAS	10/11/1999		16/09/2002
ACORDO, P.T.N., PARA A ABOLIÇÃO RECÍPROCA DA EXIGÊNCIA DE VISTO DE ENTRADA	09/11/1999	19/07/2001	17/07/2001
ACORDO SOBRE SERVIÇOS AÉREOS	03/04/1997	19/04/1999	19/07/1999
ACORDO DE COOPERAÇÃO NA ÁREA DE TURISMO	03/04/1997	25/02/1998	30/06/1998
ACORDO NO CAMPO DA COOPERAÇÃO CULTURAL.	19/03/1992	12/01/1998	04/09/1998
CONVENÇÃO DESTINADA A EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO E PREVENIR A EVASÃO FISCAL EM MATÉRIA DE IMPOSTOS SOBRE A RENDA	20/07/1986	13/07/1990	11/03/1991
ACORDO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA	20/06/1986	02/01/1992	07/02/1992

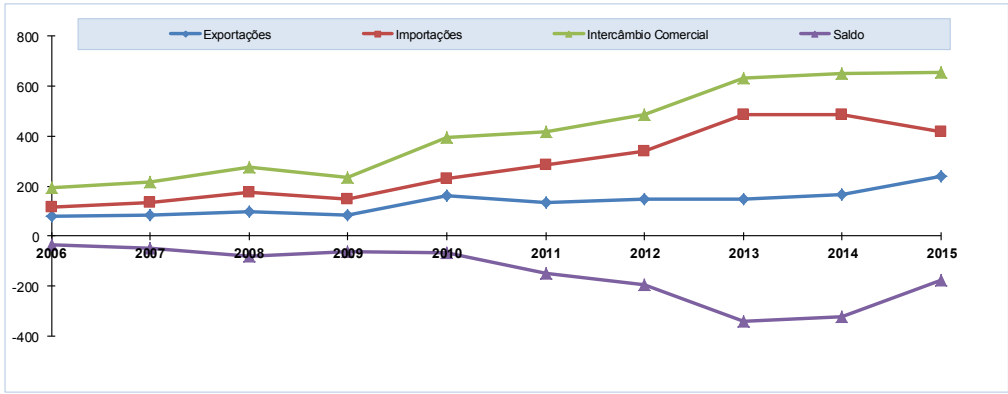


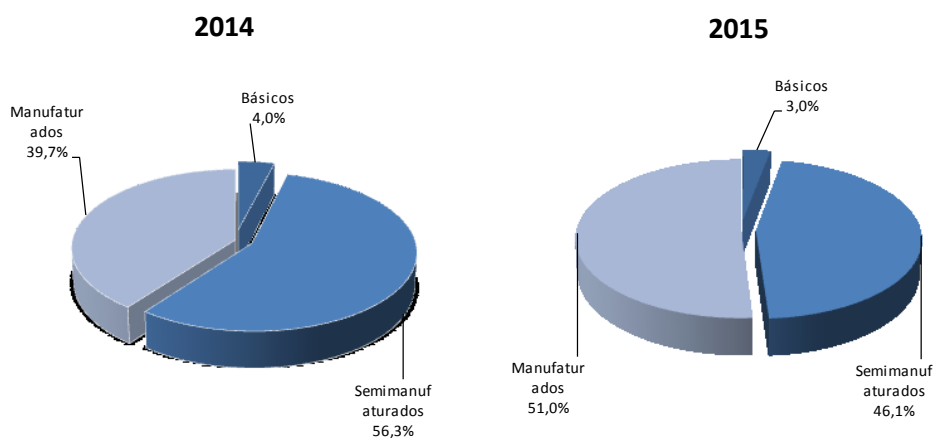
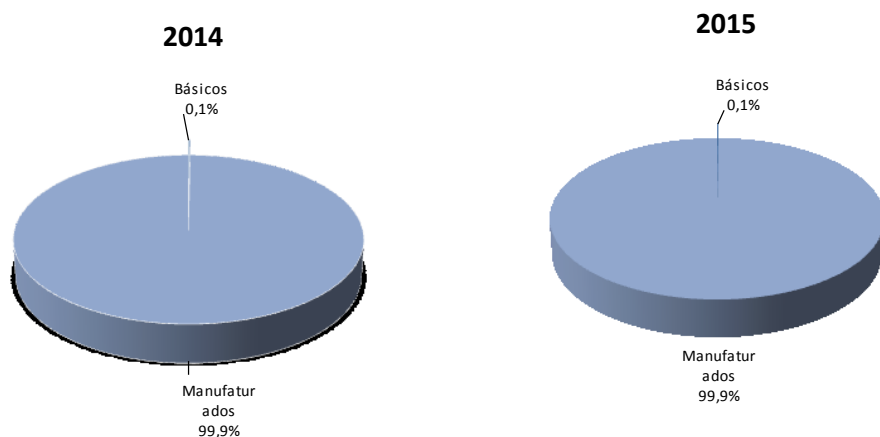
DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Hungria
US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	79	-48,6%	0,06%	115	1,5%	0,13%	194	-27,3%	0,08%	-37
2007	82	4,3%	0,05%	133	15,1%	0,11%	215	10,7%	0,08%	-51
2008	98	18,9%	0,05%	177	33,3%	0,10%	275	27,8%	0,08%	-79
2009	86	-11,9%	0,06%	149	-16,1%	0,12%	235	-14,6%	0,08%	-63
2010	163	89,4%	0,08%	230	54,9%	0,13%	393	67,6%	0,10%	-67
2011	134	-17,4%	0,05%	283	22,9%	0,13%	417	6,2%	0,09%	-148
2012	146	8,3%	0,06%	339	19,7%	0,15%	484	16,0%	0,10%	-193
2013	146	0,2%	0,06%	487	43,9%	0,20%	633	30,8%	0,13%	-342
2014	164	12,5%	0,07%	487	-0,1%	0,21%	651	2,8%	0,14%	-323
2015	239	45,7%	0,13%	417	-14,3%	0,24%	656	0,8%	0,18%	-178
2016 (jan-jul)	120	4,2%	0,11%	148	-46,3%	0,19%	268	-31,4%	0,14%	-28
Var. % 2006-2015	203,8%	--	--	261,5%	--	--	238,1%	--	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Agosto de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Exportações e importações brasileiras por fator agregado**Comparativo 2015 com 2014****Exportações Brasileiras⁽¹⁾****Importações Brasileiras**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Agosto de 2016.

(1) Exclusive transações especiais.



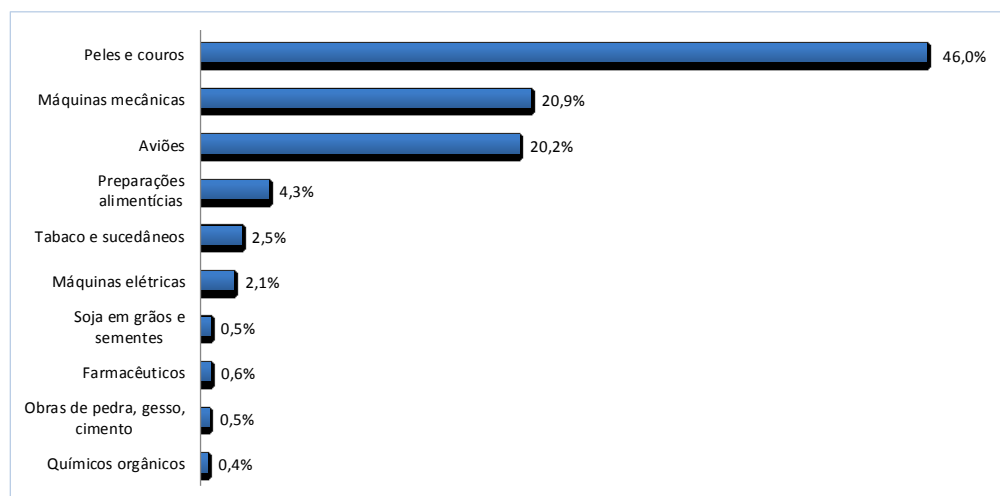


Composição das exportações brasileiras para a Hungria
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Peles e couros	80,0	54,9%	92,4	56,3%	110,1	46,0%
Máquinas mecânicas	30,5	20,9%	42,3	25,8%	50,0	20,9%
Aviões	0,0	0,0%	0,0	0,0%	48,2	20,2%
Preparações alimentícias	12,6	8,6%	11,6	7,1%	10,2	4,3%
Tabaco e sucedâneos	4,0	2,7%	4,0	2,4%	6,0	2,5%
Máquinas elétricas	6,6	4,5%	3,5	2,1%	5,0	2,1%
Soja em grãos e sementes	2,4	1,6%	2,6	1,6%	1,3	0,5%
Farmacêuticos	0,1	0,1%	0,0	0,0%	1,3	0,6%
Obras de pedra, gesso, cimento	0,2	0,1%	1,2	0,7%	1,2	0,5%
Químicos orgânicos	0,1	0,0%	0,5	0,3%	0,9	0,4%
Subtotal	136,4	93,5%	158,1	96,4%	234,3	98,0%
Outros produtos	9,4	6,5%	6,0	3,6%	4,8	2,0%
Total	145,8	100,0%	164,1	100,0%	239,1	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Agosto de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015



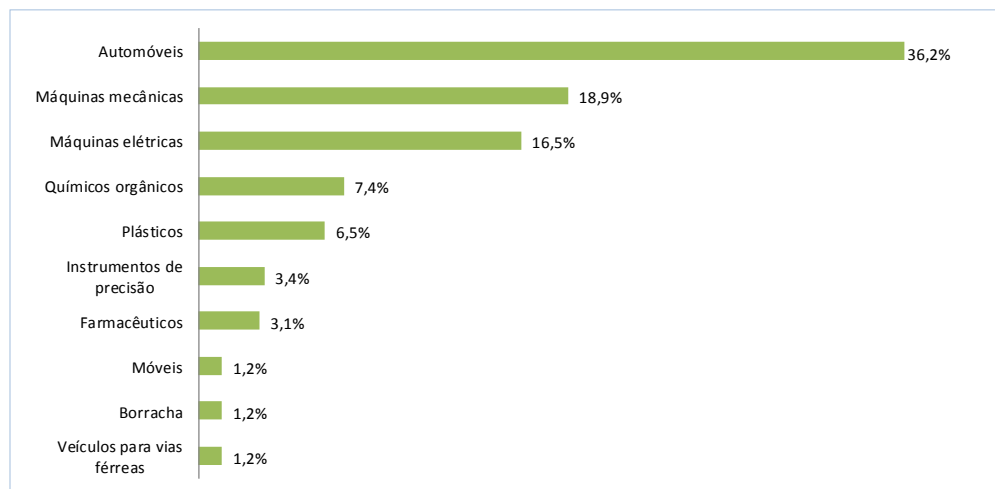


Composição das importações brasileiras originárias da Hungria
US\$ milhões

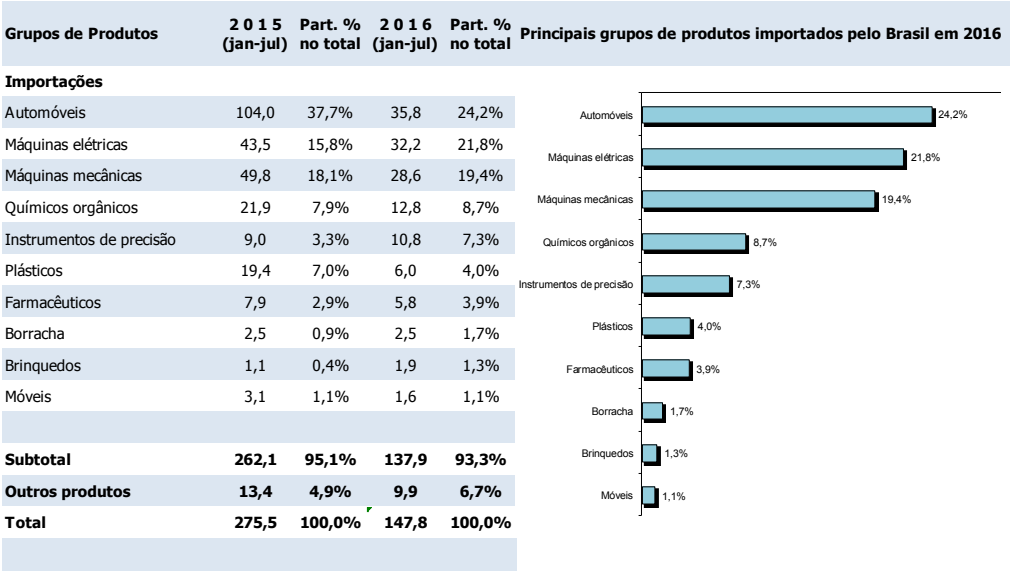
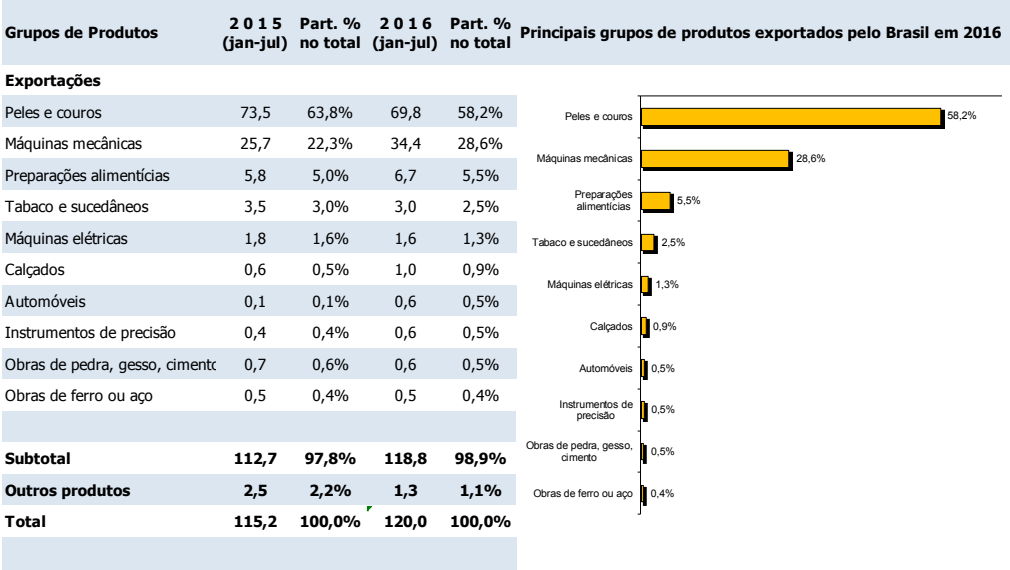
Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Automóveis	72	14,8%	134	27,5%	151	36,2%
Máquinas mecânicas	194	39,8%	145	29,8%	79	18,9%
Máquinas elétricas	95	19,5%	88	18,1%	69	16,5%
Químicos orgânicos	35	7,2%	30	6,2%	31	7,4%
Plásticos	26	5,3%	28	5,8%	27	6,5%
Instrumentos de precisão	30	6,2%	18	3,7%	14	3,4%
Farmacêuticos	8	1,6%	11	2,3%	13	3,1%
Móveis	2	0,4%	3	0,6%	5	1,2%
Borracha	7	1,4%	6	1,2%	5	1,2%
Veículos para vias férreas	0	0,1%	2	0,4%	5	1,2%
Subtotal	469	96,3%	465	95,5%	399	95,6%
Outros produtos	18	3,7%	22	4,5%	18	4,4%
Total	487	100,0%	487	100,0%	417	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Agosto de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

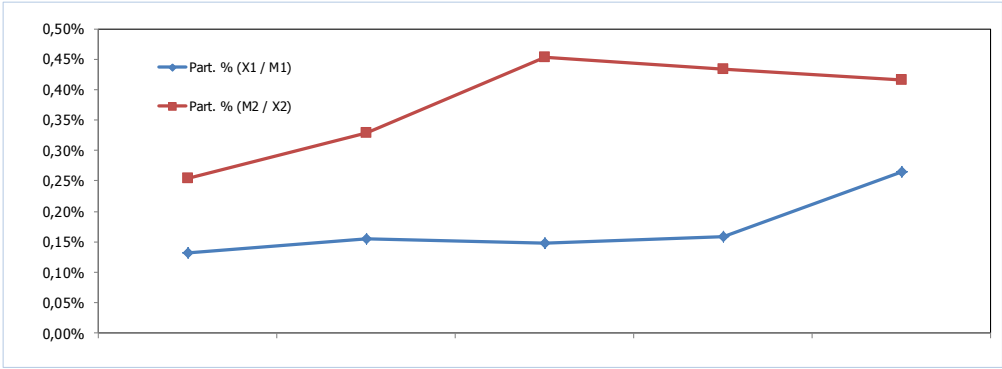


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Agosto de 2016.



Part. % do Brasil no comércio da Hungria
US\$ milhões

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2014/2015
Exportações do Brasil para a Hungria (X1)	134	146	146	164	239	45,7%
Importações totais da Hungria (M1)	101.370	94.266	98.662	103.111	90.374	-12,4%
Part. % (X1 / M1)	0,13%	0,15%	0,15%	0,16%	0,26%	66,3%
Importações do Brasil originárias da Hungria (M2)	283	339	487	487	417	-14,3%
Exportações totais da Hungria (X2)	111.217	103.006	107.730	112.196	100.167	-10,7%
Part. % (M2 / X2)	0,25%	0,33%	0,45%	0,43%	0,42%	-4,0%



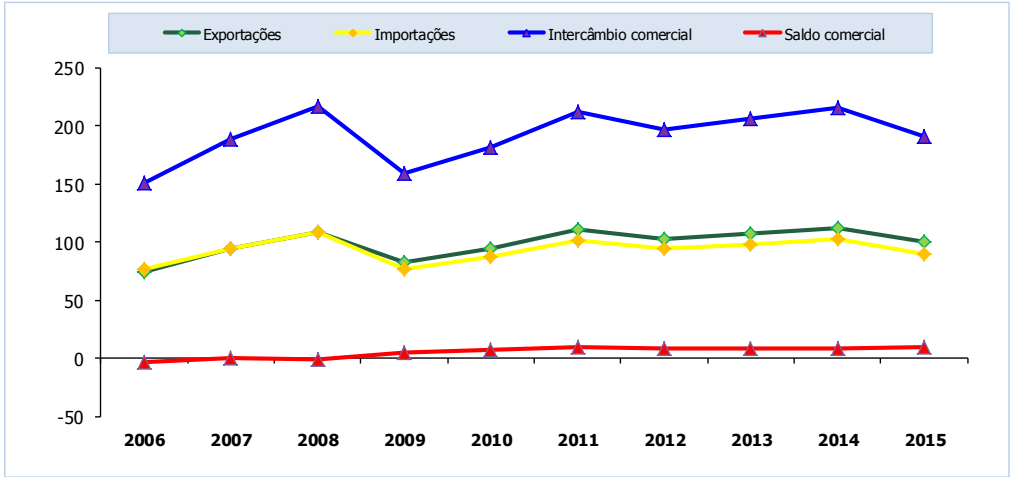
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticas do comércio exterior brasileiro e do país explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.



Evolução do comércio exterior da Hungria
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %	
2006	74	18,9%	77	16,8%	151	-64,7%	-3
2007	95	27,7%	95	23,0%	189	25,3%	0
2008	108	14,4%	109	14,9%	217	14,7%	-1
2009	83	-23,7%	77	-29,0%	160	-26,3%	5
2010	95	14,7%	87	13,1%	182	14,0%	7
2011	111	17,4%	101	15,9%	213	16,7%	10
2012	103	-7,4%	94	-7,0%	197	-7,2%	9
2013	108	4,6%	99	4,7%	206	4,6%	9
2014	112	4,1%	103	4,5%	215	4,3%	9
2015	100	-10,7%	90	-12,4%	191	-11,5%	10
2016(jan-mar)	25	0,1%	23	0,5%	47	0,3%	2
Var. % 2006-2015	35,3%	--	17,4%	--	26,2%	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

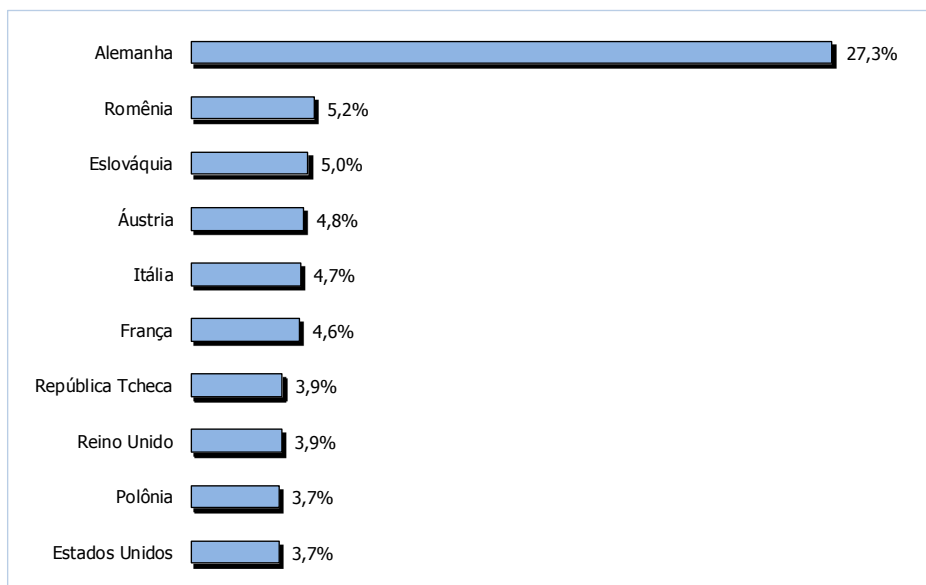


Direção das exportações da Hungria
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Alemanha	27,3	27,3%
Romênia	5,3	5,2%
Eslováquia	5,0	5,0%
Áustria	4,8	4,8%
Itália	4,7	4,7%
França	4,6	4,6%
República Tcheca	3,9	3,9%
Reino Unido	3,9	3,9%
Polônia	3,8	3,7%
Estados Unidos	3,8	3,7%
...		
Brasil (35ª posição)	0,3	0,3%
Subtotal	67,2	67,1%
Outros países	32,9	32,9%
Total	100,2	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.

10 principais destinos das exportações

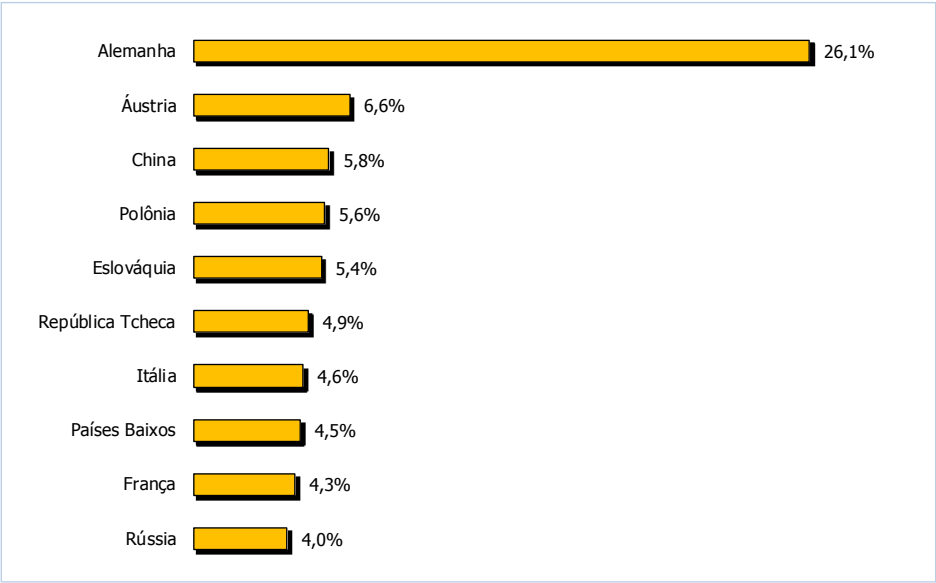


Origem das importações da Hungria
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Alemanha	23,6	26,1%
Áustria	6,0	6,6%
China	5,2	5,8%
Polônia	5,0	5,6%
Eslováquia	4,9	5,4%
República Tcheca	4,4	4,9%
Itália	4,2	4,6%
Países Baixos	4,1	4,5%
França	3,9	4,3%
Rússia	3,6	4,0%
...		
<i>Brasil (38ª posição)</i>	<i>0,2</i>	<i>0,2%</i>
Subtotal	65,1	72,0%
Outros países	25,3	28,0%
Total	90,4	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.

10 principais origens das importações

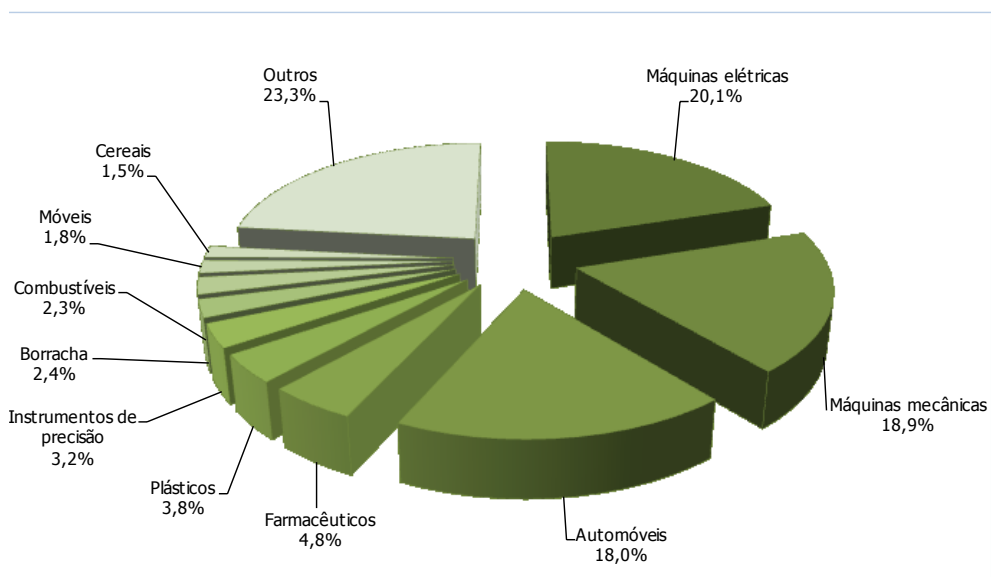


Composição das exportações da Hungria
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Máquinas elétricas	20,1	20,1%
Máquinas mecânicas	18,9	18,9%
Automóveis	18,0	18,0%
Farmacêuticos	4,8	4,8%
Plásticos	3,8	3,8%
Instrumentos de precisão	3,2	3,2%
Borracha	2,4	2,4%
Combustíveis	2,3	2,3%
Móveis	1,8	1,8%
Cereais	1,5	1,5%
Subtotal	76,8	76,7%
Outros	23,4	23,3%
Total	100,2	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.

10 principais grupos de produtos exportados

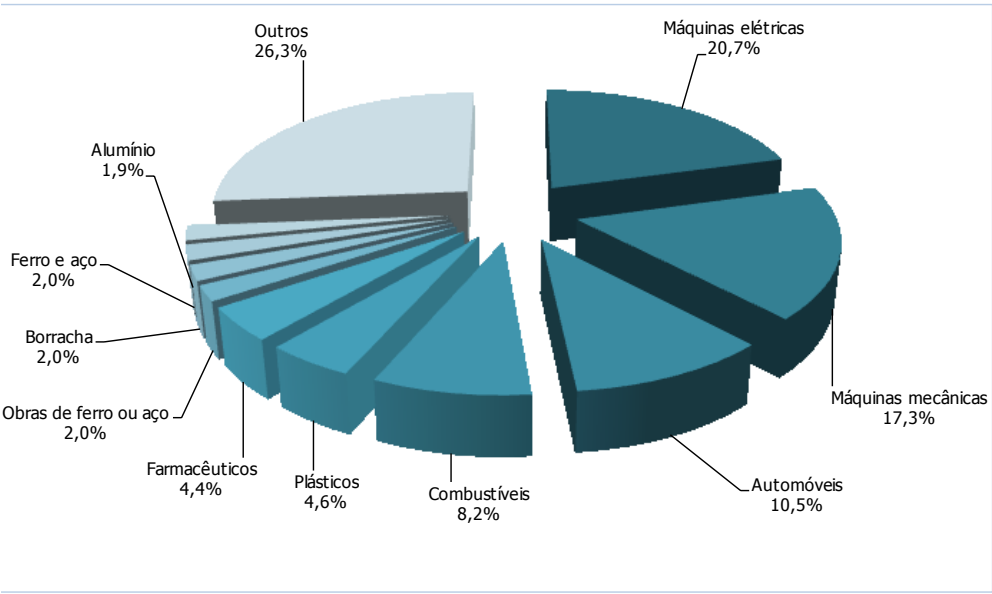


Composição das importações da Hungria
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Máquinas elétricas	18,7	20,7%
Máquinas mecânicas	15,6	17,3%
Automóveis	9,5	10,5%
Combustíveis	7,4	8,2%
Plásticos	4,2	4,6%
Farmacêuticos	4,0	4,4%
Obras de ferro ou aço	1,8	2,0%
Borracha	1,8	2,0%
Ferro e aço	1,8	2,0%
Alumínio	1,7	1,9%
Subtotal	66,6	73,7%
Outros	23,8	26,3%
Total	90,4	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2016.

10 principais grupos de produtos importados





Propostas de Emenda à Constituição

SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 51, DE 2016

Altera o art. 126 da Constituição Federal para dispor sobre Varas Especializadas.

AUTORIA: Senadora Rose de Freitas (1ª signatária), Senadora Ana Amélia, Senadora Angela Portela, Senador Armando Monteiro, Senador Ataídes Oliveira, Senador Benedito de Lira, Senador Cidinho Santos, Senador Cristovam Buarque, Senador Deca, Senador Edison Lobão, Senador Elmano Férrer, Senador Flexa Ribeiro, Senador Garibaldi Alves Filho, Senador Hélio José, Senador Ivo Cassol, Senador José Medeiros, Senador Lasier Martins, Senador Lindbergh Farias, Senador Pastor Valadares, Senador Paulo Bauer, Senador Paulo Paim, Senador Paulo Rocha, Senador Pedro Chaves, Senador Pinto Itamaraty, Senadora Regina Sousa, Senadora Simone Tebet, Senador Telmário Mota, Senador Valdir Raupp, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Wellington Fagundes

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



[Página da matéria](#)



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , de 2016

Altera o art. 126 da Constituição Federal para dispor sobre Varas Especializadas.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do §3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Esta Emenda altera a redação do artigo 126 da Constituição Federal para dispor sobre a criação de varas especializadas.

Art. 2º A Constituição passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 126. A justiça estadual de primeiro grau, atendendo ao princípio da eficiência, funcionará, sempre que possível, mediante a instituição de varas especializadas.

§1º Para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça proporá a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias e sempre que necessário à eficiente prestação jurisdicional, o juiz far-se-á presente no local do litígio.

§2º Nas cidades com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes é obrigatória a instituição de varas especializadas com competência exclusiva para dirimir lides decorrentes de conflitos de trânsito.” (NR)

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

A ideia para a propositura dessa PEC veio do PL 7.028/13 do nobre Deputado João Caldas. O PL mencionado propunha a criação de varas especializadas de trânsito de forma semelhante a que propomos no §2º do art. 126 com a redação dada pelo art. 2º dessa proposta. Porém, resolvemos acolher a sugestão na forma de uma Proposta de Emenda à Constituição com algumas outras alterações que supomos serem aprimoramentos.

As alterações que sugerimos decorrem de diversas informações coletadas no sítio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e em outros que, em geral, recomendam a criação de varas especializadas ou a transformação de varas com competências genéricas em varas especializadas.

As varas definem os limites da jurisdição dos juízos singulares, onde o juiz singular exerce sua jurisdição. O nome vara pode ser utilizado para divisão judiciária tanto do Estado quanto para a divisão judiciária da Justiça Federal e Trabalhista. Nossa proposta, embora seja voltada para a Justiça Estadual, também servirá de norte para a organização dos demais ramos do Poder Judiciário.

Pela lei de organização judiciária, haverá uma ou mais varas judiciárias em cada comarca (divisão espacial do Estado). É da competência da lei de organização judiciária fixar a competência de cada vara. Cabe aos Tribunais de Justiça a iniciativa de projeto de lei de criação de novas varas (conforme art. 96, inciso I, alínea "d").

Enquanto nas comarcas menores, é comum haver uma única vara, que reúne variados tipos de ação, em comarcas maiores há maior divisão das varas com a finalidade de atender ao princípio da especialidade. Nos Estados é comum encontrarmos varas de infância e juventude, varas da Fazenda Pública, varas de família e sucessões, vara de entorpecentes...

É da opinião comum de membros do Poder Judiciário e de juristas em geral que a especialização de varas traz diversos benefícios.

Sobre a criação de varas da infância e juventude:

*"Trata-se, na verdade de **tornar a Justiça mais eficiente** em sua prestação, através da atuação de **magistrados com afinidades, interesses e características mais intimamente ligadas às atribuições e responsabilidades**, quando à frente de uma Vara da Infância e Juventude.*

...



SF/16173.39527-54



*A especialização do juiz é questão fundamental para o êxito da defesa dos direitos da criança e do adolescente."*¹

Sobre a criação de varas de atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar:

*"Diferente das demais, essas varas contam com apoio multidisciplinar, procurando oferecer uma assistência que vai além da questão jurídica, já que visa empoderar a mulher nos aspectos psicológico, político e social. E a comunidade jurídica se mostrou receptiva a todo instrumental que a lei trouxe."*²

*"Todas as varas precisariam ser especializadas. Até porque, com respostas mais eficazes do Estado, a tendência é que o número de ações relativas à violência cresça."*³

Também o ex-deputado pelo PCdoB do Maranhão e ex-juiz e secretário-geral na primeira gestão do CNJ, Flávio Dino, propôs a criação de varas de Fazenda Pública com competência em ações relacionadas ao direito à saúde e o CNJ se pronunciou:

*"O Conselho Nacional de Justiça decidiu (...) recomendar a criação de varas especializadas em processos relacionados ao direito à saúde. (...) reconheceu também que varas especializadas ou semiespecializadas repercutem em vantagens como o 'foco na capacitação do magistrado para a compreensão do sistema de saúde brasileiro'".*⁴

O STF também já se pronunciou sobre a vantagem de se criar varas especializadas, vejamos o que nos diz o Ministro Celso de Mello no processo de Habeas Corpus nº 88.660:

"Ainda mais se se considerar que não se criou nova vara federal, ao contrário, especializou-se vara já existente. Não houve qualquer designação casuística em função de determinado réu, mas apenas adotou-se uma medida com o objetivo de permitir-se uma prestação mais célere da própria jurisdição".⁵

¹ "Acesso à justiça, varas especializadas e proteção à infância e juventude"; Carlos Augusto de Assis e Claudia Maria Carvalho do Amaral Vieira. http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?artigo_id=8391&n_link=revista_artigos_leitura - Acesso em 10 de dezembro de 2015.

² "Número de varas especializadas cresce em nove anos de Lei Maria da Penha"; conselheira Ana Maria Amarante; <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/80101-numero-de-varas-especializadas-cresce-em-noveanos-de-lei-maria-da-penha>. Acesso em 10 de dezembro de 2015.

³ "Número de varas especializadas cresce em nove anos de Lei Maria da Penha"; Desembargadora Maria Domitila Prado Manssur; <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/80101-numero-de-varas-especializadas-cresce-em-nove-anos-de-lei-maria-da-penha>. Acesso em 10 de dezembro de 2015.

⁴ CNJ recomenda especialização de varas de saúde; Reportagem da revista Consultor Jurídico (por Rafael Baliardo). <http://www.conjur.com.br/2013-ago-06/cnj-recomenda-criacao-varas-especializadas-acessosade>. Acesso em 10 de dezembro de 2015.

⁵ "STF julga constitucional especialização de varas do Poder Judiciário"; Ministro Celso de Mello; <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=88918>. Acesso em 10 de



Também se manifestou o subprocurador-geral da República Roberto Monteiro Gurgel. Segundo ele:

*“... a criação de varas especializadas em crimes contra o sistema financeiro nacional atendeu a **imperativos de racionalização do trabalho e de melhor efetividade de atuação jurisdicional.**”⁶*

Todos os argumentos que acima colacionamos também são válidos para a criação de varas especializadas em trânsito. Hoje a violência no trânsito é um dos fatores de maior preocupação da sociedade brasileira. Algo precisa ser feito na seara dos poderes públicos para minorar os prejuízos advindos. Os prejuízos não apenas financeiros, são morais e políticos também.

Dados do Ministério da Saúde são alarmantes a ponto do ex-Ministro Alexandre Padilha falar em “.. uma verdadeira epidemia de lesões e mortes no trânsito”. Portanto, a proposta é meritória por propor soluções para mitigar os problemas decorrentes e ou até mesmo reduzir a incidência dos efeitos destes.

As varas especializadas acabam se mostrando verdadeiros microssistemas multidisciplinares, posto que podem acumular competências cíveis e criminais no que se refere ao tema de sua competência.

Por isso, entendemos que a proposta que ora submetemos a nossos pares pode ser um aprimoramento, pois:

1. Como as varas judiciárias são os típicos locais que se iniciam as lides, o melhor é que sejam órgãos especializados. Propomos então a instituição do princípio da eficiência para as varas judiciárias e sua consequente especialização:

Art. 126. A justiça estadual de primeiro grau, atendendo ao princípio da eficiência, funcionará, sempre que possível, mediante a instituição de varas especializadas.

2. Mantemos a alteração feita pela Emenda Constitucional nº 45/04 que alterou a redação do artigo 126 da Constituição Federal para sugerir a criação de varas especializadas em conflitos fundiários. Porém, procuramos manter a coerência e a sistematicidade do texto constitucional contemplando a antiga redação do caput e do parágrafo único do artigo 126 em um único dispositivo:

§1º Para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça proporrá a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias e sempre que necessário à eficiente prestação jurisdicional, o juiz far-se-á presente no local do litígio.

dezembro de 2015.

⁶ “STF julga constitucional especialização de varas do Poder Judiciário”; Subprocurador Geral da República. Roberto Monteiro Gurgel; <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=88918>. Acesso em 10 de dezembro de 2015.



SF/16173.39527-54



3. Por fim, por entendermos meritória a sugestão do Deputado João Caldas para criar varas especializadas em trânsito nas cidades com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, propomos o parágrafo segundo:

§2º Nas cidades com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes é obrigatória a instituição de varas especializadas com competência exclusiva para dirimir lides decorrentes de conflitos de trânsito.

Certo de contar com a aprovação dos nossos pares, submetemos a presente proposta.

Sala das Sessões, em de de 2016.

Senadora ROSE DE FREITAS
(PMDB – ES)



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2016. Altera o art. 126 da Constituição Federal para dispor sobre Varas Especializadas.

ASSINATURA:

NOME DO SENADOR:

1. ASSINATURA_____	NOME_____
2. ASSINATURA_____	NOME_____
3. ASSINATURA_____	NOME_____
4. ASSINATURA_____	NOME_____
5. ASSINATURA_____	NOME_____
6. ASSINATURA_____	NOME_____
7. ASSINATURA_____	NOME_____
8. ASSINATURA_____	NOME_____
9. ASSINATURA_____	NOME_____
10. ASSINATURA_____	NOME_____
11. ASSINATURA_____	NOME_____
12. ASSINATURA_____	NOME_____
13. ASSINATURA_____	NOME_____
14. ASSINATURA_____	NOME_____
15. ASSINATURA_____	NOME_____
16. ASSINATURA_____	NOME_____
17. ASSINATURA_____	NOME_____
18. ASSINATURA_____	NOME_____
19. ASSINATURA_____	NOME_____
20. ASSINATURA_____	NOME_____
21. ASSINATURA_____	NOME_____
22. ASSINATURA_____	NOME_____
23. ASSINATURA_____	NOME_____
24. ASSINATURA_____	NOME_____
25. ASSINATURA_____	NOME_____



SF/16173.39527-54



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2016. Altera o art. 126 da Constituição Federal para dispor sobre Varas Especializadas.

ASSINATURA:

NOME DO SENADOR:

26. ASSINATURA_____	NOME_____
27. ASSINATURA_____	NOME_____
28. ASSINATURA_____	NOME_____
29. ASSINATURA_____	NOME_____
30. ASSINATURA_____	NOME_____
31. ASSINATURA_____	NOME_____
32. ASSINATURA_____	NOME_____
33. ASSINATURA_____	NOME_____
34. ASSINATURA_____	NOME_____
35. ASSINATURA_____	NOME_____
36. ASSINATURA_____	NOME_____
37. ASSINATURA_____	NOME_____
38. ASSINATURA_____	NOME_____
39. ASSINATURA_____	NOME_____
40. ASSINATURA_____	NOME_____



SF/16173.39527-54





LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- parágrafo 3º do artigo 60

- artigo 126

- Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004 - 45/04

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2004-12-08;45>





SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 52, DE 2016

Altera o art. 22, parágrafo único, da Constituição Federal, para incluir expressa referência ao Distrito Federal.

AUTORIA: Senadora Rose de Freitas (1ª signatária), Senador Aloysio Nunes Ferreira, Senadora Ana Amélia, Senadora Angela Portela, Senador Armando Monteiro, Senador Ataídes Oliveira, Senador Cidinho Santos, Senador Cristovam Buarque, Senador Deca, Senador Eduardo Amorim, Senador Elmano Férrer, Senador Flexa Ribeiro, Senador Garibaldi Alves Filho, Senador Hélio José, Senador Ivo Cassol, Senador João Capiberibe, Senador Jorge Viana, Senador José Medeiros, Senador Lasier Martins, Senadora Lúcia Vânia, Senador Magno Malta, Senador Pastor Valadares, Senador Paulo Bauer, Senador Paulo Rocha, Senador Pedro Chaves, Senador Randolfe Rodrigues, Senadora Regina Sousa, Senador Ronaldo Caiado, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Virginio de Carvalho, Senador Waldemir Moka, Senador Wellington Fagundes

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



[Página da matéria](#)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2016

Altera o art. 22, parágrafo único, da Constituição Federal, para incluir expressa referência ao Distrito Federal.



As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O parágrafo único do art. 22 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22

.....

Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados e o Distrito Federal a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Assembleia Nacional Constituinte de 1988 incorreu, em alguns pontos do texto da Carta Magna hoje em vigor, em equívocos redacionais que têm atraído a necessidade de superação por técnicas de interpretação especificamente constitucionais, erigindo, de toda forma, obstáculos desnecessários à clareza das prescrições constitucionais.

Isso ocorre no texto do parágrafo único do art. 22, que elenca matérias da competência legislativa privativa da União e que autoriza a esta, pela sua conveniência, delegar competência legislativa a “Estados”, para que, por legislação própria, tratem exclusivamente de questões específicas daqueles temas, em ordem a respeitar-se as peculiaridades regionais no regramento por lei nacional.



A omissão da referência ao Distrito Federal, entidade que partilha expressiva fatia da competência legislativa estadual, por conta do critério cumulativo, pode e deve ser suprimida por intervenção do poder reformador, de forma a deixar livre de dúvida a possibilidade de delegação da citada competência legislativa também a essa entidade federativa.

Nesses termos, damos esta proposição à decisão do Congresso Nacional.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº _____, DE 2016. Altera o art. 22, parágrafo único, da Constituição Federal, para incluir expressa referência ao Distrito Federal.

1. ASSINATURA _____ NOME _____
2. ASSINATURA _____ NOME _____
3. ASSINATURA _____ NOME _____
4. ASSINATURA _____ NOME _____
5. ASSINATURA _____ NOME _____
6. ASSINATURA _____ NOME _____
7. ASSINATURA _____ NOME _____
8. ASSINATURA _____ NOME _____
9. ASSINATURA _____ NOME _____
10. ASSINATURA _____ NOME _____
11. ASSINATURA _____ NOME _____
12. ASSINATURA _____ NOME _____
13. ASSINATURA _____ NOME _____
14. ASSINATURA _____ NOME _____
15. ASSINATURA _____ NOME _____
16. ASSINATURA _____ NOME _____
17. ASSINATURA _____ NOME _____
18. ASSINATURA _____ NOME _____
19. ASSINATURA _____ NOME _____
20. ASSINATURA _____ NOME _____
21. ASSINATURA _____ NOME _____
22. ASSINATURA _____ NOME _____
23. ASSINATURA _____ NOME _____
24. ASSINATURA _____ NOME _____



SF/16342.68357-64



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº _____, DE 2016. Altera o art. 22, parágrafo único, da Constituição Federal, para incluir expressa referência ao Distrito Federal.

25. ASSINATURA _____ NOME _____

26. ASSINATURA _____ NOME _____

27. ASSINATURA _____ NOME _____

28. ASSINATURA _____ NOME _____

29. ASSINATURA _____ NOME _____

30. ASSINATURA _____ NOME _____

31. ASSINATURA _____ NOME _____

32. ASSINATURA _____ NOME _____

33. ASSINATURA _____ NOME _____

34. ASSINATURA _____ NOME _____

35. ASSINATURA _____ NOME _____

36. ASSINATURA _____ NOME _____

37. ASSINATURA _____ NOME _____

38. ASSINATURA _____ NOME _____

39. ASSINATURA _____ NOME _____

40. ASSINATURA _____ NOME _____

41. ASSINATURA _____ NOME _____

42. ASSINATURA _____ NOME _____

43. ASSINATURA _____ NOME _____

44. ASSINATURA _____ NOME _____

45. ASSINATURA _____ NOME _____

46. ASSINATURA _____ NOME _____

47. ASSINATURA _____ NOME _____

48. ASSINATURA _____ NOME _____



SF/16342.68357-64



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº _____, DE 2016. Altera o art. 22, parágrafo único, da Constituição Federal, para incluir expressa referência ao Distrito Federal.

49. ASSINATURA _____ NOME _____

50. ASSINATURA _____ NOME _____

51. ASSINATURA _____ NOME _____

52. ASSINATURA _____ NOME _____

53. ASSINATURA _____ NOME _____

54. ASSINATURA _____ NOME _____

55. ASSINATURA _____ NOME _____

56. ASSINATURA _____ NOME _____

57. ASSINATURA _____ NOME _____

58. ASSINATURA _____ NOME _____

59. ASSINATURA _____ NOME _____

60. ASSINATURA _____ NOME _____

61. ASSINATURA _____ NOME _____

62. ASSINATURA _____ NOME _____

63. ASSINATURA _____ NOME _____

64. ASSINATURA _____ NOME _____

65. ASSINATURA _____ NOME _____

66. ASSINATURA _____ NOME _____

67. ASSINATURA _____ NOME _____

68. ASSINATURA _____ NOME _____

69. ASSINATURA _____ NOME _____

70. ASSINATURA _____ NOME _____

71. ASSINATURA _____ NOME _____

72. ASSINATURA _____ NOME _____



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº _____, DE 2016. Altera o art. 22, parágrafo único, da Constituição Federal, para incluir expressa referência ao Distrito Federal.

73. ASSINATURA _____ NOME _____

74. ASSINATURA _____ NOME _____

75. ASSINATURA _____ NOME _____

76. ASSINATURA _____ NOME _____

77. ASSINATURA _____ NOME _____

78. ASSINATURA _____ NOME _____

79. ASSINATURA _____ NOME _____

80. ASSINATURA _____ NOME _____

81. ASSINATURA _____ NOME _____



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- parágrafo 1º do artigo 22

- parágrafo 3º do artigo 60





SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 53, DE 2016

Altera os arts. 9º e 37 da Constituição Federal para estabelecer a educação como serviço essencial.

AUTORIA: Senadora Rose de Freitas (1ª signatária), Senadora Ana Amélia, Senadora Angela Portela, Senador Antonio Carlos Valadares, Senador Armando Monteiro, Senador Ataídes Oliveira, Senador Benedito de Lira, Senador Cidinho Santos, Senador Cristovam Buarque, Senador Deca, Senador Edison Lobão, Senador Eduardo Amorim, Senador Elmano Férrer, Senador Flexa Ribeiro, Senador Garibaldi Alves Filho, Senador Gladson Cameli, Senador Hélio José, Senador Ivo Cassol, Senador José Agripino, Senador José Medeiros, Senador Lasier Martins, Senador Lindbergh Farias, Senadora Lúcia Vânia, Senador Pastor Valadares, Senador Paulo Bauer, Senador Pinto Itamaraty, Senadora Simone Tebet, Senador Telmário Mota, Senador Valdir Raupp

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

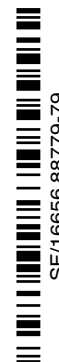


[Página da matéria](#)



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº DE 2016

Altera os arts. 9º e 37 da Constituição Federal para estabelecer a educação como serviço essencial.



As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os arts. 9º e 37 da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes redações:

“**Art. 9º**

§ 3º A educação será considerada serviço essencial e deverá ser atendida nos termos da lei de que trata o § 1º deste artigo.” (NR)

“**Art. 37.**

§ 13. A educação será considerada serviço essencial para fins do exercício do direito de greve de que trata o inciso VII deste artigo.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Nos termos do art. 205 da Constituição Federal (CF), *a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno*



desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Observa-se, pois, que por ser indispensável para o desenvolvimento social, profissional e humano, a educação é tratada na CF como direito de todos. Assim, sob pena de inviabilizar, ademais, o próprio progresso da nação, é importante que a educação não fique à mercê de interrupções.

O direito de greve, garantido na Constituição no art. 9º e no inciso VII do art. 37, é regulado pela Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989 (no caso dos servidores públicos civis, até que sobrevenha norma integrativa específica, nos termos do acórdão do STF prolatado no Mandado de Injunção nº 712/PA). Tal diploma legal não elencou a educação como um dos serviços ou atividades essenciais, com relação aos quais o direito de greve fica mitigado, para que se preserve os serviços cuja paralização resulte em prejuízo irreparável à sociedade.

A presente Proposta de Emenda à Constituição (PEC) busca justamente garantir que o direito de greve não seja exercido em detrimento dos interesses sociais da educação, já que as constantes e prolongadas greves prejudicam a formação dos estudantes e dificultam o desenvolvimento do País. A educação reflete diretamente no desenvolvimento de nosso povo e, portanto, deve receber o tratamento de serviço de essencialidade extrema.

Feitos esses apontamentos, e considerando a relevância social e educacional desta proposição, contamos com o apoio dos nobres Pares para o seu debate, aperfeiçoamento e aprovação.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
 - artigo 9º
 - artigo 37
 - parágrafo 3º do artigo 60
 - artigo 205
- Lei nº 7.783, de 28 de Junho de 1989 - 7783/89
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1989;7783>





SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 54, DE 2016

Modifica o art. 54 da Constituição Federal, para vedar aos Deputados e Senadores permanecer mais de noventa dias sem filiação partidária, sob pena de perda do mandato.

AUTORIA: Senadora Rose de Freitas (1ª signatária), Senador Aloysio Nunes Ferreira, Senadora Ana Amélia, Senadora Angela Portela, Senador Armando Monteiro, Senador Cidinho Santos, Senador Eduardo Amorim, Senador Elmano Férrer, Senador Flexa Ribeiro, Senador Garibaldi Alves Filho, Senador Hélio José, Senador Ivo Cassol, Senador João Capiberibe, Senador Jorge Viana, Senador José Medeiros, Senadora Lúcia Vânia, Senador Magno Malta, Senador Pastor Valadares, Senador Paulo Bauer, Senador Paulo Rocha, Senador Pedro Chaves, Senador Randolfe Rodrigues, Senadora Regina Sousa, Senador Ronaldo Caiado, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Virginio de Carvalho, Senador Waldemir Moka, Senador Wellington Fagundes

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



[Página da matéria](#)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2016

Modifica o art. 54 da Constituição Federal, para vedar aos Deputados e Senadores permanecer mais de noventa dias sem filiação partidária, sob pena de perda do mandato.



As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 54 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 54.**

.....

II -

.....

e) permanecer mais de noventa dias sem filiação partidária.”

(NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação, observado o disposto no art. 3º.

Art. 3º Ao Deputado ou Senador que na data da publicação desta Emenda Constitucional estiver sem filiação partidária será assegurado o prazo de noventa dias para se filiar a partido político.



JUSTIFICAÇÃO

A proposta de emenda à Constituição que ora submetemos à análise do Senado Federal pretende estabelecer que é vedado aos Deputados e Senadores permanecer mais de noventa dias sem filiação partidária, sob pena de perda do mandato.

Com efeito, o art. 54 da Constituição Federal arrola as situações de fato em que não podem incorrer os Senadores e Deputados, sob pena de perda de mandato, conforme estatui o art. 55, I.

E ocorre que, conforme entendemos, à luz da Constituição Federal não é lícito aos Deputados e Senadores permanecerem indefinidamente sem filiação partidária.

Deveras, o art. 14, § 3º, V, da Lei Maior, consigna que a filiação partidária é condição obrigatória e necessária para que o cidadão brasileiro possa concorrer e ser eleito.

Portanto, nos termos da Constituição Federal, não há em nosso País a chamada “candidatura avulsa”, por meio da qual o cidadão pleiteia ser eleito sem estar filiado a partido político.

Desse modo, o exercício do cargo eletivo requer a filiação partidária para estar em conformidade com o nosso sistema constitucional. Esse é o sentido da regra que exige que na formação das Mesas e das Comissões seja assegurada a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que participam da respectiva Casa, conforme requer o art. 58, § 1º, da Constituição Federal.

Sendo assim, permitir que o parlamentar fique indefinidamente sem filiação partidária é fraudar a Constituição Federal, que se não admite a candidatura avulsa, também não permite o “Senador avulso” ou o “Deputado avulso”.

E noventa dias, vale dizer, três meses, para que o parlamentar que se desfiliou do seu partido originário possa refletir, consultar seus eleitores e fazer a sua opção por outro partido, de acordo com seu ideário e pensamento, é um prazo bastante razoável.

Por outro lado, em observância ao princípio da segurança jurídica, consagrado em nossa Constituição (v.g. art. 5º) e que tem entre seus

SF/16523.25939-31



corolários a rejeição a mudanças institucionais abruptas, estamos adotando regra de transição, que estabelece que aos parlamentares que na data da publicação da Emenda Constitucional, que pretendemos seja adotada, estiverem sem filiação partidária será assegurado o prazo de noventa dias para se filiar a partido político.

Por fim, devemos também recordar que as vedações constitucionais aplicáveis aos parlamentares federais alcançam os Deputados Estaduais (art. 27, § 1º), Distritais (art. 32, § 3º) e os Vereadores (art. 29, IX). Por isso, com a mudança constitucional ora proposta esses parlamentares igualmente não poderão permanecer sem filiação partidária por mais de noventa dias.

Em face do exposto, estamos solicitando o necessário apoio das Senhoras e Senhores Senadores para a aprovação da presente proposta de emenda à Constituição.

Sala das Sessões,

Senadora **ROSE DE FREITAS**



SF/16523.25939-31



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2016. Modifica o art. 54 da Constituição Federal, para vedar aos Deputados e Senadores permanecer mais de noventa dias sem filiação partidária, sob pena de perda do mandato.

1. ASSINATURA_____ NOME_____
2. ASSINATURA_____ NOME_____
3. ASSINATURA_____ NOME_____
4. ASSINATURA_____ NOME_____
5. ASSINATURA_____ NOME_____
6. ASSINATURA_____ NOME_____
7. ASSINATURA_____ NOME_____
8. ASSINATURA_____ NOME_____
9. ASSINATURA_____ NOME_____
10. ASSINATURA_____ NOME_____
11. ASSINATURA_____ NOME_____
12. ASSINATURA_____ NOME_____
13. ASSINATURA_____ NOME_____
14. ASSINATURA_____ NOME_____
15. ASSINATURA_____ NOME_____
16. ASSINATURA_____ NOME_____
17. ASSINATURA_____ NOME_____
18. ASSINATURA_____ NOME_____
19. ASSINATURA_____ NOME_____
20. ASSINATURA_____ NOME_____
21. ASSINATURA_____ NOME_____
22. ASSINATURA_____ NOME_____



SF/16523.25939-31



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2016. Modifica o art. 54 da Constituição Federal, para vedar aos Deputados e Senadores permanecer mais de noventa dias sem filiação partidária, sob pena de perda do mandato.

23. ASSINATURA_____ NOME_____

24. ASSINATURA_____ NOME_____

25. ASSINATURA_____ NOME_____

26. ASSINATURA_____ NOME_____

27. ASSINATURA_____ NOME_____

28. ASSINATURA_____ NOME_____

29. ASSINATURA_____ NOME_____

30. ASSINATURA_____ NOME_____

31. ASSINATURA_____ NOME_____

32. ASSINATURA_____ NOME_____

33. ASSINATURA_____ NOME_____

34. ASSINATURA_____ NOME_____

35. ASSINATURA_____ NOME_____

36. ASSINATURA_____ NOME_____

37. ASSINATURA_____ NOME_____

38. ASSINATURA_____ NOME_____

39. ASSINATURA_____ NOME_____

40. ASSINATURA_____ NOME_____

41. ASSINATURA_____ NOME_____

42. ASSINATURA_____ NOME_____

43. ASSINATURA_____ NOME_____

44. ASSINATURA_____ NOME_____



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2016. Modifica o art. 54 da Constituição Federal, para vedar aos Deputados e Senadores permanecer mais de noventa dias sem filiação partidária, sob pena de perda do mandato.

45. ASSINATURA _____ NOME _____

46. ASSINATURA _____ NOME _____

47. ASSINATURA _____ NOME _____

48. ASSINATURA _____ NOME _____

49. ASSINATURA _____ NOME _____

50. ASSINATURA _____ NOME _____

51. ASSINATURA _____ NOME _____

52. ASSINATURA _____ NOME _____

53. ASSINATURA _____ NOME _____

54. ASSINATURA _____ NOME _____

55. ASSINATURA _____ NOME _____

56. ASSINATURA _____ NOME _____

57. ASSINATURA _____ NOME _____

58. ASSINATURA _____ NOME _____

59. ASSINATURA _____ NOME _____

60. ASSINATURA _____ NOME _____

61. ASSINATURA _____ NOME _____

62. ASSINATURA _____ NOME _____

63. ASSINATURA _____ NOME _____

64. ASSINATURA _____ NOME _____

65. ASSINATURA _____ NOME _____

66. ASSINATURA _____ NOME _____



SF/16523.25939-31



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2016. Modifica o art. 54 da Constituição Federal, para vedar aos Deputados e Senadores permanecer mais de noventa dias sem filiação partidária, sob pena de perda do mandato.

67. ASSINATURA _____ NOME _____

68. ASSINATURA _____ NOME _____

69. ASSINATURA _____ NOME _____

70. ASSINATURA _____ NOME _____

71. ASSINATURA _____ NOME _____

72. ASSINATURA _____ NOME _____

73. ASSINATURA _____ NOME _____

74. ASSINATURA _____ NOME _____

75. ASSINATURA _____ NOME _____

76. ASSINATURA _____ NOME _____

77. ASSINATURA _____ NOME _____

78. ASSINATURA _____ NOME _____

79. ASSINATURA _____ NOME _____

80. ASSINATURA _____ NOME _____

81. ASSINATURA _____ NOME _____



SF/16523.25939-31



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- artigo 54

- parágrafo 1º do artigo 58

- parágrafo 3º do artigo 60



Requerimentos

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 783, DE 2016

Requer a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2016, de sua autoria.

AUTORIA: Senador Randolfe Rodrigues

DESPACHO: Defira-se



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

REQUERIMENTO Nº , DE 2016



Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2016, que “*institui o dia 27 de outubro como o Dia Nacional de Proteção das Espécies em Extinção*”, de minha autoria.

Sala das Sessões,

Senador RANDOLFE RODRIGUES
REDE-AP





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 784, DE 2016

Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar à família do atleta e político carioca Carlos Alberto Torres, em razão do seu falecimento ocorrido nesta data.

AUTORIA: Senador Marcelo Crivella

DESPACHO: Encaminhe-se



[Página da matéria](#)



**REQUERIMENTO Nº , DE 2016 – PLEN**

Requeiro, nos termos do **arts. 218 e 221** do Regimento Interno do Senado Federal (**RISF**), a inserção em ata de voto de pesar à família do grande atleta e político carioca **CARLOS ALBERTO TORRES**, em razão do seu falecimento ocorrido na data de hoje, vítima de infarto fulminante.

Sala das Sessões, 25 de outubro de 2016

Senador MARCELO CRIVELLA
Líder do Partido Republicano Brasileiro



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSDB - Pinto Itamaraty** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Aníbal** (S)

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PTB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Deca* (S)
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-PSC - Virgínio de Carvalho** (S)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Pastor Valadares** (S)

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 19

Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eduardo Braga.	AM
Eunício Oliveira.	CE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Hélio José.	DF
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Kátia Abreu.	TO
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS

Bloco Social Democrata - 16

PSDB-12 / DEM-3 / PV-1

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PV / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Deca.	PSDB / PB
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Aníbal.	PSDB / SP
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Pinto Itamaraty.	PSDB / MA
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 13

PT-10 / PDT-3

Angela Portela.	PT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Pastor Valadares.	PDT / RO
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Telmário Mota.	PDT / RR

Bloco Moderador - 12

PTB-3 / PR-4 / PSC-3 / PRB-1

PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Pedro Chaves.	PSC / MS
Vicentinho Alves.	PR / TO
Virginio de Carvalho.	PSC / SE
Wellington Fagundes.	PR / MT
Zeze Perrella.	PTB / MG

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11

PP-7 / PSD-4

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
José Medeiros.	PSD / MT
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Moraes.	PP / GO

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9

PSB-6 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

PMDB.	19
Bloco Social Democrata.	16
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	13
Bloco Moderador.	12
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	9
S/Partido.	1
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
 Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)
 Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)
 Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
 Angela Portela* (Bloco-PT-RR)
 Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
 Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
 Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)
 Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
 Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
 Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)
 Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
 Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)
 Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
 Dário Berger** (PMDB-SC)
 Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
 Deca* (Bloco-PSDB-PB)
 Edison Lobão* (PMDB-MA)
 Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)
 Eduardo Braga* (PMDB-AM)
 Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)
 Eunício Oliveira* (PMDB-CE)
 Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
 Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)
 Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)
 Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)
 Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)

Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
 Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
 Hélio José* (PMDB-DF)
 Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
 Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
 Jader Barbalho* (PMDB-PA)
 João Alberto Souza* (PMDB-MA)
 João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
 Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
 José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
 José Aníbal** (Bloco-PSDB-SP)
 José Maranhão** (PMDB-PB)
 José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)
 José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
 Kátia Abreu** (PMDB-TO)
 Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)
 Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
 Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
 Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
 Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
 Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)
 Marta Suplicy* (PMDB-SP)
 Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
 Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
 Pastor Valadares** (Bloco-PDT-RO)
 Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)
 Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)

Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
 Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
 Pinto Itamaraty** (Bloco-PSDB-MA)
 Raimundo Lira* (PMDB-PB)
 Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
 Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
 Reguffe** (S/Partido-DF)
 Renan Calheiros* (PMDB-AL)
 Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
 Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
 Roberto Requião* (PMDB-PR)
 Romário** (Bloco-PSB-RJ)
 Romero Jucá* (PMDB-RR)
 Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
 Rose de Freitas** (PMDB-ES)
 Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
 Simone Tebet** (PMDB-MS)
 Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
 Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
 Valdir Raupp* (PMDB-RO)
 Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
 Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
 Virginio de Carvalho** (Bloco-PSC-SE)
 Waldemir Moka* (PMDB-MS)
 Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
 Wilder Morais* (Bloco-PP-GO)
 Zeze Perrella* (Bloco-PTB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PTB-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º - VAGO



COMPOSIÇÃO
LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 13</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (20,25,59,62,90,102)</p> <p>Vice-Líderes Lindbergh Farias (34,66,69,101) Telmário Mota (4,30,41,50,68,94) Gleisi Hoffmann (67,72,75,95) Regina Sousa (40)</p> <p>Líder do PT - 10 Humberto Costa (20,25,59,62,90,102)</p> <p>Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (34,66,69,101) Gleisi Hoffmann (67,72,75,95)</p> <p>Líder do PDT - 3 Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,30,41,50,68,94)</p>	<p>Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV) - 16</p> <p>Líder José Agripino - DEM (37,61)</p> <p>Vice-Líderes Ricardo Ferraço (89,97) Davi Alcolumbre (85,98) Ataídes Oliveira (86)</p> <p>Líder do PSDB - 12 Paulo Bauer (22)</p> <p>Vice-Líder do PSDB José Aníbal (93)</p> <p>Líder do DEM - 3 Ronaldo Caiado (9)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (37,61)</p> <p>Líder do PV - 1 Alvaro Dias (19,76)</p>	<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 9</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - REDE (24,28,103)</p> <p>Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (60,83) Vanessa Grazziotin (21,23)</p> <p>Líder do PSB - 6 Antonio Carlos Valadares (60,83)</p> <p>Vice-Líderes do PSB Fernando Bezerra Coelho (64,100) Roberto Rocha (43,63)</p> <p>Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (74,106,107)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,23)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (24,28,103)</p>
<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11</p> <p>Líder Omar Aziz - PSD (11,52)</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira (14,16,39,51,55) Otto Alencar (58)</p> <p>Líder do PP - 7 Benedito de Lira (14,16,39,51,55)</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (11,52)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (17)</p>	<p>Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 12</p> <p>Líder Fernando Collor - PTC (5,6,77,81)</p> <p>Vice-Líderes Wellington Fagundes (48,53,80) Elmano Férrer (78,82) Eduardo Amorim (79)</p> <p>Líder do PTB - 3 Elmano Férrer (78,82)</p> <p>Vice-Líder do PTB Zeze Perrella (84)</p> <p>Líder do PR - 4 Wellington Fagundes (48,53,80)</p> <p>Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (54)</p> <p>Líder do PSC - 3 Eduardo Amorim (79)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,8,105)</p> <p>Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,77,81)</p>	<p>PMDB - 19</p> <p>Líder Eunício Oliveira - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Waldemir Moka (88) Rose de Freitas (87)</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Aloysio Nunes Ferreira - PSDB (38,91)</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (64,100) José Medeiros (10,18,27,99) Davi Alcolumbre (85,98) Hélio José (49,57,96) Ricardo Ferraço (89,97)</p>	<p>Minoria</p> <p>Líder Lindbergh Farias - PT (34,66,69,101)</p>	



Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
10. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
11. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
12. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
17. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
18. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
19. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
20. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
23. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
24. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
27. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015-GSRROD).
29. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
33. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
34. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
36. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
37. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
38. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
39. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
40. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
41. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
44. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
45. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
46. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
47. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
48. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
49. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
51. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
52. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
53. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
54. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABLIDPR).
55. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
56. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
57. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
58. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
59. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).



60. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
61. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
62. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
63. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
64. Em 01.03.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado vice-líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
65. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
66. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
67. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
68. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
69. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
70. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
71. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
72. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
73. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
74. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
75. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
76. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
77. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
78. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB).
79. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
80. Em 06.04.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
81. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
82. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
83. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
84. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
85. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
86. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
87. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
88. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
89. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
90. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST).
91. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
92. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
93. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
94. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice - liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
95. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice -liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
96. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
97. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
98. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
99. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
100. Em 14.06.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 17/2016-GLDGOV).
101. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
102. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
103. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
104. O senador Cássio Cunha Lima está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 08/09/2016 a 04/01/2017.
105. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
106. O senador Cristovam Buarque está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 25/10/2016 a 18/11/2016.
107. O senador Cristovam Buarque está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 25/10/2016 a 18/11/2016.



COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PDT-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PMDB-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁾

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 13/07/2016 a 31/10/2016 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 01/11/2016 a 16/11/2016 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 17/11/2016 a 23/11/2016 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 24/11/2016 a 30/11/2016 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

** Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes - Maximiliano Godoy (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS



5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS



7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽⁵⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(2,4)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁾	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

** Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

*** Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

**** Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

***** Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

3. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

4. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)

5. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br



8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS



9) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS



10) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. ⁽⁶⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	2. Senador José Pimentel (PT-CE)
Maioria (PMDB) ⁽³⁾	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1.
	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁴⁾	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) ⁽⁵⁾	
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)

Notas:

1. Em 05.10.2016, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Acir Gurgacz e José Pimentel, suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 93/2016-GLBPRD).
2. Em 05.10.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata (Of. 66/2016-GLPSDB).
3. Em 05.10.2016, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo PMDB (Of. 159/2016-GLPMDB).
4. Em 05.10.2016, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 52/2016-BLOMOD).
5. Em 05.10.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador José Medeiros, suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 30/2016-BLDPRO).
6. Vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz, indicado pelo Of. 93/2016-GLBPRD, estar de licença, nos termos dos Requerimentos nºs 649 e 651/2016.



11) COMISSÃO PARA DISCUSSÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PARLAMENTARISMO

Finalidade: Comissão Especial, composta por 14 membros titulares e igual número de suplentes, para formular proposta de adoção de sistema de governo de matriz parlamentarista.

Requerimento nº 131, de 2016

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 30/09/2016

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figueiredo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.
*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.
*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio Cesar Vieira Rocha

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho ⁽¹⁾

RELATOR: Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015

Prazo final: 06/06/2016

Prazo final prorrogado: 16/12/2016

MEMBROS

Caio Cesar Vieira Rocha
Wladimir Vinycius de Moraes Camargos
Marcos Motta ⁽²⁾
Álvaro Melo Filho
Ana Paula Terra
Carlos Eugênio Lopes
Flávio Diz Zveiter
Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira
Luiz Felipe Santoro
Pedro Trengrouse
Roberto de Acioli Roma
Marcos Santos Parente Filho
Mizael Conrado de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.

***. Em 07.06.2016, foi lido o Ato do Presidente nº 12, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias.

1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)

2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substitui o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): (61) 3303-3514



14) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a debater e propor soluções para promover o desenvolvimento nacional.

Ato do Presidente nº 14, de 2016

Número de membros: 22 titulares e 22 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(11,18)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ^(2,17)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽³⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	4. Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(4,8)
Maioria (PMDB)	
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽⁷⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3.
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁵⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	3.
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁶⁾	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽¹⁵⁾
Senador Cidinho Santos (PR-MT)	2.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(12,13)	3.
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽¹⁴⁾	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁰⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽¹⁰⁾
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁰⁾

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 14, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Acir Gurgacz, Armando Monteiro, Cidinho Santos, Paulo Rocha, Dalirio Beber, Eduardo Lopes, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Gleisi Hoffmann, Kátia Abreu, Lindbergh Farias, Otto Alencar, Paulo Bauer, Pedro Chaves, Roberto Muniz, Roberto Rocha, Simone Tebet, Tasso Jereissati, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Wilder Moraes, indicando também o Senador Otto Alencar para ocupar o cargo de Presidente do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 18, de 05 de julho de 2016, designa o Senador Eduardo Braga como membro da Comissão.

***. Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memorando nº 1/2016-CEDN).

1. Em 05.07.2016, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 79/2016-GLBPRD).

2. Em 05.07.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

3. Em 05.07.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

4. Em 05.07.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



5. Em 06.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 45/2016-GLPSDB).
6. Em 06.07.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 45/2016-GLPSDB).
7. Em 08.07.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 136/2016-GLPMDB).
8. Em 14.07.2016, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 92/2016-GLBPRD).
9. Em 22.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 52/2016-GLBSD).
10. Em 01.09.2016, os Senadores Ciro Nogueira, Gladson Cameli e Sérgio Petecão foram designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 31/2016-BLDPRO).
11. Em 08.09.2016, o Senador Acir Gurgacz licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos n°s 649 a 651/2016.
12. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
13. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 58/2016-BLOMOD).
14. Em 05.10.2016, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Pedro Chaves (Of. 60/2016-BLOMOD).
15. Em 05.10.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 61/2016-BLOMOD).
16. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos n°s 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.
17. Em 19.10.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Telmário Mota. (Of. 108/2016-GLPRD).
18. Em 19.10.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 108/2016-GLPRD).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

E-mail: coceti@senado.leg.br



15) COMISSÃO DA CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E REGULAMENTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

Finalidade: Destinada a consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição Federal

Ato do Presidente nº 16, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

RELATOR:

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (5)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) (1)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 16, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ana Amélia, Antônio Anastasia, Jorge Viana, Randolfe Rodrigues, Romero Jucá e Simone Tebet, e indicando também o Senador Romero Jucá para ocupar o cargo de Presidente do Colegiado.

** Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memo nº 1/2016-CECR)

1. Em 05.07.2016, o Presidente do Senado Federal designa o Senador Fernando Collor para compor a comissão (ATS nº 17/2016).

2. Em 05.07.2016, o Presidente do Senado Federal designa o Senador Paulo Rocha para compor a comissão (ATS nº 17/2016).

3. Em 06.07.2016, o Senador José Pimentel foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Jorge Viana, que passa a suplente (Of. 86/2016-GLBPRD)

4. Em 06.07.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 86/2016-GLBPRD)

5. Em 07.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 46/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br



16) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do pacto federativo
Ato do Presidente nº 15, de 2016

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

RELATOR: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (2)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (2)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (3)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	2.
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4)
Senador José Aníbal (PSDB-SP)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1.
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1.
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 15, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, Garibaldi Alves Filho, José Aníbal, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Omar Aziz, Paulo Paim, Pedro Chaves, Ronaldo Caiado, Valdir Raupp e Waldemir Moka, indicando também os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Antonio Anastasia, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator-Geral do Colegiado.

**. Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memorando nº 1/2016-CEAPF).

1. Em 06.07.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 85/2016-GLBPRD).

2. Em 06.07.2016, os Senadores Telmário Mota e Gleisi Hoffmann foram designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 85/2016-GLBPRD).

3. Em 08.07.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 136/2016-GLPMDB).

4. Em 13.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 49/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Leandro Bueno e Donaldo Portela (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3508

E-mail: coceti@senado.leg.br



17) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 31/12/2016

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Helena Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

** O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

*** O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

**** O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

***** O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

***** O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽¹⁰⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽¹⁾	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
VAGO ⁽⁶⁾	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(4,9)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽³⁾	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁵⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(7,8)

Notas:

*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

**. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB).

***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

5. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

6. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

7. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
9. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
10. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)



2)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽²²⁾	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽¹³⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(2,13)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(9,11,20)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,15,19,21)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(16,17)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(12,18)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	1. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ^(4,23)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁴⁾	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

****. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

*****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membro titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

*****. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

*****. Em 05.07.2016, foi lido o Requerimento nº 517, de 2016, que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).
8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 08.03.2016, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. nº 015/2016-GLDBAG).
14. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
15. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
16. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
17. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 87/2016-GLPMDB).
18. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
19. Em 08.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cedeu vaga de titular ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia na comissão (Of. 43/2016-GLDBAG).
20. Em 08.06.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 44/2016-GLDBAG).
21. Em 14.06.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 35/2016-BLSDEM).
22. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
23. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501

E-mail: coceti@senado.leg.br



3)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Marina/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(1,3)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²⁾	
	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.

Notas:

1. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
2. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
3. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
4. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,23,26)

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,55)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(25,36,46)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(10,16,24,27)
Senador Jorge Viana (PT-AC) ^(49,53)	4. Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(46,52,54)
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(24,62)	5. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. VAGO ⁽⁵³⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁹⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(40,48)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. VAGO ⁽⁵⁸⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ^(32,44)	4. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(7,31)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹³⁾
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ^(12,37)	8. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,14,21,50)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(38,43)
VAGO ^(17,28,34,45,59)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PV-PR) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,18,20,28)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁶³⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁰⁾	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(33,35)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁴¹⁾
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(47,51,60,61)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(56,57)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(4,39,42)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).



***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).

18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 109/2015-GLDEM).

19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).

20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).

21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. 005/2016-GLBSD).

23. Em 01.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixou de ocupar a Presidência da Comissão (Ofício SDA nº 003/2016).

24. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. nº 013/2016-GLDBAG).

25. Em 01.03.2016, o Senador Donizetti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 2/2016-GLDBAG).

26. Em 07.03.2016, a Comissão reunida elegeu a Senadora Gleisi Hoffmann Presidenta deste colegiado (Of. nº 12/2016-CAE).

27. Em 22.03.2016, a Senadora Regina Sousa foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 22/2016-GLDBAG).

28. Em 22.03.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 15/2016-GLDEM).

29. Em 06.04.2016, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 16/2016-BLSDEM).

30. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

31. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 053/2016-GLPMDB).

32. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

33. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

34. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).

35. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).

36. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



37. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 068/2016-GLPMDB).
38. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
39. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
40. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
41. Em 17.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Amorim (Of. 23/2016-BLOMOD).
42. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
43. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 28/2016-GLPSDB).
44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 74/2016-GLPMDB).
45. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 29/2016-GLDEM).
46. Em 01.06.2016, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, deixando de ocupar o cargo de suplente na comissão (Of. 36/2016-GLDBAG).
47. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
48. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 81/2016-GLPMDB).
49. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
50. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
51. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
52. Em 08.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente para o Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 47/2016-GLDBAG).
53. Em 09.06.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Walter Pinheiro, deixando de ocupar o cargo de suplente na comissão (Of. 48/2016-GLDBAG).
54. Em 13.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. nº 17/2016-BLDPRO).
55. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
56. Em 28.06.2016, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 42/2016-BLOMOD).
57. Em 06.07.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 43/2016-BLOMOD).
58. Em 12.07.2016, o Senador José Maranhão declinou da sua indicação como suplente do Bloco da Maioria na Comissão (Of. 137/2016-GLPMDB).
59. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
60. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
61. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).
62. Em 04.10.2016, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 102/2016-GLBPRD).
63. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO ^(4,5)	1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).
 2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).
 3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 4. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD)
 5. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
- *. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Moraes, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(7,19,34)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(4,33)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ^(11,21,37)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽³⁰⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(25,26,28)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽²⁰⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(16,31)	
VAGO ^(14,15,23,27,35)	1. Senador Deca (PSDB-PB) ^(17,36)
VAGO	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(9,18)	2. Senador Romário (PSB-RJ) ⁽⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ^(1,22)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(29,32,38,39)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 16.02.2016, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. 004/2016-GLDEM).
18. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 004/2016-GLBSD).
19. Em 24.02.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Ricardo Franco Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 032/2016-PRESIDÊNCIA/CAS).
20. Em 24.02.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 019/2016-GLPMDB).
21. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 018/2016-GLDBAG).
22. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
23. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
24. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
25. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
26. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 72/2016-GLPMDB).
27. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 30/2016-GLDEM).
28. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Of. 82/2016-GLPMDB).
29. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
30. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
31. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
32. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
33. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
34. Em 22.08.2016, a vice-presidência fica vaga em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
35. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
36. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 65/2016-GLPSDB).
37. Em 21.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 98/2016-GLBPRD).
38. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
39. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (3,51)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (47,50,53)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS) (9,28,57,58)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽⁵⁷⁾	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (25,29)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (52,55)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (33,62)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (32,36)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) (6)
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (42,44)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (6)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,15)	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) (31,37)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (13)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (7,30,48)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) (10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (1,12,17,32)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (26,27,39,45,56,63,64)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁶¹⁾	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (34,54)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (35)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (20,21,38,40)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (46,49,59,60)	2. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (18,19,41,43)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (23)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
- *****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
 2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
 5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
 6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
 7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).
 8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
 9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
 10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
 11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
 13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
 14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
 15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
 16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
 17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
 18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
 19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
 20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
 21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
 22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
 23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
 24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
 25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).
 26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
 27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
 28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).
 29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.
 30. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 31. Em 1º.03.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. 024/2016-GLPMDB).
 32. Em 1º.03.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, deixando de ocupar vaga de titular pelo Bloco da Maioria (Of. 009/2016-GLPSDB).
 33. Em 09.03.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Omar Aziz (Memo. 4/2016-GLPSD).
 34. Em 05.04.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 13/2016-BLSDEM).
 35. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
 36. Em 14.04.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 050/2016-GLPMDB).
 37. Em 04.05.2016, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 58/2016-GLPMDB).
 38. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).



39. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
40. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
41. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
42. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
43. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 75/2016-GLPMDB).
45. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 27/2016-GLDEM).
46. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
47. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
48. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
49. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
50. Em 08.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga de suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 39/2016-GLDBAG).
51. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
52. Em 29.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 127/2016-GLPMDB).
53. Em 29.06.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Memo. nº 39/2016-GLBSD).
54. Em 29.06.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Lídice da Mata (Memo. nº 39/2016-GLBSD).
55. Em 12.07.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá, que deixa de compor a Comissão (Of. 132/2016-GLPMDB).
56. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
57. Em 13.09.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 94/2016-GLBPRD).
58. Em 13.09.2016, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. nº 94/2016-GLBPRD).
59. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
60. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).
61. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.
62. Em 18.10.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 168/2016-GLPMDB).
63. Em 19.10.2016, o Partido Democratas cede a vaga de suplente ao Partido Social Democrático (Of. nº 52/2016-GLDEM).
64. Em 19.10.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Partido Social Democrático, em vaga cedida pelo Partido Democratas (Memo. nº 33/2016-GLPSD).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (2,32)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO (8)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
VAGO (21)	3. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) (4)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	4. Senador Roberto Muniz (PP-BA) (28,30,31)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) (11)	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (5)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
VAGO (18,24,27)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (9)
Senador Dário Berger (PMDB-SC) (3)	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (7)	7.
	8.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (16,29)	
VAGO (14,15,20,26,33)	1. Senador Pinto Itamaraty (PSDB-MA) (13,35)
Senador José Agripino (DEM-RN) (12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PV-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (34)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (17)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (22,23)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (19,25)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).
- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).
1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).
 2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).
 4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).
 5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).
 6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).
 7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).
 8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).
 9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).
 10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).
 11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).
 12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Moraes ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).
 13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).
 14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
 15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
 16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
 18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
 19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
 20. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
 21. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
 22. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
 23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
 24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 70/2016-GLPMDB).
 25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).
 26. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 35/2016-GLDEM).
 27. Em 27.05.2016, vago em virtude de o Senador Wirlande da Luz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Romero Jucá (Memo. s/n/2016-GSRJ).
 28. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
 29. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
 30. Em 13.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga ocupada pelo Senador Walter Pinheiro pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 51/2016-GLDBAG).
 31. Em 14.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016-BLDPRO).
 32. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
 33. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
 34. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.
 35. Em 06.10.2016, o Senador Pinto Itamaraty foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 67/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,29)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
VAGO ⁽²⁰⁾	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹³⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(7,13,15)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. VAGO ^(5,14)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾	2. VAGO ⁽²²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽¹⁷⁾	4. VAGO ^(6,18)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(24,26,27)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,12,28)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽³⁰⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁶⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(4,21,23)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(19,25)	2. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. 14/2016-GLDBAG).
14. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
15. Em 30.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 30/2016-GLDBAG).
16. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
17. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 052/2016-GLPMDB).
18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
20. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
21. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
22. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 71/2016-GLPMDB).
25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).
26. Em 27.05.2016, vago em virtude de o Senador Wirlande da Luz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Romero Jucá (Memo. s/n/2016-GSRJ).
27. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Of. 84/2016-GLPMDB).
28. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
29. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
30. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br



5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (S/Partido-DF)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ^(1,3)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

3. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO ⁽¹⁾	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO ^(5,8)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,5)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(6,7)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO ⁽⁹⁾	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).
3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).
4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).
5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).
6. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
7. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
8. Em 29.06.2016, vago em virtude de o Senador Delcídio do Amaral não exercer mais o mandato (Memo. nº 30/2016/CMA).
9. Em 29.06.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato (Memo. nº 30/2016/CMA).
- *. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).
- ** Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽³⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁶⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁵⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. VAGO

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

3. Em 31.05.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol, que deixou de compor a Subcomissão (Memo 27/2016-CMA).

4. Em 31.05.2016, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que deixou de compor a Subcomissão (Memo 27/2016-CMA).

5. Em 29.06.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia na Subcomissão (Memo 31/2016-CMA).

6. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

** Em 29.02.2016, foram reativados os trabalhos da Subcomissão (Memo. nº 1/2016-CMA)

***. Em 05.04.2016, foram designados como membros suplentes os Senadores Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força; e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016/CMA).

****. Em 17.05.2016, foram designados os Senadores Ivo Cassol, como titular, e Benedito de Lira, como suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo; José Medeiros, como suplente, pelo Bloco da Maioria; e Eduardo Amorim, como titular, pelo Bloco Moderador (Memo. 26/2016/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(4,28)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽⁸⁾	3. Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ^(3,33)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(23,32)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁴⁾	6. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽²⁰⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹²⁾	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹³⁾	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(19,26)	
VAGO ^(17,18,22,24,29)	1. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹¹⁾	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²¹⁾	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(15,25,27,30,31)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of. 64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão (Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
19. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
20. Em 16.02.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 001/2016-GLDBAG).
21. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
22. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
23. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
24. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 32/2016-GLDEM).
25. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
26. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
27. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
28. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
29. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
30. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
31. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).
32. Em 04.10.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente (Of. 103/2016-GLBPRD).
33. Em 04.10.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Telmário Mota, que passa a ocupar a vaga de titular (Of. 103/2016-GLBPRD).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Sousa foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ^(3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(1,26)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹²⁾	4. Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽¹⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(15,24)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽²⁾	3. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(19,20)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(23,25,27,28)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²¹⁾	2. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).



5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
16. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente pelo bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 067/2016-GLPMDB).
19. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
20. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 29/2016-GLPSDB).
21. Em 27.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. 28/2016-BLOMOD).
22. Em 27.05.2016, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 28/2016-BLOMOD).
23. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
24. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
25. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
26. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
27. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
28. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,36)	
VAGO ⁽²²⁾	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(31,34,35)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ⁽³⁹⁾	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(10,13)
Senador Wilder Morais (PP-GO) ^(5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ^(24,27)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,8)	4. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽²¹⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁴⁾	5. Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ^(28,29)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,9)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(20,32)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(18,33,37,38)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Deca (PSDB-PB) ⁽³⁸⁾	3.
Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(15,16,33)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁰⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(3,26)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(25,30)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) ^(12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

***** Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

***** Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).



3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM)
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).
20. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
21. Em 23.03.2016, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixou de compor a Comissão (Of. 37/2016-GLMPDB).
22. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 18/2016-BLOMOD).
27. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 069/2016-GLPMDB).
28. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
29. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 76/2016-GLPMDB).
30. Em 23.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 25/2016-BLOMOD).
31. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
32. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
33. Em 07.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro titular pelo PSDB, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que passa a integrar a comissão como membro suplente (Of. 32/2016-GLPSDB).
34. Em 08.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga de titular pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 46/2016-GLDBAG).
35. Em 13.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. nº 16/2016-BLDPRO).
36. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
37. Em 12.09.2016, o Senador DECA foi designado membro suplente pelo PSDB, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima (Of. 58/2016-GLPSDB).
38. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 64/2016-GLPSDB).
39. Em 20.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 97/2016-GLBPRD).
40. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Moraes e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).

2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.

*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,35)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ^(18,33)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
VAGO ^(18,28)	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. VAGO ⁽²⁴⁾
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,12)	2. Senador Hélio José (PMDB-DF) ^(7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(29,32)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(21,34)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(19,20,31)
Senador Deca (PSDB-PB) ^(5,16,38)	2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(37,38)
VAGO ^(6,13,17,26,30,31,36)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(14,25,27)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

** Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

*** Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

***** Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

***** Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

***** Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. 006/2016-GLBSD).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
27. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
28. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
29. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
30. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 28/2016-GLDEM).
31. Em 02/03/2016, os Senadores Ricardo Franco e Ronaldo Caiado permutam suas vagas pelo Bloco Parlamentar da Oposição na Comissão, passando a titular e suplente, respectivamente (Of. nº 8/2016-GLDEM).
32. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 83/2016-GLPMDB).
33. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
34. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
35. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
36. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
37. Em 12.09.2016, o Senador DECA foi designado membro suplente pelo PSDB (Of. 60/2016-GLPSDB).
38. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Social Democrata, em substituição ao Senador Dalírio Beber, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 63/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,22)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,20)	
Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ⁽²³⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(12,18,19)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	3.
VAGO ⁽⁹⁾	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(14,16)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,17)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(24,25)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁰⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(13,15)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

9. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
11. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
12. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
13. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
14. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
15. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
16. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 85/2016-GLPMDB).
17. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
18. Em 14.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de titular ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 50/2016-GLDBAG).
19. Em 14.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 19/2016-BLDPRO).
20. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
21. Em 03.08.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Of. 49/2016-BLSDEM).
22. Em 08.09.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de ocupar o cargo de Vice-Presidente da comissão por licenciar-se temporariamente do exercício do mandato (RQS 651/2016).
23. Em 20.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 100/2016-GLBPRD).
24. Em 05.10.2016, o Bloco Social Democrata cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 61/2016-GLPSDB).
25. Em 06.10.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Memo. 33/2016-BLDPRO).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(1,13,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,26)	
VAGO	1. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽²²⁾	3. Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ^(15,29)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ^(19,25)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(8,18)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(11,23)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Deka (PSDB-PB) ⁽²⁸⁾	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ^(27,28)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Pinto Itamaraty (PSDB-MA) ⁽³³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁶⁾	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ^(9,32)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(21,24,30,31)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(4,20)
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(10,12)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015- GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 16.02.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a comissão (Of. 01/2016-BLUFOR).
13. Em 23.02.2016, o Senador Cristovam Buarque renuncia ao cargo de Presidente da Comissão (Ofício GSCB nº 02-002/2016).
14. Em 01.03.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Lasier Martins Presidente deste colegiado (Mem. 8/2016-CCT).
15. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, que deixa de compor a comissão (Of. 019/2016-GLDBAG).
16. Em 06.04.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 017/2016-BLSDEM).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 051/2016-GLPMDB).
19. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
20. Em 27.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 29/2016-BLOMOD).
21. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
22. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
23. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
24. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
25. Em 08.06.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 105/2016-GLPMDB).
26. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
27. Em 12.09.2016, o Senador DECA foi designado membro suplente pelo PSDB (Of. 59/2016-GLPSDB).
28. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Social Democrata, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 62/2016-GLPSDB).
29. Em 20.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 96/2016-GLBPRD).
30. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
31. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).
32. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.
33. Em 06.10.2016, o Senador Pinto Itamaraty foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 68/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalidade: Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Em 05.07.2016, é aprovada a criação da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Regulamentação do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Memo. 102/2016-CCT).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹¹⁾

RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(1,24)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. VAGO ^(13,19)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(16,23)	
VAGO ^(22,25)	1. VAGO ^(14,15,18)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(9,12)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,20,21)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB).

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD).

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM).

13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

18. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



19. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
20. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
21. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
22. Em 02.06.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. 33/2016-GLDEM).
23. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
24. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
25. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽¹⁴⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽¹⁾
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(9,10)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(3,11)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁶⁾	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(4,12)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ⁽¹³⁾

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

** Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplentes, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

*** Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

**** Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

***** Em 14.10.2015, os Senadores Joao Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB).

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 01.03.2016, o Senador Wellington Fagundes deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 6/2016-BLUFOR).

5. Em 16.03.2016, foi designado o Senador Ronaldo Caiado como membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofício nº 16/2016-GLDEM).

6. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

7. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

8. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).

9. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).

10. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 86/2016-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
12. Em 07.06.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado como membro suplente pelo Bloco Moderador (Ofício nº 34/2016-BLOMOD).
13. Em 07.06.2016, o Senador Zezé Perrella foi designado como membro suplente pelo Bloco Moderador (Ofício nº 34/2016-BLOMOD).
14. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 14h30 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: ctg@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 28/06/2016**Notas:**

1. Em 22.12.2014, o Senador Vital do Rêgo renuncia ao mandato para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União (Of. 23/2014DL-GSVREG).
2. O Senador Sérgio Petecão foi eleito Corregedor do Senado Federal, em sessão plenária de 28.06.2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(1,20)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(4,21)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	4.
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁹⁾	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
VAGO ⁽²⁴⁾	4.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(10,11)	1. VAGO ^(5,6,18)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽²⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(6,25)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽⁶⁾	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(7,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁹⁾
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(12,13,15,22)	1.
Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ^(14,16,17,23)	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Sérgio Petecão (PSD/AC) ⁽²⁴⁾	

Atualização: 08/09/2016

Notas:

*. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.

1. A Senadora Regina Sousa renunciou à vaga de membro titular, nos termos do Ofício nº 016/16-GSR SOUSA, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.

2. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.

3. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.

4. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

5. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

6. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.

8. O Senador Dalirio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

7. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

9. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.

10. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Ofício nº 323/2015 - GSWMOR, do Senador Wilder Moraes, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.

11. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Ofício nº 122/2015, do Líder do Democratas.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.
13. O Senador Douglas Cintra foi eleito membro titular para ocupar a vaga destinada ao PTB, conforme Ofício nº 0004/2016-BLUFOR, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, lido na sessão plenária nesta data.
14. Nos termos do Of.nº0005/2016-BLUFOR, datado de 25.02.2016, o Líder do Bloco Parlamentar União e Força cede vaga de membro titular deste bloco para o Partido Democrático Trabalhista - PDT.
15. O Senador Douglas Cintra deixou de exercer o mandato parlamentar em 08.05.2016, em virtude de retorno do titular, Senador Armando Monteiro.
16. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força ao PDT, na sessão plenária de 01/03/2016.
17. O Senador Telmário Mota passou a ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Regina Souza, nos termos do Ofício nº 73/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
18. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
19. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
20. O Senador Telmário Mota passou a ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, nos termos do Ofício nº 73/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
21. A Senadora Regina Sousa foi indicada para ocupar a vaga de membro suplente, nos termos Ofício nº 074/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
22. O Senador Pedro Chaves foi indicado para ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Douglas Cintra, nos termos do Ofício nº 039/2016-BLOMOD, do Líder do Bloco Moderador, Senador Fernando Collor, datado de 14.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
23. O Senador Zezé Perrella foi indicado para a vaga de titular, em substituição ao Senador Telmário Mota, nos termos do Ofício nº 039/2016-BLOMOD, do Líder do Bloco Moderador, Senador Fernando Collor, datado de 14.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
24. O Senador Sérgio Petecão foi eleito Corregedor do Senado, em sessão plenária do dia 28.06.2016.
25. O Senador Cássio Cunha Lima licenciou-se por 119 dias, nos termos do art. 43, inciso II, do RISF e art. 56, inciso II, da Constituição Federal, a partir do dia 08 de setembro de 2016, conforme Requerimento nº 646, de 2016, deferido em 06.09.2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013**7ª Designação:** 26/11/2015**MEMBROS****PMDB**

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senadora Lúcia Vânia (GO)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Hélio José (PMDB-DF)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

REDE

Senador Randolfê Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRBVAGO ^(2,3,4)**Atualização:** 26/11/2015**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

2. Designado para ocupar a vaga através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

3. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N.º 54/2016-BLOMOD.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

4. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)**MEMBROS****PTB**

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ^(3,4,5,6)**VICE-PRESIDENTE:** ⁽³⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Eunício Oliveira (CE)

PTVAGO ⁽²⁾**PSDB**

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PRSenador Cidinho Santos (MT) ⁽⁷⁾**PSD**

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTBVAGO ^(4,6)**PPS**

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRBSenador Marcelo Crivella (RJ) ^(1,8,9,10)**REDE**

Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2017**Notas:**

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. O Senador Delcídio do Amaral Gomez perdeu o mandato em 10 de maio de 2016, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 21, de 2016, que ? Decreta a perda do mandato do Senador Delcídio do Amaral Gomez?, publicada no Diário Oficial da União. Seção 1. 11/05/2016. p. 4.

3. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

4. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

5. O Senador José Agripino sucedeu ao cargo de Presidente em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
6. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
7. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
8. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
9. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N.º 54/2016-BLOMOD.
10. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(2,4)

VICE-PRESIDENTE: ⁽²⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

VAGO ⁽³⁾

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ) ^(1,5,6,7)

REDE

Senador Randolfé Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Substituído conforme o Of. nº 0037/2016-BLOMOD.
2. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.



3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
4. Em 07/06/2016, assumiu a Presidência, O Senador Paulo Paim, em virtude da substituição do Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 0036/2016, do Líder do Bloco Moderador.
5. Designado para ocupar a vaga através do Of.º 0037/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
6. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga.
7. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	PTB
	VAGO
	PP
	VAGO
	PDT
	PSB
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PV
	VAGO
	PRB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PSOL
	VAGO
Representante da sociedade civil organizada	
	VAGO
Pesquisador com produção científica relevante	
	VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente	
	VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ) ^(2,4,5)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 18/10/2016

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Substituído através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

4. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Marcelo Crivella retornou ao exercício do mandato, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Vicentinho Alves (TO)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
VAGO ⁽³⁾
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ) ^(1,4,5,6)
REDE
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Substituído conforme o Of. 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N° 54/2016-BLOMOD.

6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)**1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁽¹⁾	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015**Notas:**

*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽²⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (S/Partido-DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Moraes (PP-GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ) ^(1,3,4,5)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

3. Designado para ocupar a vaga de através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N° 54/2016-BLOMOD.
5. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. n° 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR*(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PR
Senador Cidinho Santos (MT) ⁽³⁾
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ) ^(4,5,6)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2016

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

3. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N.º 54/2016-BLOMOD.

6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

Já sabe pesquisar o diário na Internet?

Siga o passo a passo!



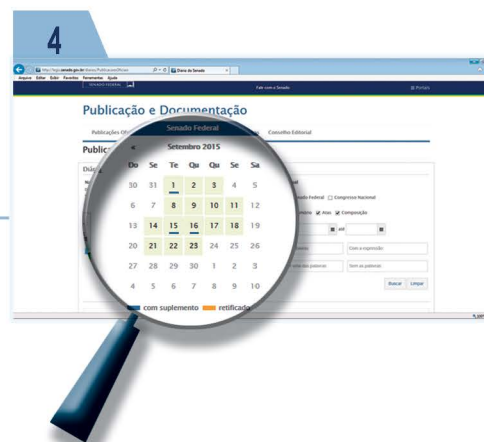
Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.



Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um link para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.





Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

